

**ANDRESSA DOMANSKI**

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NAS MISSÕES DE SANTO ÂNGELO:  
REPRESENTAÇÕES DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS SOBRE AS ESCAVAÇÕES  
ARQUEOLÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO (2006-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

**Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira**

**PELOTAS, 2013**

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Gastaud  
Universidade Federal de Pelotas –UFPEL

Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches  
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Dedico este trabalho aos meus pais, Adão e Blaci,  
e as minhas irmãs, Letícia e Nirvane.

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar mais essa etapa, quero agradecer imensamente a algumas pessoas que participaram e muito ajudaram nessa caminhada do conhecimento. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, prof. Lúcio Menezes Ferreira, que me acolheu, proporcionou momentos de aprendizado e oportunidades indescritíveis. Muito obrigada!

À Capes agradeço a bolsa concedida e principalmente pela oportunidade de estudar três meses em Buenos Aires.

À professora Dra. Mónica Montenegro (UBA) que me acolheu e orientou durante o convênio realizado em Buenos Aires e Tilcara, pelos bons momentos de aprendizado e discussões. À professora Dra. Clara Rivolta, pelas sábias indicações de leituras e auxílio em instalação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, pelas excelentes aulas e conversas. À Nanci, secretária do curso, sempre muito disposta a ajudar.

A minha amada família, meus pais Adão e Blaci, motivos que me levam sempre a buscar mais, meus apoiadores em todos os momentos. A minha irmã Letícia, pela amizade, conselhos e principalmente nas incansáveis correções de meus textos e, a minha irmã Nirvane, sempre que possível presente nos momentos mais importantes em minha vida. A vocês, minha razão de existência, muito obrigada por tudo, sempre!

Aos meus tios Hilário e Beatriz, que me receberam de braços abertos no período em que estive em Pelotas.

Aos meus eternos colegas Amilcar e Débora, pela amizade, por todas as conversas, dicas, empréstimos de materiais, enfim, todas as maneiras em que estiveram presentes. Aos amigos Jonathan e Fernando, por todas as indicações de leitura e conversas relacionadas à arqueologia. A toda equipe do Lâmina, em especial à Estefânia com sua experiência, e à Giullia com sua pequena estatura, mas sua sabedoria, parceria e uma vontade maior do que a de um gigante. A esses eternos amigos, meu singelo agradecimento por todos os momentos em que estivemos dividindo experiências.

As minhas grandes amizadas da “Cultura”, Darlan, Leoveral e Juliane, por me apoiarem em minha decisão de fazer o mestrado e por todos os bons momentos que vivenciamos. Aos amigos que conquistei durante o mestrado, Ana Paula, João Paulo, Alice e Jerusa, pelo companheirismo e “ajudas”, o meu agradecimento em especial.

Aos entrevistados nesta pesquisa, Prefeito Eduardo, professoras Clotilde e Claudete, pela colaboração na efetivação deste trabalho. À Raquel, por todas as orientações e conversas, obrigada.

A todas essas pessoas, agradeço de coração.

## RESUMO

DOMANSKI, Andressa. **ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NAS MISSÕES DE SANTO ÂNGELO: REPRESENTAÇÕES DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS SOBRE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO (2006-2007)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

O objetivo desse estudo é conhecer as representações sobre as pesquisas arqueológicas do “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”, realizadas entre os anos de 2006 e 2007. Tendo como base metodológica a História Oral, serão analisadas, principalmente, as representações dos dirigentes municipais de Santo Ângelo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia; Redução Jesuítica; Santo Ângelo; Patrimônio; Representação.

## ABSTRACT

DOMANSKI, Andressa. **HISTORICAL ARCHAEOLOGY IN MISSIONS OF SANTO ANGELO: REPRESENTATIONS OF MUNICIPAL OFFICERS ON THE ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION AND PUBLIC POLITICS OF HEIRTAGE (2006-2007)**. 2013. Dissertation (Master's Degree) – Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Heritage. Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil.

The dissertation studies the cultural representations on the archaeological researches related to Cultural Research Management (CRM) undertaken from 2006 to 2007 in the Pinheiro Machado Square, an archaeological site located in the Ancient Reductions of Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brazil. From an Oral History point of view, the study aims to know mainly the cultural representations about of the city hall's staff of the Santo Ângelo.

**Keywords:** Archeology; Jesuit reduction; Santo Ângelo; Heritage; Representation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Plano do Povoado de Santo Ângelo Custódio.....	31
<b>Figura 2</b> – Desenho do viajante Carlos Petermann.....	41
<b>Figura 3</b> – Igreja construída em 1888 .....	42
<b>Figura 4</b> – Catedral Angelopolitana em 2005 .....	43
<b>Figura 5</b> – Sobreposição da planta do Cabrer com o centro moderno.....	51
<b>Figura 6</b> – Planta das áreas escavadas no terreno da loja “Flecha Mágica” .....	54
<b>Figura 7</b> – Áreas de trabalho em 2004 e 2005 .....	58
<b>Figura 8</b> – Fotografias das atividades de campo.....	61
<b>Figura 9</b> - Fotografias das atividades de campo.....	61
<b>Figura 10</b> - Fotografias das atividades de campo.....	62
<b>Figura 11</b> - Fotografias das atividades de campo.....	62
<b>Figura 12</b> - Esquema de sobreposição das igrejas século XVIII, XIX e XX.....	64

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CCM</b>	Centro de Cultura Missioneira
<b>COMPAHC</b>	Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IPHAE</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MMJOM</b>	Museu Municipal Dr. José Olavo Machado
<b>NARQ</b>	Núcleo de Arqueologia
<b>PPGMP</b>	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
<b>PRONAPA</b>	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>UBA</b>	Universidad de Buenos Aires
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UNICRUZ</b>	Universidade de Cruz Alta
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>URI</b>	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DE SANTO ÂNGELO.....</b>	<b>20</b>
1.1 O Tape.....	21
1.2 Os Sete Povos das Missões.....	23
1.3 A redução de Santo Ângelo Custódio.....	28
1.4 O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica.....	35
1.5 A decadência e o repovoamento.....	37
<b>CAPITULO 2 – PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA REGIÃO / EM SANTO ÂNGELO.....</b>	<b>44</b>
2.1 Pesquisas arqueológicas nas Missões – RS .....	44
2.2 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas de 1993 e 1994 .....	47
2.3 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas de 2004 e 2005 .....	51
2.4 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas de 2006 e 2007 .....	58
<b>CAPITULO 3 – REPRESENTAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTO ÂNGELO: OS DIRIGENTES MUNICIPAIS.....</b>	<b>66</b>
3.1 Entrevista com o Prefeito Eduardo Debacco Loureiro .....	67
3.2 Entrevista com a coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado.....	71
3.3 Entrevista com a professora Ms. Claudete Boff .....	76
3.4 As representações dos entrevistados.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS .....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Em agosto de 2006, a municipalidade de Santo Ângelo celebrou o tricentenário da fundação da redução de Santo Ângelo Custódio. Essa redução corresponde à segunda fase das fundações jesuíticas durante os séculos XVII e XVIII, período áureo dos chamados “Sete Povos das Missões”, instalados na banda Oriental do Rio Uruguai, integrante da Província Jesuítica do Paraguai, hoje atual território do município de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Fundada em 12 de agosto de 1706, inicialmente às margens dos Rios Ijuí e Ijuizinho, só pôde se desenvolver a partir da mudança de local, pois, como estava proposta na sua fundação, seu território estaria muito próximo aos dois rios e, em situações de enchentes, os rios poderiam alagar o povoado. Devido a isso, em 1707 a redução de “San Angel Custódio” foi trasladada e instalada no espaço onde hoje está o Centro Histórico do Município de Santo Ângelo, do qual fazem parte a Catedral Angelopolitana, Praça Pinheiro Machado, o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e a Prefeitura Municipal.

A redução desenvolveu-se em grandes proporções. Em seu auge, chegou a ser habitada por, aproximadamente, 5.400 pessoas, onde se desenvolveram atividades econômicas bastante significativas, predominando o cultivo de erva-mate e algodão. Na área artístico-cultural, predominaram esculturas, pinturas, artesanatos diversos, música e instrumentos, assim como a impressão de livros. Foi considerada, pelos jesuítas e viajantes que presenciaram seu desenvolvimento, como uma das mais belas e prósperas reduções.

Com o Tratado de Madri (1750) e, posteriormente, a expulsão dos jesuítas das Américas (1768), a redução de Santo Ângelo Custódio, assim como as demais reduções, foi extinta. Devido a isso, as estruturas arquitetônicas ficaram abandonadas nesta localidade. Com a chegada dos imigrantes, população que repovoou toda região, as pedras e parte de estruturas de habitações da redução

foram utilizadas para a construção de novas moradias na mesma área. Atualmente, é fácil identificar edificações que contenham esses resquícios da antiga redução de Santo Ângelo Custódio.

No ano de 2006, a partir de iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, foi idealizado um projeto de pesquisas históricas e arqueológicas que comprovassem a existência dos vestígios da redução. Este projeto se deu em virtude da reforma e revitalização da Praça Pinheiro Machado, cujo fundamento principal foi a comemoração dos 300 anos da fundação da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

O “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”, foi realizado a partir de junho de 2006, e teve sua primeira fase concluída através de um convênio com o Núcleo de Arqueologia do CCM/URI – Centro de Cultura Missioneira, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -, em maio de 2007. Existe, ainda, uma continuidade de forma permanente com a criação de um programa de vistorias arqueológicas na área do Centro Histórico, o “Programa de Vistoria, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico de Obras no Centro Histórico de Santo Ângelo, Área do Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”, além de projetos de educação patrimonial promovidos pela equipe do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, que teve sua origem durante a efetivação do projeto.

Com a confirmada existência de alicerces e pisos antigos no subsolo, bem como diversas categorias de artefatos, os resultados foram expostos através da implantação de um museu a céu aberto, por meio de janelas arqueológicas e placas explicativas que evidenciam as ruínas da redução jesuítica. Os demais artefatos arqueológicos, como cerâmicas, líticos, vidros, metais, ossos e outros objetos, estão armazenados e disponíveis para pesquisas no Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Missioneira da Universidade (NARQ-CCM/URI) e no Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado (NARQ/MMJOM).

Durante a realização do projeto, a comunidade que reside no Centro Histórico e os dirigentes municipais envolvidos participaram diretamente nesse processo: em visitas aos trabalhos, nas demonstrações de interesse pela história local através de

questionamentos e, também, disponibilizando suas residências para as pesquisas arqueológicas.

A partir desse acontecimento, no qual tive oportunidade de participar enquanto acadêmica de História da URI, desenvolvi essa pesquisa para envolver a comunidade que mantém contato direto com o Centro Histórico de Santo Ângelo, focando principalmente os dirigentes municipais envolvidos no projeto. Meu objetivo é analisar as representações destes santo-angelenses sobre o Centro Histórico, escavações e estruturas arqueológicas encontradas neste espaço. Para isso, foram realizadas, por meio da História Oral, entrevistas com esses representantes da comunidade.

No primeiro capítulo, é feita a contextualização histórica de Santo Ângelo, abordando a história regional, a fase de instalação das reduções jesuíticas, Tratado de Madri e Guerra Guaranítica, a decadência do povoado, relato de viajantes e o repovoamento do território onde foi construído o novo município.

No segundo capítulo, apresento os projetos de prospecção arqueológica desenvolvidos no município desde a década de 1990, dando ênfase ao projeto “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”.

O terceiro capítulo está destinado à apresentação das entrevistas realizadas com dirigentes municipais, Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Eduardo Debacco Loureiro, cujo cargo ocupou entre janeiro de 2005 a dezembro de 2012; a senhora Clotilde Maria Mousquer Farias, coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado; e a profa. Ms. Claudete Boff, então coordenadora do CCM/URI.

Com base em estudos sobre História Oral, Representação, Patrimônio e História local, o objetivo dessa pesquisa é verificar o relacionamento desses representantes da comunidade no que tange ao reconhecimento do passado missioneiro.

Sobre o Patrimônio Histórico Cultural, é comum seu uso no desenvolvimento local através do turismo. Porém, a consciência sobre a importância patrimonial vai além das perspectivas turísticas. O patrimônio, como depositário da memória, é “*a construção dessa forma de obrigação em relação à presença material do passado*” (POULOT, 2008, p. 27).

Considerado de caráter polissêmico, Prats conceitua patrimônio como sendo “*aquele que socialmente se considera digno de conservação independentemente de seu interesse utilitário*”<sup>1</sup> (PRATS, 1998, p.63). Ainda é possível destacar a noção deste autor sobre a utilização social do patrimônio:

Na utilização social da noção de patrimônio cultural se produz uma confusão recorrente (o antigo e o moderno, o uso e o desuso, o matéria e o imaterial, o original e a cópia, a musealização da realidade e a desmusealização do patrimônio, a fragmentação disciplinaria e a globalidade da experiência...) que entendo que se deve o fato de que baixo esta denominação englobamos três processos distintos, ainda que em alguns pontos complementares, que obedecem a interesses igualmente distintos, ainda que também em algumas ocasiões convergentes, de caráter, respectivamente, político, econômico e científico<sup>2</sup>. (PRATS, 1998, p. 64).

O surgimento de Estados nacionais foi responsável pela mudança do conceito de patrimônio cultural, pois a partir de então, nações se apropriam de seus bens culturais, materiais ou imateriais e constituem suas identidades regionais. Como menciona Funari, a construção de “*uma língua e uma cultura, uma origem e um território*” (FUNARI, 2009, p. 16), fizeram com que esse sentimento de pertencimento fosse instigado a indivíduos de diversas comunidades.

Com estudos da cultura material é possível compreender sobre modos de vida existentes em territórios delimitados, formados por povos e suas culturas. A partir disso, o entendimento sobre o cotidiano de sociedades passadas torna-se viável e, assim, o entendimento do patrimônio que foi passado de pai para filho em um contexto social.

Funari ainda destaca:

[...] Arqueologia Histórica brasileira não deixa de compartilhar das aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da Arqueologia Histórica no Brasil, está o patrimônio, bem material de alto valor monetário e o *ipso* símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio. Patrimônio é aquilo que poucos têm, é o cabedal a ser passado de pai para filho, de proprietário a proprietário, apanágio de poucos. Deste sentido jurídico de patrimônio deriva o uso cultural do termo. Trata-se, pois, de bens que demonstram a proprietários e não proprietários seu devido lugar na ordem social. (FUNARI, 2005, p.4).

No âmbito da representação, a construção de identidades individuais e coletivas se dá através de signos e sua significação, sua existência e perpetuação

---

<sup>1</sup> Tradução da autora.

<sup>2</sup> Tradução da autora.

junto ao meio social do indivíduo. A representação é que torna a formação de identidade viável, pois é através do conjunto simbólico, juntamente com tradições e memória que se torna possível a criação de uma identidade.

As representações são elaboradas na atualidade a partir de experiências vivenciadas por determinados indivíduos e seus respectivos grupos. É dar sentido, veracidade a elementos históricos usados na construção da identidade, diferenciando os grupos em seu meio social.

Pommer relata sua concepção de representação:

Entendemos representação como sendo todo o sistema linguístico e cultural que permite a codificação do real na consciência, transformando o dado empírico em produção cultural. Cultura, por sua vez, é o sistema simbólico historicamente constituído de toda e qualquer atividade e pensamento humano. É, pois, a partir de uma realidade representada que uma comunidade é imaginada e seus agentes buscam estruturá-la, na medida em que cada geração, por fatores próprios de seu tempo, assimila e reproduz os modelos estabelecidos na práxis das gerações antecessoras até onde isso lhe interessa politicamente. (2009, p. 26).

Imagens, objetos e símbolos são representações de um corpo ou algo ausente que têm a função de suprir este espaço vago. Chartier exemplifica com estátuas de cera, esfinges para príncipes mortos, lenço mortuário para identificar o indivíduo morto. Representações simbólicas de valores morais como *“leão é o símbolo do valor, a bolha o da inconstância, o pelicano o do amor materno”* (CHARTIER, 1991, p.184) estabelecem uma relação entre o símbolo e seu significado.

Chartier trata sobre as noções de representação coletiva e as divide em três diferentes modalidades:

Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de "representação coletiva" autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183).

A construção de identidades é tratada como uma relação de força entre representações que são impositivas e que possuem poder para a classificação,

aceitação e resistência. Elas são produzidas pelas comunidades, são recortes sociais que reconhecem sua existência a partir de suas demonstrações de unidade.

Já sobre a História Oral, sabemos que na atualidade é um recurso muito utilizado em casos de escassez de documentos para embasamentos em pesquisas, assim como é referência em estudos de experiências sociais. Através de entrevistas, é possível estudar noções de identidade, memória cultural e construção de narrativas (MEIHY, 2005).

Provando não ser temporária, a história oral fixou-se ocupando espaço em pesquisas que dizem respeito a culturas, atos sociais, estudos sobre memória e identidade. Não é apenas “*uma prática de estabelecimento e interpretação de documentos feitos por pessoas de outra época*” (MEIHY, 2005, p. 25), mas, sim, uma forma de publicar e reconhecer história, memórias que são restritas aos seus detentores ou apenas a pesquisadores. Ainda conforme Meihy, as narrativas orais podem ser compostas por três necessidades diferentes para sua realização: uma para celebrar e homenagear; a segunda para esclarecimento, explicar ou confessar; e a terceira de acusação e contestação. (2005, p. 26).

A produção de documentos através da história oral acerca de temas como mudanças culturais é bastante usual e necessário para a história que não possui muitos indícios e que está em processo de registro. Sua vitalidade para a produção de outras versões históricas também justifica o uso da história oral.

A narração da história de uma sociedade, seja ela feita por apenas um indivíduo ou mais, identifica e coloca em reflexão os grupos que ela compõe, buscando sanar a curiosidade de um passado remoto ou recente. Mas o prazer em realizar pesquisas orais com indivíduos que detém o conhecimento sobre determinado assunto, ou seja, diretamente na fonte, faz com que ao longo do trabalho apareçam dificuldades na parte de interpretação e análise desses relatos. Em seu trabalho acadêmico, Marluza Marques Harres destaca um trecho de Joutard:

(...) a história oral tem, mais do que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história, diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível: é preciso combinar respeito e escuta atenta, de um lado, com procedimentos históricos, não importa quanto isto nos seja penoso. (JOUTARD, 2002 *apud* HARRES, 2008, p. 104).

Esta metodologia é muito utilizada em pesquisas sociológicas, históricas e arqueológicas. Surgida como forma de valorização das memórias e recordações de indivíduos, é um método de recolhimento de informações através de entrevistas com pessoas que vivenciaram algum fato ocorrido. Segundo Prins (1992), na História Oral, podem-se fazer duas divisões em se tratando de relatos: a tradição oral, a qual representa um "*testemunho oral transmitido de uma geração para a seguinte ou as demais*"; e a reminiscência pessoal, evidência oral específica das experiências de vida do informante.

Mesmo diante da contingencialidade da memória, conseguiu-se estabelecer uma metodologia bem estruturada para a produção de dados a partir dos relatos orais. Apesar da dificuldade em definir o que seja uma fonte histórica, considera-se que a fonte oral pode ser fidedigna para o trabalho dos historiadores. Mas, como qualquer documento, merece um minucioso trabalho de crítica e interpretação, cabendo ao pesquisador usar a história oral de maneira correta e buscar os fatos que forem relevantes ao seu trabalho. Assim,

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão. (ALBERTI, 2004, p. 29).

No caso da pesquisa arqueológica, a metodologia da História Oral torna-se bastante aplicável, pois as informações obtidas através dos informantes entrevistados nas pesquisas de campo, muitas vezes, lançam luz à localização de ocorrências ou sítios arqueológicos em áreas próximas ou distantes do local de foco da vistoria arqueológica, uma vez que

Entre oralistas e arqueólogos há em comum a preocupação do desaparecimento dos vestígios. Para ambos se impõem responsabilidades, não apenas com o presente, mas com o futuro. Um mesmo imperativo une as duas disciplinas, o da preservação. (GUARINELLO, 1998, p.64).

Pensando a História Oral como um meio para o conhecimento e, agregando a isso a importância da preservação patrimonial, fez parte do programa de mestrado uma visita à capital da Argentina, bem como à cidade de Tilcara, no sentido de enriquecer esta pesquisa e re(conhecer) outras realidades de preservação de

patrimônio histórico e cultural. Essa ação foi possível graças ao convênio estabelecido entre a Universidade Federal de Pelotas – RS/Brasil e a “Universidad de Buenos Aires” – (UBA) Argentina, o “Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento del Posgrado – Brasil/Argentina (CAFP/BA)”, onde tive a feliz oportunidade de participar e conhecer alguns trabalhos realizados com as comunidades de Tilcara, um pequeno município que se localiza no noroeste argentino, na Província de Jujuy. Ali, as professoras Dra. Mónica Montenegro e Dra. Clara Rivolta do “Instituto Interdisciplinario Tilcara” (UBA), realizam pesquisas com moradores e crianças das escolas, buscando compreender a construção de representações e práticas discursivas das comunidades locais com relação à arqueologia presente no meio em que vivem (RIVOLTA, MONTENEGRO, ARGANÁRAZ, 2011) e, também, o desenvolvimento sustentável daquela região da Argentina através do turismo (MONTENEGRO, 2011; 2008).

As experiências educativas realizadas nas escolas de Tilcara, com o objetivo de preservação e desenvolvimento do patrimônio, bem como a geração de espaços que permitam a alunos e docentes fazerem reflexões sobre o patrimônio (MONTENEGRO, 2008), são temas que recebem atenção fundamental. Há, também, uma preocupação com as dinâmicas de envolvimento da memória social das comunidades nas festividades da Semana Santa na Quebrada de Humahuaca, onde se ritualizam tradições para reafirmar identidades, sendo essa uma maneira de se apropriar e ressignificar o patrimônio cultural (MONTENEGRO, 2010).

Também conversamos sobre metodologias para trabalhar com entrevistas, e a professora Mónica Montenegro disponibilizou duas bibliografias sobre etnografias para auxiliar em minhas entrevistas para a dissertação. Em um capítulo dessas leituras, a autora explana sobre as variadas técnicas para pesquisas dirigidas aplicadas com questionários pré-estabelecidos conforme grupo e temática (GUBER, 2001, p.75). Da mesma autora, outro importante capítulo lido, aborda as formas de análise dos primeiros dados, formas de registro, o que é e não é necessário registrar (GUBER, 2005), questionamentos constantes quando estamos trabalhando com registros orais. A participação neste convênio me possibilitou conhecer esses trabalhos realizados em Tilcara e também receber orientações de profissionais com experiência neste gênero de pesquisa, o que auxiliou consideravelmente na produção desta dissertação.

Todo o conhecimento adquirido na Argentina, somado aos estudos teóricos, foi de grande valia para o desenvolvimento deste estudo que se debruça na repercussão dos trabalhos de revitalização da memória da antiga redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, cujas ruínas deram origem à formação da cidade de Santo Ângelo, procurando observar como é o reconhecimento no esforço de valorização deste passado e as representações presentes na memória da população local.

## CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DE SANTO ÂNGELO

A identificação da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul como região missioneira se dá a partir da exaltação de um passado com pouco mais de 300 anos e estruturas que hoje se revelam apenas ruínas para serem pesquisadas. Ao referir-nos às Missões Jesuíticas que existiram nesta região, devemos fazer um panorama sobre o espaço e seus habitantes que ao longo de um século e meio (KERN, 2011, p.9) constituíram esta sociedade.

Sabemos que antes da existência das reduções<sup>3</sup> jesuíticas na Banda Oriental do Rio Uruguai<sup>4</sup>, este espaço era habitado por grupos Guaranis que primavam por um ambiente natural diversificado, onde o relevo, o clima, a hidrografia e a vegetação pudessem contemplar todas as expectativas culturais e de sobrevivência desses grupos. Barcelos destaca que *“como praticantes de uma horticultura em meio à floresta, buscavam ambientes propícios à reprodução desta forma de abastecimento, sem abrir mão da caça e da coleta”* (BARCELOS, 2000, p. 61).

A bacia do rio da Prata, composta pelos Rios Uruguai, Paraná e Paraguai, é essencial para a ocupação territorial e povoamento e, mais tarde, tornou-se meio de *“comunicação, de navegação, de circulação de produtos e riquezas e de fonte de abastecimento”* (SCHALLENBERGER, 2006, p.6). Foi neste contexto territorial que durante os séculos XVII e XVIII foram instaladas as reduções jesuíticas na Região Platina.

Os experimentos missionários nas áreas que correspondiam à colonização espanhola pertencem, atualmente, ao Brasil, Argentina e Paraguai. Estas áreas eram denominadas de Guairá, atual estado do Paraná; Itatim, atual estado do Mato

---

<sup>3</sup> O vocábulo “Redução” vem do latim “Reducere”, que significa conduzir. “Conduzir a um só local e a uma só fé” era o objetivo dos missionários jesuítas da época.

<sup>4</sup> Este território pertencia ao Império Colonial Espanhol, localizada à margem leste do rio Uruguai, descendo a costa dos atuais estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e com final no Rio da Prata, atual território da República Oriental do Uruguai.

Grosso do Sul e parte da atual República do Paraguai; por fim, região do Tape, atual estado do Rio Grande do Sul e nordeste da República Argentina.

Os missionários da Companhia de Jesus<sup>5</sup>, que estiveram à frente da organização do sistema reducional, eram representantes da monarquia absolutista espanhola que temia as invasões do colonialismo de Portugal. Estas foram tentativas que, por um período, tiveram grande sucesso. Tinham como principais objetivos a ocupação territorial e a instituição de uma vida comunitária, onde os índios guaranis eram inseridos gradualmente na religião cristã. “*Em nome da fé e do rei da Espanha*” (NAGEL, 1994, p. 37), essas questões políticas e religiosas também foram uma maneira de desviar as ameaças escravagistas das encomiendas<sup>6</sup> dos espanhóis e também dos bandeirantes<sup>7</sup> paulistas.

É necessário destacar que em 1634 foram introduzidas cerca de 1500 cabeças de gado bovino na margem esquerda do rio Uruguai (MAESTRI, 2010, p. 15), o que causou impacto no cotidiano nas reduções. As práticas pastoris suprimiram a carência de proteínas entre as comunidades guaranis, assim como modificaram atividades diárias onde, a partir de então, o animal era usado para várias funções nas lavouras e transporte. Isso facilitou a fixação e domínio dos padres jesuítas com os índios.

O foco desse capítulo será a região do Tape, com ênfase nos Sete Povos das Missões fundados na segunda metade do século XVII, dentre os quais está Santo Ângelo Custódio, último a ser fundado e que recebe especial atenção por ser objeto desta pesquisa.

## 1.1 O Tape

A região conhecida como Tape estava delimitada junto ao curso do Rio Uruguai, que deu nome à Província entre os séculos XVII ao início do XIX. As reduções jesuíticas fundadas entre os séculos XVII e XVIII eram formadas por 30

---

<sup>5</sup> É uma congregação religiosa fundada, no ano de 1534, em Paris. Foi aprovada, em 1540, por bula Papal, cabendo a Inácio de Loyola a liderança. A Companhia de Jesus chega ao Brasil por volta em 1549 com o superior Manuel da Nóbrega e os padres Leonardo Nunes, Juan de Azpilcueta Navarro e Antonio Pires, com objetivo de reduzir e inserir a religião aos povos nativos nos territórios pertencentes à Espanha.

<sup>6</sup> Era um meio de trabalho compulsório indígena, onde a força do trabalho era trocada pelo catecismo.

<sup>7</sup> A partir do início do século XVI realizavam expedições em busca de riquezas minerais, principalmente a prata, que era abundante na América espanhola, índios para a escravização e extinção dos quilombos.

povoados espalhados em toda região. Em Carta Anua, datada de 1626 e 1627 enviada à Espanha, a Companhia de Jesus apresenta a seguinte descrição:

A Província do Uruguai toma o nome do seu rio (...) que corre de norte a sul, 300 léguas entre a costa do Brasil e rio Paraná (...) Por outras tantas léguas se estende a Província do Uruguai entre o seu rio e as espaldas do Brasil. (...) É toda de benigno e agradável clima, de terreno fértil e abundante (...) de naturais apassiváveis e dispostos para a doutrina evangélica (...) (RAVIGNAMI, 1927, t.20. p.356-368 *apud* SCHALLENBERGER)

Outros rios que banham a região, como o Jacuí, Ibicuí, Ijuí e afluentes, eram responsáveis também pela delimitação para a fixação de uma redução, devido à abundância de recursos para caça, pesca e práticas hortícolas. Enquanto moravam em aldeias, os indígenas tinham suas atividades divididas entre homens e mulheres: os homens eram responsáveis pela caça, pesca, corte e queima do mato; já as mulheres eram incumbidas do plantio e colheita nas lavouras. Predominava o cultivo do milho, mandioca, feijões, batata-doce, abóboras, amendoim e fumo (SCHALLENBERGER, 2006, p. 90).

A elevada demografia motivou o surgimento de sua denominação: Tape, que significa 'população grande', conforme Schallenberger (2006, p. 92). Isso ocasionou dificuldades para os jesuítas em manter os primeiros contatos com os indígenas. A presença dos religiosos não foi aceita de imediato, havendo resistência principalmente por parte dos Pajés. Era necessário idealizar uma estratégia de alianças entre jesuítas e cacique para promover a organização do espaço e coesão social.

A partir destas negociações de poder, iniciaram-se os assentamentos formando comunidades que passaram a adotar padrões de conduta social e cultural diferenciadas daquelas praticadas até então. Nesta fase, o marco inicial das reduções jesuíticas foi 1626, a fundação do povoado de São Nicolau do Piratini, nas imediações dos rios Piratini e Ijuí coordenada pelo Padre Roque González.

Alguns grupos indígenas resistentes, com suas referências delineadas em seu território e sentindo que sua cultura estava sendo radicalmente amputada passaram a rebelar-se contra os jesuítas. Disto decorreu a morte dos Padres Roque González, Afonso Rodrigues e João de Castilho, que foram assassinados pelos

indígenas na redução de Todos os Santos do Caaró<sup>8</sup>, pois estes eram contrários à evangelização cristã. Essas revoltas, somadas aos ataques dos bandeirantes que invadiram as reduções para levar os indígenas para mão de obra em engenhos de cana de açúcar no sudeste e nordeste do Brasil, fizeram com que os indígenas migrassem para a margem direita do rio Uruguai, deixando centenas de cabeças de gado procriando e, assim, formando as vacarias do mar. Desta soma de acontecimentos resultou o encerramento deste período jesuítico no Tape.

## 1.2 Os Sete Povos das Missões

Com a unificação das coroas de Portugal e Espanha (1580), iniciou-se um processo de intensificação nas questões territoriais e clara demonstração dos interesses comerciais entre as duas coroas. Os interesses pelo rio da Prata<sup>9</sup> estavam em voga devido ao seu potencial de escoamento de produtos através da grande rede fluvial de que era formado. Portugueses desejavam expandir seus domínios até a região do Prata para usufruir da mobilidade que o rio dava.

Com isso, o reino de Portugal decide fixar povoados e fortes nas imediações do estuário do rio da Prata. Iniciou com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, cujo donatário foi Manoel Lobo. Nas proximidades foram iniciadas as distribuições de Sesmarias destinadas à criação de gado, firmando a economia e atraindo a população para o local. Ao norte, onde hoje se encontra o Estado de Santa Catarina, os portugueses fundaram Laguna “*que passou a se configurar como um posto avançado para a exploração do gado do território do atual Rio Grande do Sul*” (SCHALLENBERGER, 2006, p. 113). Neste contexto, a coroa espanhola envia os jesuítas para, novamente, tomar posses e firmar fronteiras, retomando as reduções jesuíticas na década de 80 do século XVII, tomando, assim, conta do território que lhes pertencia, conforme o Tratado de Tordesilhas. Sobre este processo, Quevedo explica:

---

<sup>8</sup>A localidade onde foi instalada esta redução hoje é denominada de Caaró, pertencendo ao município de Caibaté – RS. Nele existe um santuário de veneração dos Santos Mártires (como ficaram conhecidos), visitado permanentemente por romeiros. No local realiza-se, a cada ano, uma romaria no terceiro domingo de novembro.

<sup>9</sup> Formado pelos rios Uruguai e Paraná, banha toda fronteira da República Oriental do Uruguai com a República Argentina. Este rio deságua no oceano Atlântico.

Frente a essa situação, o monarca espanhol e o governador de Buenos Aires determinaram que os jesuítas retornassem ao Tape e fundassem novos povoados para a evangelização do índio. Surgem assim os Sete Povos das Missões, os quais tinham a função estratégica de defender a fronteira espanhola no Prata ante a expansão portuguesa. Além disso, os jesuítas necessitavam ampliar o espaço missioneiro visto que a população da margem ocidental do rio Uruguai crescia vertiginosamente e era preciso criar novos espaços de moradia e plantio. (2001, p.78)

Dessa maneira, entre o final do século XVII e início do século XVIII, foram criados os Sete Povos, imbuídos de significados e necessidades geopolíticas, servindo como fronteira espanhola e evitando o avanço português.

Foi a partir do ano de 1682 que os jesuítas retornaram para a região do Tape, na margem esquerda do rio Uruguai, para iniciar uma nova etapa das reduções jesuíticas. Neste momento, foram fundadas sete reduções, todas localizadas na região noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul.

A primeira delas em 1682, nomeada como São Francisco de Borja e fundada pelo padre Francisco Garcia. No ano de 1687, foram fundadas mais três reduções: a de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e a de São Miguel Arcanjo. Já em 1690, surgiu a redução de São Lourenço Mártir; em 1697, São João Batista, com o Padre Antônio Sepp. E, por fim, organizada pelo Padre Diogo Haze<sup>10</sup>, surge a última redução, a de Santo Ângelo Custódio<sup>11</sup>.

Os povoados foram construídos nas imediações dos rios Uruguai, Ijuí, Piratini, entre outros afluentes devido às atividades agrícolas e pesqueiras. As formações estruturais variavam de um povoado a outro, com acentuadas diferenças. Baptista destaca o seguinte:

(...) nos povoados missionais, cada família desfruta de um complexo particular materializado em habitações comunais, áreas de cultivo, caça e reza. Desses setores surgem evidências de uma flexível autonomia econômica, política e religiosa como marca expressiva e constante da vivência de cada cacicado. (2009, p.22)

Duas áreas eram destinadas ao cultivo de culturas para manutenção do povoado. Uma era familiar, chamada de *abambaé* que em guarani significa “terra

<sup>10</sup> Diogo Haze nasceu na Bélgica em 1647, chegou à região platina em 1691 e há indícios de que tenha sido o fundador da redução de Santo Ângelo Custódio.

<sup>11</sup> San Angel Custódio é o nome original dada à redução na língua espanhola, porém, em vários trabalhos encontra-se o nome já em português, assim como se pretende usar neste trabalho.

dos homens”, destinada pelo cacique à família extensa<sup>12</sup> (KERN, 1994, p. 48). Neste espaço, a família era responsável pelo plantio, colheita e todo tipo de manutenção que fosse necessário realizar. Já o espaço coletivo, onde os meios de produção eram comunitários, chamava-se *tupambaé*, que em guarani significa “terra de Deus”.

Cada povoado tinha como construção principal e de maior importância a Igreja, que se localizava ao centro, de frente para a praça, local em que toda comunidade circulava diariamente. Essas igrejas eram construídas com formas imponentes, com “*emprego de técnicas arquitetônicas mais elaboradas que as utilizadas em outras construções*” (BARCELOS, 2000, p. 174), com dimensões superiores a qualquer outra construção no povoado, onde os acabamentos artísticos eram de alta qualidade e minuciosos detalhes.

Ladrilhos com diversos formatos, alguns hexagonais, recebiam imagens coloridas, como flores e animais; os pilares apresentavam desenhos de “*cachos de uva e ramallete de flores*” (BAPTISTA, 2009, p. 44). Na parte externa, as igrejas recebiam a coloração branca extraída de caracóis moídos ou de tabatinga, um barro esbranquiçado (BAPTISTA, 2009, p. 44). Nas oficinas eram confeccionados os adornos empregados no interior da igreja. Usando grandes troncos, os indígenas produziam pilares, altares e imagens sacras esculpidas com grande perfeição que depois de prontas recebiam acabamentos em cores e até mesmo dourados (BOFF, 2005. p.122). Todos os detalhes empregados na construção da igreja, desde seu comprimento e altura, até os detalhes artísticos, tinham uma função fundamental, pois “*reforçavam o caráter social*” (BARCELOS, 2000, p. 174) imposto pela mudança cultural com a introdução da religião cristã.

Uma das primeiras edificações construídas era a casa onde os padres iriam residir, chamada de claustro. Com pouco conforto e multifuncionais, os claustros eram erguidos ao lado da igreja, entre as oficinas de trabalhos artesanais. Suas dimensões eram distintas, havendo quartos individuais para os missionários, “*quartos para visita de autoridades, a cozinha, o refeitório, gabinetes de leitura, biblioteca, além de uma sala destinada ao depósito de armas de fogo*” (BARCELOS, 2000, p. 184).

As condições precárias das moradias dos padres permitia a frequente invasão de animais. Em relato, o Padre Antônio Sepp destaca:

---

<sup>12</sup> Este termo designa o grupo familiar. É empregado por etnólogos para classificar as relações de parentesco existente em grupos como os Guarani (Baptista, 2009, p.22).

Neste tinha eu quatro inquilinos galináceos que punham e multiplicavam a criação para receber conveniente e honrosamente o padre missionário. Eu mesmo tratava as galinhas, enquanto o galo cucurritava lá fora, sobre a cumeeira de palha, à quarta vigília da noite e ao romper do dia: desempenhava, conscienciosamente, o ofício de fidelíssimo despertador e, mesmo, de relógio. (SEPP, 1690, *apud* BAPTISTA, 2009, p.25)

Ao lado do claustro estavam as oficinas onde havia espaços para aprender os variados ofícios artesanais, dentre os principais, a escultura e a pintura. Desde os primeiros contatos, os missionários ficaram impressionados com as habilidades dos índios para os trabalhos artesanais; imagens sacras e utensílios para uso na igreja eram confeccionados por eles mimeticamente, com base nas peças originais. Referindo-se à eficiência dos índios nos trabalhos manuais, disse o Padre Montoya: “*nas coisas mecânicas são mui hábeis*” (MONTROYA, 1639 *apud* BAPTISTA, 2009, p. 56).

As oficinas possuíam um pátio interno e tinham importância fundamental nas reduções devido ao envolvimento dos índios, à educação proposta para as crianças e, principalmente, por ser uma forma de manter a comunidade em permanente atividade sob os olhares vigilantes dos padres. Nas oficinas, havia “*ferraria, marcenaria, olaria, sapataria, tecelagem, tornearia*” (MAESTRI, 2010, p. 66), que permitiam não apenas a fabricação de imagens sacras e utensílios de uso diário, mas, também, possibilitavam a construção dos mais variados objetos, como instrumentos musicais feitos com perfeição, bem como a impressão de livros.

Com todas as transformações culturais que os guarani sofreram na instalação das reduções, a maneira de tratar seu falecidos também foi algo que se modificou. O costume de sepultar seus mortos em recipientes cerâmicos na posição fetal foi modificado com a presença jesuíta que implantou os ritos cristãos nos funerais. Foi introduzido o sepultamento na forma horizontal no cemitério existente ao lado da igreja, “*fazendo parte do conjunto composto com o claustro e pátio dos artífices*” (Barcelos, 2000, p. 193). O espaço no cemitério era dividido entre homens e mulheres, meninos e meninas, e os falecidos eram envolvidos em um manto de algodão para o enterramento; já os Padres recebiam tratamento e local diferenciado: eram enterrados no interior da igreja.

O cotiguaçu servia de “*refúgio ou asilo das viúvas sem filhos, o recolhimento das meninas órfãs*” (SILVEIRA, 1979, p. 13), que passavam a ser sustentadas pela

comunidade. Lá eram produzidos tecidos, bordados, trabalhos de alfaiataria, como a confecção de roupas para oficiais, assim como toalhas e acessórios que a igreja necessitava. Conforme Quevedo:

O sucesso econômico garantiu condições de um projeto social expresso no cotiguaçu, a casa das meninas (sic) órfãs e das viúvas. Por esse projeto, as mulheres desamparadas recebiam tudo o que necessitavam para seu bem estar. Contribuíram com a comunidade confeccionando roupas, redes, artesanatos, ornamentos, etc. a comunidade exercia um controle sobre elas, cuidando e vigiando. (2001, p.79)

Com uma edificação diferenciada, o cotiguaçu possuía um pátio interno e a comunicação com o povoado era feita através de uma porta que tinha trancas internas e externas, onde a entrada e saída era controlada por um porteiro. As chaves da parte interna ficavam a cargo de “*uma anciã e do exterior com o Padre*” (HAUBERT, 1991, *apud* BARCELOS, 2000, p.199).

O cabildo era a sede do governo do povoado, onde jesuítas e representantes dos índios eram responsáveis pela administração. Normalmente localizado no centro, em frente à praça e igreja, o cabildo tinha funções de organização e gerência da comunidade. De acordo com Ramos:

A junta administrativa era formada por um corregedor, escolhido pelo padre e pelo Governo de Buenos Aires, além de tenentes corregedores, alcaides, alferes e regedores. Os cabildantes gozavam de privilégios junto à comunidade e seus filhos recebiam uma educação especial a fim de prepará-los para substituir os pais no cabildo (RAMOS, p.16)

A participação de uma parcela de caciques na administração do cabildo facilitava a relação entre os jesuítas e a comunidade, uma vez que, como funcionários do governo, os caciques cabildantes, subordinados da coroa espanhola e do Governo de Buenos Aires, assumiam essa posição de submissão fazendo com que, automaticamente, o povoado inteiro fizesse o mesmo.

Quando os padres tiveram os primeiros contatos com os grupos guarani, ficaram perplexos com as condições precárias de suas moradias. Em moradas de palha, perceberam a ausência de camas e a presença de muitos insetos, como pulgas, carrapatos e baratas. Já na fundação dos povoados, as casas ganharam dimensões e características diferentes. Ficaram um pouco maiores, não possuíam janelas ou chaminés, as paredes normalmente eram feitas de adobe ou madeira e as coberturas passaram a ser de telhas. Dentro das características culturais dos

indígenas, foi mantido o assoalho de chão batido e o fogo permanecia aceso no centro da casa.

Aos fundos da redução, atrás da igreja, oficinas e cemitério, ficava a quinta, local onde eram cultivados diversos tipos de hortaliças, frutos e ervas. A quinta era o único espaço cultivado junto ao povoado, poderia ser de uso coletivo, mas normalmente abastecia os padres.

A praça do povoado era o “*centro da vida social*” (BARCELOS, 2000, p. 225), a qual era utilizada para cerimônias, atos políticos, procissões, desfiles militares e tantas outras atividades do cotidiano das reduções. Não possuindo vegetação, conforme dados iconográficos, a praça era delimitada segundo as proporções do povoado e também era o principal local de trânsito diário.

O traçado urbano das reduções forma uma “*rede de caminhos geometricamente planejados definidos pela disposição das casas indígenas*” (Barcelos, 2000, p. 229), normalmente perimetrais à praça. Esse traçado remonta à ideia dos projetos renascentistas das cidades planejadas, incorporadas pelos espanhóis no século XVI (KERN, 1994, p.25).

### 1.3 A redução de Santo Ângelo Custódio

Como já comprovado, as reduções jesuíticas objetivaram a inserção dos índios ao sistema colonial espanhol, submetendo-os a modificações culturais nos modos de viver, organizando e ocupando o espaço e implantando a religião como forma cultural. Na redução de Santo Ângelo Custódio<sup>13</sup> não foi diferente. A origem da redução está possivelmente relacionada com a situação de colônia, a grande quantidade de gado existente e também a problemas de doenças que se alastravam na população de *Concepción* – redução jesuítica localizada na atual República do Paraguai - como destaca Nagel em seus estudos (1994, p.54).

Quando da sua fundação, a situação de todos os povoados fundados pelos jesuítas era diferente daquela do início do século XVII. As dimensões das construções eram maiores em proporção e as pequenas igrejas de “*paredes de pau-*

---

<sup>13</sup> Parte do conteúdo histórico correspondente à redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio foi embasado na dissertação de Mestrado de Liane Maria Nagel, 1994.

*a-pique haviam sido construídas, vindo depois a ser substituídas por imponentes catedrais*” (NAGEL, 1994, p.50), entre outros aspectos que também haviam mudado.

A data exata de fundação até então é tomada como o dia 12 de agosto de 1706, devido à existência de um documento de batismo realizado na redução (Porto, 1943, p. 82). Porém, há uma segunda tese onde é abordado o deslocamento das famílias que vieram de *Concepción* para formar a nova redução: “*Santo Angel Custódio se formó en 1707, por desprendimiento de la Concepción, (...) Fueron 737 las familias que se ofrecieron a cruzar el rio Uruguay y establecerse al oriente del mismo*” (FURLONG, 1962, p. 145). Visto isso, deduz-se que a localização da nova redução teve início às margens dos rios Ijuí e Ijuizinho, sendo este local abandonado em 1707 e fixando-se o povoado nas proximidades dos rios Itaquarinchim e Santa Bárbara, onde hoje se encontra o município de Santo Ângelo. Um dos possíveis motivos que fizeram com que mudassem o local da redução era a grande proximidade com os dois grandes rios, Ijuí e Ijuizinho, onde o grande volume de chuvas poderia causar enchentes fazendo com que esses rios invadissem o território do povoado.

As localidades onde eram instaladas as reduções passavam por estudos sobre suas condições para assentamentos, relevo, fertilidade de solo, vegetação, presença de água e também de segurança. A localização estratégica, com a presença de um grande rio como o Ijuí era fundamental para a defesa de território como Gomes Freire de Andrade<sup>14</sup> destacava em suas cartas.

Sobre a denominação de Santo Ângelo Custódio, sabe-se que os jesuítas tinham o costume de tomar nomes de santos que seriam os padroeiros protetores do povoado. Conforme Silveira, provavelmente seria a “*consagração da redução ao anjo Custódio das Missões*” (SILVEIRA, 1979, p. 168), isto é, este seria o anjo da guarda da redução.

Nagel ainda destaca as denominações mais frequentes relacionadas a Santo Ângelo Custódio:

A forma mais frequente usada para grafar o nome da redução é a de San Angel que aparece nas Anuas de 1728 a 1753, nas de 1765 e 1766. Encontrou-se também diversas outras grafias tais como: S. Angel Custódio, S. Angel Custodil, S. Angeli, Santo Angel, Sto. Angely, S.S. Angeles, menos usuais (1994, p.62)

<sup>14</sup> Militar, administrador colonial que defendia os interesses da coroa Portuguesa no século XVIII, pretendia instalar casais açorianos no lugar dos índios reduzidos (FLORES, 1993)

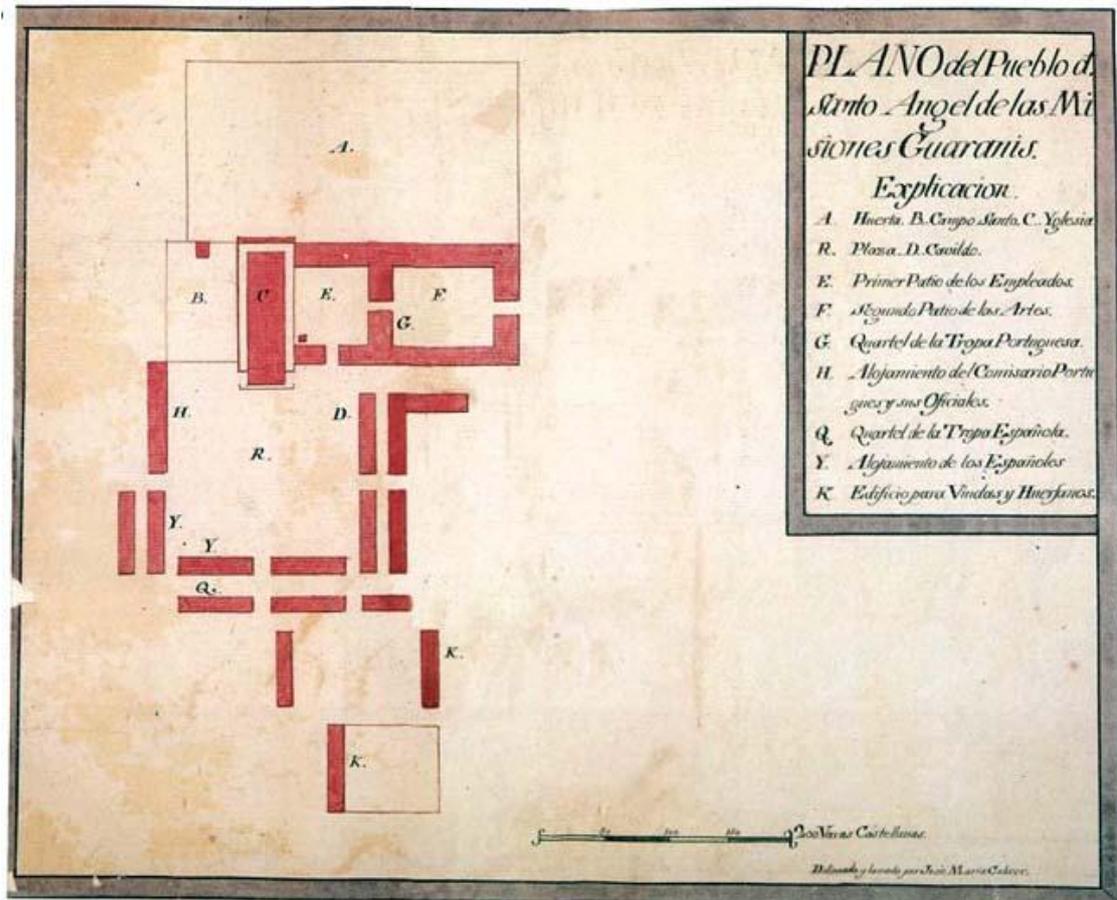
No que diz respeito ao fundador da redução de Santo Ângelo Custódio, também existem dúvidas. As informações existentes são a respeito do Padre Diogo Haze, que até o ano de 1706 era cura da redução de *Concepción*. Seu nome também aparece em documentos em uma “*disputa de terras e ervais entre os povos de São Miguel, São Luiz e San Angel*” (NAGEL, 1994, p.62), que faz deduzir que este foi possivelmente o fundador e também o primeiro cura do povoado.

Informações relacionadas à população e crescimento demográfico das reduções fundadas ao final do século XVII e início do XVIII são facilitadas devido ao cuidado que os padres tomavam realizando registros de batizados, casamentos e mortes nos povoados. As breves informações sobre a população de Santo Ângelo Custódio foram encontradas nos diários de Gomes Freire de Andrade, onde relata que havia mais de 4 mil pessoas. Havia “*uma natalidade alta e uma mortalidade reduzida, o que traz um saldo positivo de crescimento natural*” (NAGEL, 1994, p. 69).

O traçado urbano seguia as demais reduções, com o centro formado pela praça, igreja, oficinas, cemitério e ao redor as casas com formatos retangulares onde várias famílias habitavam. Todas as igrejas dos outros povoados estavam voltadas para o norte, no entanto, a de Santo Ângelo Custódio tem sua frente voltada para o sul. Na planta desenhada por José Maria Cabrer, datada de 1784, destaca-se que a intenção era puramente demarcar o espaço. Nagel destaca:

(...) Cabrer demarcou um pequeno número de casas pela quantidade de habitantes dos povoados não correspondia. Isso evidencia (sic) o interesse em apenas demarcar o local para o alojamento das tropas e não em representar exatamente a realidade, o que permite recomendar cautela na utilização dessas (sic) plantas como referenciais exatos (1994, p. 77).

Outros documentos também destacam a igreja com sua frente voltada para o sul, como os registros no diário de Gomes Freire de Andrade, onde escreve: “*a porta da Igreja e frente da povoação está para o sul*” (GOLIN, s/d *apud* NAGEL, 1994, p.77). Outra questão sobre o traçado urbano é relativo à posição do cotiguaçu. Na planta desenhada por Cabrer, o cotiguaçu aparece ao fundo da redução, colocando em dúvida a tese de que essa edificação ficava geralmente à direita ou à esquerda da igreja. Abaixo, a planta da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio conforme José Maria Cabrer:



**Fig. 1** –Traçado da antiga redução de Santo Ângelo Custódio, extraído do “Plano del Pueblo de Santo Angel de las Misiones Guaranis” (CABRER, 1784), que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. (Fonte: ADONIAS, 1993)<sup>15</sup>

Ainda sobre as igrejas, Furlong relata sobre a construção do templo na redução de São Nicolau entre os anos de 1747 e 1750. Comenta, ainda, que a de Santo Ângelo Custódio estava em andamento neste período (1962, p. 216). Já em registro do diário de Gomes Freire de Andrade, datado 18 de junho de 1756, há a informação de que ela ainda estava por ser terminada, faltando apenas a capela dourada. Em carta enviada a José de Carvalho e Melo, Gomes Freire de Andrade relata que era o que havia de mais moderno nas reduções, referindo-se à igreja construída recentemente (NAGEL, 1994, p. 79).

As igrejas das reduções eram bastante luxuosas, possuíam ornamentos em prata e outros objetos valiosos. Isso se comprova a partir de uma análise dos inventários realizados no ano de 1768 em cada redução: pela descrição detalhada

<sup>15</sup> Créditos da imagem digitalizada: Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.

dos ornamentos e roupas usadas nos altares é possível ter uma noção do luxo e riqueza que havia nas igrejas<sup>16</sup>.

No que diz respeito às atividades diárias na redução é possível afirmar que todos exerciam um papel importante para o bom funcionamento da sociedade, pois as tarefas eram divididas entre toda comunidade: homens, mulheres e jovens tinham ocupações e responsabilidades a cumprir. Conforme estudos realizados por Nagel:

Na época de semear e colher, o homem adulto trabalhava três dias em sua parcela do Abambaé e dois no Tupambaé. Fora desse período, dividia seu tempo em expedições aos ervais, viagens aos Ofícios, levando ou trazendo mercadorias, construindo barcos e pontes, fabricando telhas, tijolos e ladrilhos para a manutenção das casas e da Igreja, abrindo caminhos e canais para a irrigação efetuando ainda, diversas outras tarefas necessárias ao funcionamento da vida na redução. No caso dos artesãos, acontecia uma situação diferenciada, uma vez que além do seu trabalho nas oficinas, eles tinham a obrigação de participar, intercaladamente, uma semana de plantação. As mulheres, além do trabalho de casa e do cuidado com os filhos, eram responsáveis pela fiação do algodão ou da lã para o fabrico dos tecidos necessários. Rapazes, moças e crianças participam nos trabalhos mais leves, como arrancar capim ou ervas do meio das plantações, e um grande número de pequenas tarefas que lhes são solicitadas. (GARAVAGLIA 1987, *apud* NAGEL, 1994, p. 97)

A subsistência da família deveria ser garantida pelo *Abambaé*, onde era cultivado milho, arroz, mandioca, legumes entre outros. Já no *Tupambaé* era produzido erva e tabaco para os adultos e a alimentação para velhos, enfermos, viúvas e órfãos.

As atividades relacionadas à pecuária também envolviam todos os integrantes do povoado, exceto os ferreiros, tecedores e artesãos. A pecuária era de extrema importância, pois contribuiu para uma alimentação mais rica em proteínas e também para abastecer a população durante períodos de crises nas colheitas agrícolas. Cada redução tinha sua *invernada*<sup>17</sup>, onde haviam cabeças de gado destinadas ao abate e consumo dos habitantes do povoado. Em maior quantidade, eram criados animais nas estâncias que se localizavam a uma maior distância. A de Santo Ângelo Custódio estava localizada nas proximidades do rio Ibicuí, e que “*anualmente faziam o abastecimento das invernadas com as reses destinadas ao abate*” (NAGEL, 1994, p.99).

<sup>16</sup> O inventário detalhado das reduções dos Sete Povos pode ser encontrado no livro *Bens e Riquezas das Missões*, organizado por Anna Olívia do Nascimento e Maria Ivone de Avila Oliveira (2008).

<sup>17</sup> Espaço destinado à criação de gado.

A extração de erva mate tinha sua importância, pois era um produto usado em todas as reduções para consumo interno, bem como para a exportação. As tarefas de colheita e processamento da erva eram árduas e ofereciam riscos que em muitos momentos deixou vítimas fatais, pela exaustão do trabalho, ataque de tigres, quedas das árvores muito altas (NAGEL, 1994, p.104). Os ervais estavam muito distantes das reduções. Isso fez com que os jesuítas aprendessem o domínio da técnica, iniciando o plantio de árvores nas proximidades do povoado. Além de Santo Ângelo Custódio, os povoados que se destacavam na produção de erva mate eram São Miguel Arcanjo, São João Batista e São Nicolau.

Outra grande produção da redução de Santo Ângelo Custódio era o algodão, que após ser “*colhido, fiado e transformado em tecido, os ‘lienzos’, ou panos de algodão ocupavam o segundo lugar na hierarquia do comércio missioneiro*” (NAGEL, 1994, p.101). Toda a quantidade de algodão necessário para o abastecimento dos habitantes da redução, isto é, em suas necessidades diárias de vestimentas, era produzida no *Tubambaé* e fiado pelas mulheres. Foi considerada posteriormente uma das maiores produtoras de algodão.

Ocupando uma posição inferior à produção de erva mate e algodão, o tabaco e o couro também tiveram sua importância, pois representaram algo em torno de 5% no mercado regional (GARAVAGLIA, 1987 apud NAGEL, 1994, p.113).

Diante da grande evolução nas produções agrícolas e da expansão da pecuária, as reduções visavam sua autossuficiência nas necessidades básicas de abastecimento e manutenção. Porém, como haviam diferenças entre os povoados devido ao tipo de solo, clima e vegetação, resultando em diferenças nas produções, foi organizado um método de intercâmbio para suplementar as necessidades de cada redução. Assim, com a troca de produtos, não restavam excedentes que fossem inutilizados e também eram cobertas todas as necessidades de sustento da população.

A organização político-administrativa era uma mescla de elementos da cultura guarani com a sociedade espanhola e esta organização tinha sua sede e seus funcionários. O cabildo era o resultado da união firmada entre caciques e padres, uma espécie de sede de governo dentro da redução. Nagel explica:

Dividindo a liderança no interior da organização missioneira, caciques e jesuítas estabeleceram uma espécie de aliança em que o padre substituiu as funções do antigo médico-feiticeiro, o pajé ou caraí, associando-se e

cooptando aos caciques, que passaram a ser funcionários da administração colonial hispânica. (1994, p.118)

Em Santo Ângelo Custódio aconteceu o mesmo. Cargos e funções eram distribuídos aos caciques, que em troca recebiam “regalias” como títulos, preferências nos primeiros bancos da igreja, melhores pedaços de carne, melhores roupas, vantagens para filhos que estivessem na escola, configurando, assim, uma elite em plena sociedade jesuítico-guarani.

Na pesquisa realizada por Nagel, não foram encontrados dados relativos aos caciques com cargos na fase inicial da redução, porém, foram localizados alguns nomes dos eleitos do ano de 1756, em plena guerra guaraníca. Podemos destacar: Dionísio Cabayu e Miguel Taropi (Alcaides ordinários); Don Ignácio Neesã (Alferez Real); Cristobal Mendare, Dom Ignácio Mbari, Juan Aranani e Feliz Guiray (Regedores); NazariPiri e Juan Zapari (Alcaides da Irmandade) e Don Cristobal Nuca (Alguazil Maior) (1994, p. 122).

No que diz respeito aos padres que atuaram à frente da redução de Santo Ângelo Custódio, Furlong lista alguns nomes:

No sabemos quien fue el primer Cura y organizador de este pueblo, pero en 1713 hallamos allí a los Padres Diego García y Diego de Anaya y Domingo Terrero, desde 1734 a los padres José Guinet y Jerónimo Zacarias, desde 1742 a los padres Javier Limp y Andrés Fernández, desde 1745 a los padres Bartolomé Piza y Miguel Marimón, sucediendo-se a éste, desde 1749, el padre Antonio Planes y, desde 1751 el padre Jaime Mascaró. En 1768 era cura el padre Juan Batista Gilge, y hasta el año anterior había tenido por compañero al padre Miguel López (1962, p.145)

Ainda sobre os padres, deve-se destacar a importância da relação com os cabildantes, para progresso espiritual e material dentro do povoado. Esta tarefa com certeza não foi fácil, pois conciliar uma cultura indígena com as imposições da coroa espanhola e da religião apresentada pelos jesuítas exigiu árduo trabalho e restrições no modo de vida levado pelos índios até o contato com o homem branco.

As instruções gerais eram enviadas pelo governo de Buenos Aires, ao qual os Sete Povos eram subordinados e deste, juntamente com os jesuítas que aqui estavam, recebiam orientações sobre a proteção da fronteira. Visto isso, a redução de Santo Ângelo tinha grande importância devido a sua localização estratégica, fixada em um ponto bastante avançado no território ocupado pelos Trinta Povos, o

que se pode comprovar através de documentos o seu caráter de guarnição da fronteira (NAGEL, 1994, p.127).

#### 1.4 O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica

Os limites traçados entre Portugal e Espanha, por meio do Tratado de Tordesilhas em 1494, não estavam sendo respeitados, o que causava uma série de preocupações e conflitos entre as duas potências. Um dos fatores mais relevantes nestas invasões era o desconhecimento do território americano em relação ao rio da Prata.

No ano de 1680, Portugal fundou em território espanhol a Colônia do Sacramento, à margem esquerda do rio da Prata, quase em frente à Buenos Aires. Esta localização era estratégica, pois era por meio do rio da Prata que se escoava a prata extraída em Potosi<sup>18</sup>. Um pouco mais tarde, em 1737, surge o Forte Jesus-Maria-José, que mais tarde deu origem à cidade de Rio Grande, marcando definitivamente a ocupação portuguesa nesse território. Percebendo que o avanço português em território espanhol só estava aumentando, a coroa, após inúmeras tratativas, resolve firmar um novo tratado.

Como o reinado pertencia a Fernando VI, esposo da portuguesa Bárbara de Bragança, buscaram atenuar as questões de fronteira com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Conforme Nagel, este tratado:

(...) determinava, basicamente, em relação aos limites no sul, a cedência para a Coroa de Portugal, de todas as povoações e estabelecimentos localizados no espaço entre margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do rio Uruguai, o que compreendia a entrega dos Sete Povos, com todos os seus bens imóveis, em troca da Colônia do Sacramento, que passaria a pertencer para a Coroa espanhola. Os moradores da Colônia poderiam escolher entre permanecer no local ou não, enquanto os guaranis dos Sete Povos das Missões seriam evacuadas da região devendo deixar seus povoados e seus bens. (1994. p. 162)

Teoricamente, o Tratado de Madri trocava os territórios: a Colônia do Sacramento passaria a ser espanhola e os Sete Povos portugueses, mas na prática tornou-se difícil de cumprir por vários motivos, como a resistência indígena e as

---

<sup>18</sup> É a atual capital da Província de Tomás Frías e do Departamento de Potosí, na Bolívia. Entre os séculos XVII e XIX, era grande produtora de minério de prata, o qual era extraído e enviado para a Espanha através do rio da Prata.

dificuldades para interpretar as imposições feitas no tratado devido à falta de clareza nas cláusulas, onde não constavam prazos para que os índios dos sete povos deixassem o território.

A notícia sobre o tratado consternou todas as reduções incluindo-se os jesuítas que viviam nelas. As tratativas para ocorrer a mudança para o outro lado do rio Uruguai foram diversas, mas somente com a visita do padre confessor do rei Fernando VI é que os efeitos começaram a surgir. O argumento usado era de que o rei tinha compromisso de fidelidade para com seus vassallos, os índios, e assim, estes tinham o dever de cumprir com a exigência do rei.

Providências para iniciar o traslado das famílias começaram a ser feitas, como a construção de carretas para transportar crianças, idosos, doentes, grávidas, móveis, utensílios de uso diário, sementes, ferramentas, estátuas, alfaias das igrejas, barcos e tudo que era necessário para a mudança de todos habitantes das reduções e cerca de um milhão de reses (NAGEL, 1994, p. 163).

O traslado do gado seria uma das maiores dificuldades para efetivar essa mudança. No caso de Santo Ângelo Custódio e São João Batista, o transporte era dificultado devido à grande quantidade de rios existentes até chegar à fronteira e a hipótese de deixá-los era inviável, pois eram imprescindíveis para a sobrevivência dos índios.

O tempo passava e a pressa portuguesa só aumentava. Os curas das reduções chegaram a cogitar a ideia de renúncia coletiva, o que não foi aceito, pois seria inviável passar a outros a responsabilidade de intermediar a comunicação com os índios. O traslado deveria começar em novembro de 1753, mas os curas já não tinham toda credibilidade com os “seus” índios, o que resultou na declaração de que Santo Ângelo Custódio e São João Batista não sairiam dos seus territórios (QUEVEDO, 2000, p. 166).

Em 20 de julho de 1753, os caciques de Santo Ângelo escreveram uma carta destinada ao Governador de Buenos Aires onde expressaram o respeito à autoridade do rei e seus representantes, assim como toda religiosidade usada para justificar a posição de não obediência às ordens para efetuar a mudança. Na carta, destacam que estão seguindo as orientações do rei Felipe V, que antecedeu o que assinou o tratado, através de apelações e exaltações de que estão apenas cumprindo a vontade de Deus. Expressavam a revolta que o tratado estava causando, dispondo-se a enfrentar guerra se necessário fosse, com pensamento de

que estavam sob proteção de Deus e este os faria vencer (RABUSKE, 1978 *apud* NAGEL, 1994).

Através deste documento, é possível entender as causas da guerra guaranítica e o posicionamento dos índios que tinham a sua redução como seu espaço vital, onde suas atividades sociais, culturais e religiosas se desenvolviam e, assim, a disposição de lutar por ele até a morte.

Neste momento, espanhóis e portugueses já estavam impacientes à espera da desocupação do território. Em 1754, uma expedição luso-espanhola foi organizada para tomar as missões, dando início à guerra. Já em 1755, a segunda expedição foi organizada e consolidada em janeiro de 1756; e em fevereiro deste mesmo ano, acontece a batalha de Caiboaté<sup>19</sup>, que resultou em cerca de 1500 índios mortos, marcando o final desses conflitos. Conforme Quevedo:

O exército luso-castelhano marchou, pelo lado português, com 1.600 homens, 152 carretas, 3.769 cavalos, 261 bestas muares e 1.816 bois, enquanto pelo lado espanhol havia 2.300 homens, 7.000 cavalos, 800 mulas e 6.000 vacas. Em 17 de maio de 1756 os luso-castelhanos entraram triunfantes em São Miguel, e imediatamente os outros seis povoados se renderam (2000, p.172).

A falta de organização e despreparo das tropas indígenas nos enfrentamentos com os exércitos português e espanhol, assim como a desconfiança entre os povoados, enfraqueceu a atuação na guerra, fazendo com que ao final cada redução procurasse defender seu território isoladamente. Pode-se concluir sobre a guerra guaranítica que foi um grande massacre dos Guarani e que a posição dos jesuítas era extremamente difícil porque desejavam defender seus árduos trabalhos nas reduções, porém deviam acatar os interesses da coroa espanhola.

### **1.5 A decadência e o repovoamento**

Ao final da guerra guaranítica e com a rendição de todas as reduções, começava a fase de traslado dos habitantes para o outro lado do rio Uruguai. De maneira geral, essa tarefa não foi fácil, pois os índios não queriam deixar suas terras. Acompanhados pelos curas, seguiam para suas novas habitações do outro lado do rio, mas muitos fugiam disfarçadamente durante o trajeto para se resguardar

---

<sup>19</sup> A Batalha de Caiboaté aconteceu em terras do atual município de São Gabriel, região central do Rio Grande do Sul (PIPPI, 2007)

nos matos nas imediações de suas reduções de origem. Em alguns casos, soldados espanhóis fizeram a escolta até todos atravessarem o rio, mas ainda assim, muitos tentavam voltar para seus povoados ou buscavam fixar-se em outros lugares. Flores destaca que ainda havia a transferência de guaranis para a aldeia dos Anjos e que mais tarde deu origem à cidade de Gravataí (1993, p.49).

Todos os índios levados para o outro lado do rio Uruguai foram distribuídos entre as reduções que lá continuavam em funcionamento. Os de Santo Ângelo Custódio foram assim distribuídos: “1.041 em São Xavier, 674 em Mártires, 440 em Concepción, 09 em Itapua e 09 em Apóstoles” (NAGEL, 1994, 208).

Todas as dificuldades, conflitos e resistência indígena causada pelo Tratado de Madri tiveram curto prazo. Com a mudança do trono espanhol, Carlos III assumiu e uma das primeiras atitudes foi anular o tratado em 1760, mas as ordens de anulação chegaram a Buenos Aires apenas em 1761 e aos poucos foi sendo disseminada a notícia entre os padres para que pudessem retornar aos Sete Povos.

Com o retorno às reduções, o cotidiano não voltou a ser o mesmo. As disputas pelo território entre Portugal e Espanha não serviram de nada além da destruturação das famílias indígenas, os quais, quando retornaram, encontraram povoados abandonados e condições precárias para iniciar tudo novamente.

Logo após o retorno às missões, os padres jesuítas foram substituídos por outras congregações religiosas e leigos, pois em 1768 a Companhia de Jesus<sup>20</sup> havia sido expulsa da Espanha, o que já havia ocorrido pouco tempo antes em Portugal e na França. Seguindo as ordens de expulsão, antes de deixar os povoados, os jesuítas fizeram o inventário dos bens existentes em cada uma. Nagel destaca sobre Santo Ângelo:

As atas de encerramento dos Inventários de San Angel, publicadas por Brabo em 1872, nos permitem reconstruir um pouco dos fatos que se passaram na ocasião. Redigidas a 9 de agosto de 1768, revelam que no momento da expulsão, era cura do povoado o padre Juan Batista Gilge, que entrega a administração espiritual para o frei Martin de Cáceres “del Real militar orden de n. señora de la Merced, Redención de Cautivos” e a administração temporal, para D. Juan Beron, “el administrador nombrado”. (1994, p. 214)

Este inventário foi registrado no dia 10 de agosto com rubricas de Francisco Bruno Zavala (NAGEL, 1994, p.216). Com essa série de acontecimentos, a

<sup>20</sup> Teve sua dissolução entre 1773 e 1814 sendo que depois foi reconstruída oficialmente (FURLONG, 1962, p.675).

população dos Sete Povos foi reduzindo devido à dispersão dos índios. No ano de 1801, registram-se em Santo Ângelo 1.960 habitantes, em 1822 apenas 350 pessoas, e em 1827 o número baixa para 103 pessoas (PORTO, 1943, p. 417).

A apropriação dos Sete Povos pelos portugueses em 1801, destacando o caso de Santo Ângelo, está inserida em um processo de expansão territorial colonial luso, que buscava atender interesses políticos e econômicos. Possuindo o território das reduções, facilitava a entrada e domínio em Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás (NAGEL, 1994, p.238).

A partir de então, Santo Ângelo passa por um período de abandono, ficando à mercê das ações da natureza. A vegetação tomou conta do espaço e deixou em ruínas o povoado que por longas décadas progrediu econômica e culturalmente.

Desta fase da história de Santo Ângelo, há poucos registros, porém, muito significativos: são os relatos dos viajantes que passaram nesta região no século XIX, realizando estudos, demarcações e descrição detalhada do que encontravam. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire visitou Santo Ângelo em 1821 e fez anotações sobre o estado do local:

(...) Santo Ângelo é a última das aldeias das Missões no quadrante leste. Para além crescem grandes florestas que se unem às do Sertão de Lages e servem de asilo aos índios selvagens. Esta aldeia é a mais escondida de todas (...) em sitio cujo acesso exige a travessia de dois rios perigosos. (...) A única diferença apresentada pela Igreja de Santo Ângelo está em sua posição, pois no mais é perfeitamente semelhante às de São Borja, São Nicolau, São Luiz e São Lourenço. O colégio dos padres é, entretanto maior, a praça tem mais ou menos 180 passos em quadro e, além disso, existem algumas ruas. A igreja, as oficinas e mesmo a residência dos padres estão em ruínas e das numerosas casas apenas seis estão praticamente habitáveis. Quanto à população, não vai além de oitenta pessoas (...) Antes de deixar Santo Ângelo, visitei a igreja, que encontrei em péssimo estado, não sendo, porém, menos bela que as das outras aldeias... (SAINT-HILAIRE, 1974, p.156)

Após a independência do Brasil, foi criada a Província do Rio Grande do Sul integrando administrativamente todo território dos Sete Povos. Santo Ângelo integrou-se a de Rio Pardo em 1809, passando em 1822 a Cachoeira do Sul e, em 1834, a Cruz Alta (SILVA, 2006, p. 3), da qual permaneceu como distrito até ser elevada à categoria de freguesia em 1857.

A partir de 1859, Antônio Manoel de Oliveira e o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado, então vereador de Cruz Alta, acordam de utilizar o local da antiga redução para fixar uma nova paróquia. Após abrir caminho entre o mato, iniciaram a

construção do novo povoado usando os escombros da redução. “*Não passavam de seis a oito habitações, ligeiramente construídas, quando foi conseguida a nomeação do padre Manoel da Silva Guimarães Araxá*” (SILVEIRA, 1979, p. 171).

Uma das primeiras<sup>21</sup> casas construídas foi num dos espaços que abrigava as casas dos índios no período jesuítico-guarani. Ela pertenceu a um dos primeiros moradores da povoação de Santo Ângelo no período do repovoamento, o Sr. Bernardo José Rodrigues, vereador do município ainda no período imperial, que realizou as primeiras adaptações no imóvel, dando à antiga habitação do povoado de Santo Ângelo Custódio traços arquitetônicos luso-brasileiros. Posteriormente, o prédio foi herdado pelo seu filho, o Sr. Ulysses Rodrigues, último intendente e primeiro prefeito de Santo Ângelo, importante líder regional do partido republicano nas primeiras décadas do século XX. Assim, o imóvel foi palco de diversas reuniões e eventos políticos e hospedou importantes nomes da política estadual.

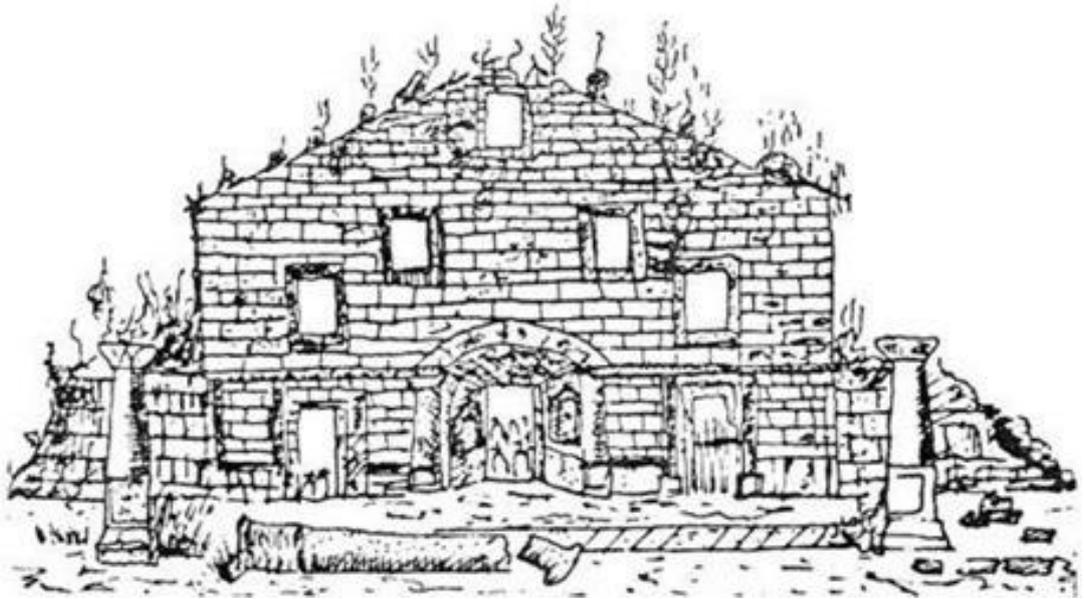
Hemeterio José Velloso da Silveira, natural de Pernambuco, residia em Porto Alegre no início do século XX. Silveira esteve duas vezes na região, nos períodos de 1855-1867 e 1875-1886 (PIPPI, 2007, p.63). Em suas anotações encontra-se uma peculiaridade sobre os detalhes de Santo Ângelo: é o registro mais significativo da antiga redução e aparece acompanhado de um desenho feito por Carlos Pettermann em 1861. Conforme Silveira:

O frontispício da antiga igreja estava perfeitamente conservado, deixando apreciar seus labores e adornos. Aos lados da porta principal, existiam dois nichos em um dos quais notava-se a estátua de pedra de Santo Inácio de Loyola, paramentado de casula com um livro debaixo do braço esquerdo, o outro nicho tinha uma estátua de São Pedro Nolasco, mas estava decapitada. A frente do frontispício notavam-se quatro grandes colunas também de pedra, sendo duas caídas por terra e as outras duas ainda aprumadas, todas com capitéis de ordem compósita. Essas duas colunas serviam para sustentar o pórtico, que precedia a entrada do templo. (1979, p. 170-172)

Sua descrição é ilustrada com a cópia do desenho amador feito pelo viajante Carlos Pettermann, em 1861, único registro iconográfico da igreja da redução de Santo Ângelo Custódio.

---

<sup>21</sup> Desde 1985, o prédio abriga o Museu Municipal, com amplas salas de exposição e um acervo rico em artefatos arqueológicos, da história das missões e outros aspectos da formação da cidade e região.



**Fig. 2** – Desenho de autoria do viajante Carlos Petermann, datado de 1861, representando as ruínas da redução de Santo Ângelo Custódio. (Fonte: SILVEIRA, 1979)

Aos poucos um novo município surgia. Com casas, igreja e praça crescendo no mesmo local onde foi a redução, surge em 22 de março de 1873 pela Lei nº 835 a vila de Santo Ângelo, posteriormente tornando-se município, agregando aos seus limites os territórios do São Luiz e São Borja (BINDÉ, 2006, p. 39). Já em 1877, muitas casas haviam sido construídas ou reconstruídas com o aproveitamento das estruturas da antiga redução (PIPPI, 2007, p. 64). Quanto à igreja, foi demolida a antiga e iniciada a nova construção em 1888, também fazendo o aproveitamento de grandes pedras da igreja anterior, mas com dimensões menores e sem adornos externos (FINOKIET, 2003; BINDÉ, 2006). Parte dos custos eram subsidiados pela comunidade paroquiana (BINDÉ, 2006, p.86).



**Fig. 3** – Igreja construída em 1888. Ao lado esquerdo a Intendência Municipal e em frente, a Praça. (Fonte: Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos)

Esta igreja foi demolida por volta de 1940 para dar lugar à Catedral Angelopolitana, cuja construção se iniciou entre 1929 e 1930, com o intuito de reproduzir uma réplica do antigo templo da redução de São Miguel Arcanjo. Finokiet escreve sobre a finalidade de substituir a pequena igreja por uma maior, com projeto mais arrojado:

A idéia de substituir a antiga igreja existente no local da Catedral surgiu no início de 1920, tendo como mentores os senhores Alexandre Martins da Rosa, Januário Fernandes, padre Henrique Hings, Geraldino Câmera e Homero Bittencourt. O objetivo era edificar um templo que tomasse por base o estilo da antiga igreja da Redução de São Miguel Arcanjo (2003, p. 46).

Iniciada pelos fundos, a Catedral foi construída no mesmo lugar da igreja existente, em proporções maiores, o que permitiu que esta continuasse com suas atividades ainda por alguns anos. A obra precisou ser paralisada diversas vezes devido aos seus elevados custos. No entanto, a comunidade empenhava-se realizando campanhas de arrecadação de dinheiro (FINOKIET, 2003, p. 47) para dar continuidade ao projeto.

Em 1952, o escultor austríaco Valentin Von Adamovich fixou residência em Santo Ângelo para trabalhar nos acabamentos artísticos e imagens esculpidas na parte externa da Catedral (MARCHI, 2011, p.5). No ano de 1955 a igreja estava concluída, apenas faltando as duas torres, mas pronta para o uso. As torres foram concluídas apenas em 1971 (FINOKIET, 2003, p. 47), mostrando sua imponência e semelhança com a catedral da Redução de São Miguel Arcanjo.



**Fig. 4** – Catedral Angelopolitana, 2005. (Fonte: Fernando Gomes)

Atualmente, a área que compreende o Centro Histórico de Santo Ângelo está localizado exatamente onde foi instalada a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, espaço que mais tarde serviu para o repovoamento e construção da igreja em 1888 e, pouco antes da metade do século XX, para a construção da Catedral Angelopolitana, a Praça Pinheiro Machado, o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e a Prefeitura Municipal.

Da extensão territorial de Santo Ângelo, muitos outros municípios emanciparam-se. É o caso de Santa Rosa em 1931; Giruá, 1955; Catuípe, 1961; São Miguel das Missões, Eugênio de Castro e Entre-Ijuís em 1988 e Vitória das Missões em 1992 (FREITAS, 2005, p.48). Hoje, a área do município corresponde a 680,498Km<sup>2</sup> com população em torno de 76.275 conforme Censo de 2010 (IBGE, [2013]).

## **CAPÍTULO 2 – PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA REGIÃO / EM SANTO ÂNGELO**

O relato histórico sobre as reduções dos Sete Povos das Missões que precedem este capítulo são de fundamental importância no sentido de compreender a motivação para as pesquisas arqueológicas realizadas em Santo Ângelo, mais especificamente o projeto desenvolvido entre 2006 e 2007. Essa contextualização permite que as informações acerca dos vestígios da redução de Santo Ângelo Custódio sejam facilmente entendidas e interpretadas proporcionando um conhecimento geral sobre o assunto.

Assim, este capítulo busca, basicamente, descrever as pesquisas arqueológicas realizadas no município de Santo Ângelo, tendo por base relatórios emitidos a partir da década de 1990, embora tivessem ocorridos investigações arqueológicas incipientes desde o final da década de 1960, feitas por equipes do PRONAPA. Inicialmente, antes de utilizar os relatórios de 1990, faço uma breve contextualização sobre as pesquisas arqueológicas realizadas a partir de 1960.

### **2.1 Pesquisas arqueológicas nas Missões-RS**

As pesquisas arqueológicas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em espaços onde foram instaladas as Reduções Jesuíticas dos Sete Povos a partir do século XVII, tiveram grande impulso na década de 1980. Isso porque, em 1983, a UNESCO que tombou como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade o Sítio Arqueológico da Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo, o qual pertenceu ao município de Santo Ângelo, emancipou-se apenas em 1988. Anterior à intervenção da UNESCO, o SPHAN, hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) já a havia considerado, em 1937, como Patrimônio Nacional, uma das primeiras ações da instituição em sua fase inicial de estruturação (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, [2012]).

O projeto intitulado de “Arqueologia Histórica Missioneira”, coordenado pelo professor Doutor Arno Alvarez Kern, foi elaborado em 1984, com o objetivo de realizar escavações na região dos Sete Povos, iniciando-se as pesquisas nos sítios de São Lourenço do Sul e São Nicolau. A estimativa para a primeira fase de atividades de campo foi prevista para ser realizada no prazo de dez anos, entre 1985 a 1995 (KERN, 1998, p.47), cujo cronograma se efetivou.

As necessidades de “*ação patrimonial e recuperação histórica*” (KERN, 1998, p.47) cresciam com o andar das pesquisas nestes sítios, resultando na ampliação do projeto para São Miguel, São João, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, expandindo-se, assim, as frentes de trabalho e o desenvolvimento de subprojetos. Kern destaca os objetivos que o projeto Arqueologia Histórica Missioneira buscava abarcar:

O presente projeto constitui-se numa proposta de levantamento de fontes e dados materiais arqueológicos e escritos, primários e secundários, visando a realização de uma síntese histórica sobre a ocupação colonial da região platina oriental por populações indígenas e européias. Estão sendo estudados basicamente dois aspectos do povoamento da região: uma primeira ocupação, gradual e permanente realizada pelas etnias indígenas; uma segunda, caracterizada pelo posterior estabelecimento das frentes de expansão ibéricas (KERN, 1998, p. 25).

O conhecimento da ocupação pré-histórica e histórica foi, portanto, o principal fator que impulsionou a pesquisa visto que, até então, havia apenas pesquisas documentais e escassas publicações sobre povos indígenas e Reduções Jesuíticas dos Sete Povos. De maneira indireta, igualmente importante, havia também a necessidade de estimular “*políticas locais de preservação dos vestígios arqueológicos e dos sítios históricos*” (KERN, 1998, p.27), seguindo-se, pois, a proposta da UNESCO, a qual visava, fundamentalmente, que as comunidades locais tivessem conhecimento do seu próprio patrimônio.

Os trabalhos em cada um dos sítios tinham seus coordenadores e equipes independentes. Kern escreve sobre essas equipes:

As pesquisas em São Lourenço foram desenvolvidas pela atual Coordenação Científica do projeto e pelo arqueólogo Prof. Dr. Pedro Mentz Ribeiro, do Centro de ensino e Pesquisas Arqueológicas da FISC (Santa Cruz), ficando posteriormente sob a responsabilidade direta do primeiro. As pesquisas realizadas em São Miguel, iniciadas por Kern, foram posteriormente desenvolvidas juntamente com o arqueólogo Prof. Dr. Klaus Hilbert, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, da PUCRS. As pesquisas em São Luiz e Santo Ângelo estiveram a cargo do arqueólogo Prof. Me. Giovani Scaramella, do Laboratório de Arqueologia do Centro de

Cultura Missioneira da URI (Campus de Santo Ângelo). As atividades arqueológicas relativas a São João foram iniciadas por Kern, mas o projeto específico foi desenvolvido posteriormente pelo Prof. Me. José Otávio de Souza, do Laboratório de Arqueologia da 12ª Coordenadoria Regional do IBPC. Para cada campanha foram sempre elaborados planos especiais das atividades desenvolvidas, de acordo com as exigências legais da legislação federal (Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961). (KERN, 1998, p.23).

No relatório emitido ao final do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, expôs-se todas as atividades realizadas em cada sítio, publicações resultantes, congressos em que a equipe participou divulgando os trabalhos. Destacam, ainda, as normas obedecidas para trabalhos de grande escala e impacto, bem como sobre problemas de revolvimento de solo, como no caso do uso de máquinas agrícolas:

Seguindo as indicações modernas e as próprias normas da UNESCO e do ICOMOS, sobre a necessidade de preservação dos sítios arqueológicos históricos, o trabalho tem se limitado às prospecções e aos estudos bibliográficos e documentais (gráficos e iconográficos), buscando o conhecimento científico antes da escavação em larga escala. Ainda dentro do espírito da Carta de Veneza, tentou-se a compreensão dos sítios arqueológicos, sem que a sua significação ficasse desvirtuada. Como bem sabemos, a compreensão e a conservação de uma cultura é mais importante do que sua escavação em larga escala. Por isso, buscou-se inicialmente dar ênfase à prospecção arqueológica de salvamento em áreas ainda hoje agredidas pela destruição antrópica, através das máquinas agrícolas em labor constante. As sondagens e as escavações limitadas, no entanto, oportunizaram um sem número de informações que foram dando corpo a novas problemáticas e interpretações. Atividades de pesquisa, novas temáticas, reformulações teóricas e metodológicas, foram publicadas através de artigos, difundidas pelos meios de comunicação, expressas em relatórios, divulgadas em conferências e palestras (KERN, 1995, p.2)

Essas pesquisas realizadas nos sítios missioneiros tiveram grande importância: foram os primeiros passos dados na pesquisa arqueológica sobre o período jesuítico-guarani na região e são, ainda hoje, referências quando pensamos em Arqueologia Histórica no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir desse ocorrido, os interesses ou desinteresses das prefeituras locais ficaram evidenciados através das ações como o cercamento dos sítios, facilitando a proteção, ou o inverso, impondo obstáculos para os trabalhos arqueológicos e de proteção. Prefeituras como as de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga sinalizaram a possibilidade de contratação de arqueólogos e instalação de museus de arqueologia locais (KERN, 1998, p.49). Porém, estes projetos não se efetivaram plenamente.

As pesquisas arqueológicas na área do povoado de Santo Ângelo Custódio são relativamente recentes. Em 1969, José Proenza Brochado realizou o que

provavelmente seja o primeiro trabalho neste sítio. Este trabalho resultou na definição da chamada Fase Missões, que apresenta dois tipos diferentes de cerâmica, uma de tradição indígena e outra de tradição europeia (CARLE, 2007. p. 24).

## 2.2 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas de 1993 e 1994

O tombamento do sítio de São Miguel Arcanjo, feito pela UNESCO, em 1983, impulsionou algumas atitudes com relação aos sítios históricos na região. A criação do Núcleo de Arqueologia (NARQ), em 1988, vinculado ao Centro de Cultura Missioneira (CCM) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), teve por finalidade promover e monitorar projetos de pesquisas arqueológicas na instituição de ensino. Entre as atividades determinadas, inclui-se: *“organizar, catalogar, analisar e interpretar os bens materiais recuperados em prospecções, sondagens e escavações arqueológicas”* (SCARAMELLA, 1993, p.5)

A partir da fundação do NARQ/CCM, são realizados os primeiros projetos de prospecções arqueológicas e escavações no município de Santo Ângelo. O primeiro registro de projeto realizado no município de Santo Ângelo teve início na década de 1990, junto à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, onde, então, o NARQ/CCM sediava as pesquisas de cunho arqueológico. A equipe envolvida era coordenada pelo Prof. Ms. Giovani Scaramella e assessorada pelo Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

A descrição do projeto relata estudos aos períodos Pré-Histórico e Histórico:

O Projeto Pesquisas Arqueológicas em Assentamentos Pré-históricos e Históricos (Reduções Jesuíticas) do Médio curso dos Rios Ijuí e Piratini – RS – Brasil, sub-projeto do projeto Arqueologia Histórica Missioneira, sob coordenação Geral do Prof. Arno Alvarez Kern (PUCRS / UFGRS / URI), propõe a realização de pesquisas na região que abrange os municípios de São Luiz Gonzaga, Caibaté, Santo Ângelo e Entre-Ijuís, Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Esse projeto foi elaborado em 1991, originou-se do projeto Salvamento Arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Ângelo confeccionado em 1990, contando atualmente com parte de suas metas cumpridas, no que tange a ação de preservação, valorização e conscientização da população quanto ao patrimônio arqueológico regional. (SCARAMELLA:, 1993. p.5)

Um aspecto importante a ser destacado sobre essas pesquisas arqueológicas é o fato de que foi a implantação de políticas de preservação e pesquisa do

patrimônio arqueológico na região das missões jesuíticas, e em Santo Ângelo através da criação de Leis Municipais<sup>22</sup>, que determinaram a proteção dos sítios arqueológicos e a Criação do Museu Arqueológico e Etnográfico de Santo Ângelo (MAESA)<sup>23</sup>

A metodologia aplicada no projeto visava a *“compreensão e/ou estabelecimento das fases arqueológicas faz-se necessária a identificação de padrões de ordenação espacial de atividades que refletem regras de organização espacial”* (SCARAMELLA, 1993, p. 20). Falando ainda sobre método, Scaramella destaca:

Acredita-se que o método de reconstituição pré-histórica estabelecido a partir de fase e tradições não seja invalidado, muito pelo contrário pode ser parcialmente adequado às realidades regionais e utilizado como um instrumento integrativo e não dissociativo em eventuais correlações. Neste sentido objetiva-se o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas considerando as definições de unidade sócios-espaciais como “agrupamentos domésticos” e “famílias” (1993, p. 20)

O modelo metodológico a ser aplicado no projeto embasou-se nas interpretações de Winter, o qual buscava compreender a vida social e espacial em agrupamentos domésticos, assim com em um universo mais amplo, extrapolando os limites dos agrupamentos.

Devido à diversidade qualitativa e quantitativa da região em estudo, seis variáveis foram agrupadas para reconhecimento de tradições culturais: tipos de sítios; inserção dos sítios nas paleopaisagens; tipos de matérias-primas utilizadas; análise tecnológica utilizada na confecção de artefatos e sua distribuição espacial e temporal; análise dos utensílios característicos e, por fim, análise das variações regionais em unidades arqueológicas e de ecossistema (SCARAMELLA, 1993, p.21).

A realização do projeto foi viabilizada a partir do trabalho de uma equipe multidisciplinar, onde não apenas arqueólogos estavam envolvidos, mas

---

<sup>22</sup> Lei nº 1.658 de 19 de maio de 1993, dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos Pré-Históricos e Históricos no município de Santo Ângelo. Decreto nº 2.299 de 8 de outubro de 1993, regulamenta a Lei nº 1.658/93 e dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos Pré-Históricos e Históricos no município de Santo Ângelo. Somente a partir de 2006 é que a Prefeitura Municipal implantou programas arqueológicos específicos e contínuos para cumprimento desta lei (RECH, 2006 e 2008).

<sup>23</sup> Lei nº 1.654 de 12 de maio de 1993, cria o Museu Arqueológico e Etnográfico de Santo Ângelo. Embora este museu tenha sido criado legalmente, não foi de fato implantado, sendo que no local destinado ao MAESA existe atualmente o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado.

profissionais de outras áreas, como da arquitetura, engenharia, história, informática, topografia, geografia e geologia, da própria universidade responsável pelo projeto e, também, de outras instituições conveniadas. A *“tríplice base, tempo, espaço e cultura”* (SCARAMELLA, 1993. p. 22) abordada por Gordon Childe é destacada como pilar fundamental para a realização das pesquisas arqueológicas e entendimento de seus resultados. Sobre o método etnográfico, Scaramella ressalta que *“é de fundamental importância para a compreensão e interpretação dos vestígios arqueológicos, traçando paralelos entre sociedades extintas e aquelas observadas por viajantes e etnólogos”* (SCARAMELLA, 1993, p.22), o que justifica a multidisciplinaridade nos estudos das relações entre o homem e seu meio.

As condições de trabalho nos sítios arqueológicos das reduções jesuíticas, no caso de Santo Ângelo, envolvem atitudes diferenciadas de outras pesquisas arqueológicas, como a indisponibilidade de parte do sítio para futuras escavações, visando o esgotamento de setores prioritários devido a novas construções; o cumprimento de um rígido cronograma de atividades para não comprometer outras atividades em andamento, entre outros. Visto isso, as etapas de trabalhos sistemáticos foram determinadas, inicialmente, pelo levantamento bibliográfico, para buscar fontes referentes à pré-história e história local; a prospecção para se constatar a ocorrência de materiais arqueológicos e estruturas arquitetônicas; as sondagens e escavações, com a recuperação da cultura material e contextos arqueológicos do local usando métodos de Wheeler e Leroi-Gourhan; atividades de laboratório, com a limpeza, catalogação, análises iniciais e acondicionamento dos materiais para futuras pesquisas e, por fim, publicações visando à divulgação do projeto (SCARAMELLA, 1993, p. 24).

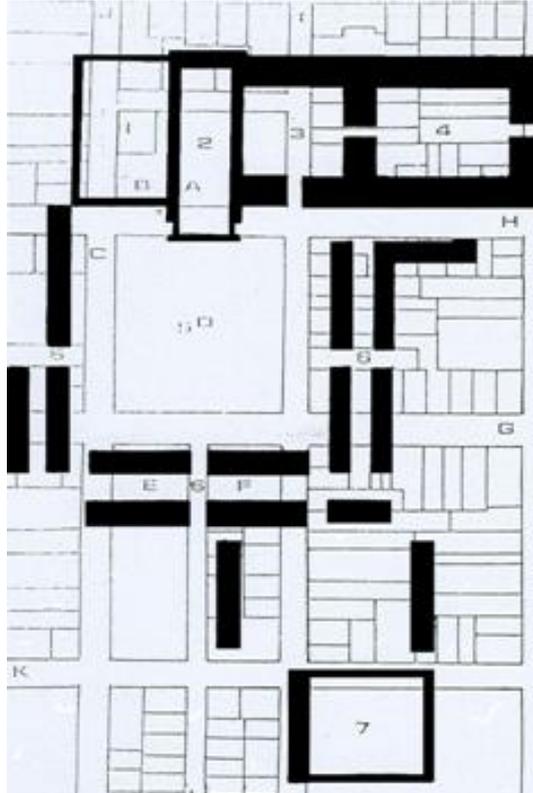
O período histórico correspondente às reduções jesuíticas é mais conhecido, compreendido e valorizado que o período referente ao guarani antes do contato com o homem europeu. Esses povoados foram enquadrados no sistema colonial espanhol e arqueologicamente valorizaram-se os resquícios arquitetônicos e artefatos da cultura barroca e pouca ênfase foi dada nas culturas indígenas. Diante disso, junto a esse projeto, foi inserido um subprojeto chamado *“Vivendo o Passado: Uma Proposta Pedagógica de Educação Patrimonial Quanto às Culturas Indígenas da Região Platina”*, justificado *“pela necessidade de resgatar e transmitir os conhecimentos sobre essas culturas, transparentes aos olhos ocidentais, porém*

*formadoras também de nossa identidade cultural, embora sendo ignoradas*” (SCARAMELLA, 1993, p.18).

Esse subprojeto visava realizar oficinas para docentes das instituições escolares e comunidade local, tendo como alvo principal alunos do então 1º Grau e crianças moradoras de rua. A equipe voltada para as atividades de educação patrimonial era reforçada pela presença voluntária da comunidade local, assim como de instituições interessadas e que apoiavam a iniciativa. Essas oficinas também serviram como aulas práticas para alunos de cursos regulares na universidade local.

O objetivo deste projeto era formar uma equipe interdisciplinar, contando com a participação de profissionais de pedagogia, história, psicologia, geografia, informática, arquitetura e engenharia. As fases de realização, desde as pesquisas arqueológicas até a compreensão e divulgação de resultados, foram executadas em quatro planos de ação com diferentes funções. Foram eles: a pesquisa; a publicação dos resultados; reconstituição do ambiente e a última etapa, as oficinas específicas e atividades paralelas no meio ambiente reconstruído.

O crescimento do atual município de Santo Ângelo acompanhou o traçado urbano original missioneiro. Essa constatação é comprovada através do *Plano del Pueblo de Santo Angel de Las Misiones Guaraníes*, produzido em 1784 por José Maria Cabrer, membro das Partidas Demarcadoras de Limites (ver fig. 1, pg. 31) e mais tarde, com a sobreposição da planta com o centro moderno do município feita por Scaramella (1990).



**Fig. 5** - Sobreposição da planta da redução sobre a do centro moderno de Santo Ângelo (SCARAMELLA, 1990).

Esses traçados urbanos feitos por Cabrer auxiliaram muito na elucidação sobre as reduções jesuíticas, assim como possibilitaram a comprovação de que os municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga tiveram influência da distribuição territorial destas reduções, reafirmadas pelas atuais ruas nos municípios e também, pela localização de estruturas arquitetônicas nas escavações realizadas.

### **2.3 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas entre 2004 e 2005**

Já nos anos 2000, outros projetos foram desenvolvidos no Centro Histórico<sup>24</sup> do município através da solicitação do Conselho do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo, com foco direcionado aos espaços públicos privados. Nesta etapa, os projetos tiveram participação maciça da Universidade de Cruz Alta (UNICUZ), da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) e da comunidade

<sup>24</sup> A área determinada como sítio arqueológico de Santo Ângelo Custódio corresponde a 730.000m<sup>2</sup>, abrangendo todo espaço onde existiu o povoado missioneiro e limitado entre a Av. Rio Grande do Sul (ao sul), Rua Marechal Floriano (ao leste), Rua Sete de Setembro (ao norte) e a Rua Quinze de Novembro (ao oeste) (cf. Lei Municipal nº 1658/1993).

acadêmica local, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Um seleto grupo de arqueólogos passou a pesquisar no centro do município. Porém, a partir de projetos de menor porte em vários pontos importantes que ainda não haviam sido explorados. Arqueólogos como Cláudio Baptista Carle, Klaus Peter Kristian Hilbert e Clarissa Sanfelice Rahmeier aparecem como coordenadores do projeto idealizado no ano de 2003, intitulado como “*Projeto de Levantamento, Salvamento e Monitoramento: Arqueologia e Valorização Patrimonial do pátio de residência em Santo Ângelo Custódio*”, justificado pela necessidade de estudo de “*impacto ambiental na instalação de empreendimento turístico na área*” (CARLE, 2003, p.8).

Essa pesquisa foi justificada, ainda, pela necessidade de valorização da memória cultural local e almejou mudanças de atitudes com relação à arqueologia presente na área. Carle destaca:

A pesquisa, em síntese, contribuirá na construção e valorização da memória Cultural relacionada à ocupação e ao cotidiano da sociedade Guarani antes, durante, e depois do estabelecimento colonial na região e o desenvolvimento das sociedades consecutivas até o presente. É intenção determinar os significativos aspectos sociais que se desenvolveram no cotidiano das famílias que conviveram na área. A pesquisa arqueológica possibilitará uma mudança de atitude em relação à comunidade próxima aos novos locais a serem analisados, bem como do centro urbano de Santo Ângelo e do empreendimento que se instalará no local, reincorporando uma parte do patrimônio cultural à sociedade municipal, estadual e nacional envolvente, no momento em que priorizamos a integração da comunidade às atividades de investigação científica através da educação patrimonial (2003, p.10).

A área a ser pesquisada nesse projeto pertencia então à loja *Flecha Mágica*<sup>25</sup>, que comercializava lembranças da região, porém, permaneceu neste local por pouco tempo, transferindo-se para outro ponto no Centro Histórico.

Entre os objetivos específicos designados pelo projeto, destacam-se o levantamento arqueológico sistemático; resgate e interpretação de aspectos do cotidiano e valores socioculturais presentes na cultura material; levantamento e registro sobre a relação entre os ocupantes e o ambiente entorno; efetivação e esboço do processo histórico da ocupação da área; fornecimento de subsídios para conservação do sítio, sua manutenção e valorização, etc. Também foram apontados

<sup>25</sup> Esta área está localizada a sudeste da atual Catedral Angelopolitana e também de onde era a igreja da redução de Santo Ângelo Custódio, em um terreno particular com muros, na Rua Antunes Ribas, nº 1002 no Centro Histórico do município (CARLE, 2003, p.12)

como objetivos o desenvolvimento de Educação Patrimonial para difundir o conhecimento sobre o modo de vida dos grupos que habitaram a área e, ainda, relacionado ao proveito acadêmico, desenvolver um processo de ensino-aprendizagem para os alunos de graduação e pós-graduação das UNICRUZ e PUCRS (CARLE, 2003, p. 10).

Após a conclusão de todas as etapas do projeto, havia ainda três propostas de utilização do material resultando dos trabalhos de campo e laboratório: a produção de material didático com propostas de ensino-aprendizagem destinada a escolas, associações, centros comunitários; produção de texto e material audiovisual para eventos científicos e, por fim, montagem de uma exposição de arqueologia itinerante colocado à disposição da comunidade local e regional (CARLE, 2003, p.13). Todas as informações sobre o andamento do projeto foram divulgadas em palestras, encontros acadêmicos e meios de comunicação.

Partindo para o relatório final desse projeto, inicialmente é apresentado o cadastro do sítio arqueológico pesquisado. Dentro das normas disponibilizadas pelo IPHAN, o sítio da redução de Santo Ângelo Custódio é denominado pela NARQ/UNICRUZ como RS-Uli.01<sup>26</sup> que representa a localização deste. A primeira atividade realizada pela equipe de trabalho foi conhecer as atividades arqueológicas que já haviam sido realizadas no município, assim como um estudo cartográfico da área. Carle destaca como aconteceram os trabalhos de campo:

Foi estabelecida uma malha de quadriculagem com quadros de 1 m de lado, somente no espaço correspondente ao pátio de residência em estudo. A partir desta malha arqueológica foram demarcadas as áreas para a realização de sondagens exploratórias com 1 m de lado. As sondagens foram escavadas segundo níveis artificiais de 10 cm com coleta qualitativa dos objetos encontrados seguindo até o solo estéril. A partir das sondagens, definiram-se nas áreas de intervenção em quadriculas com 1m de lado, considerando a futura inserção de parque temático, o qual prevê a escavação para a realização de um túnel. Quando identificadas estruturas mais permanentes, tais como fundações, pisos, contra-pisos, lixeiras e escavações recentes, reduzia-se o ritmo de trabalho para melhor evidenciação dos achados. Tais achados foram fotografados e desenhados pormenorizadamente. As estratigrafias reconhecidas foram desenhadas em escala 1:10 em planilhas específicas. Todo o trabalho foi documentado fotograficamente, através de vídeos e em diários de campo específicos de quadriculas e em diários gerais. Os níveis estratigráficos escavados foram controlados com o uso de luneta topográfica (CARLE, 2004, p.4)

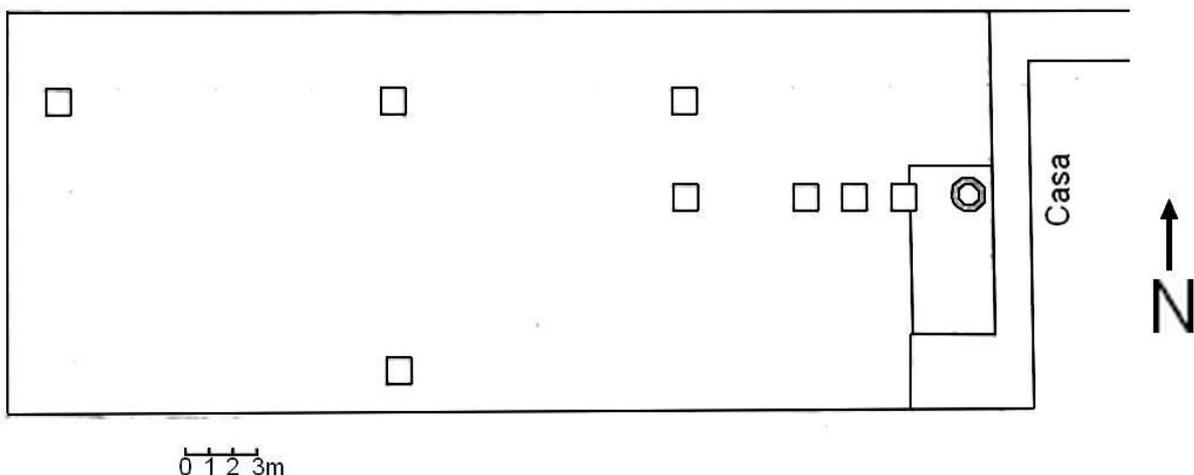
---

<sup>26</sup> Leva essa nomenclatura por identificar o Estado do Rio Grande do Sul (RS), as Bacias e Sub-bacias hidrográficas (U: Uruguai, I: Ijuí, i: Itaquarinchim) e o número que corresponde à quantidade de sítios situados nesta bacia (01) (CARLE, 2004)

O material arqueológico oriundo das escavações foi encaminhado para o NARQ/ UNICRUZ, onde passou pelo processo de limpeza, catalogação e análise. Dentre a grande quantidade de tipologias de materiais, destacam-se líticos, cerâmicos, vidros, louças, metais, vestígios de flora e fragmentos de ossos. No início das análises, as cerâmicas construtivas (tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos e outros) e os artefatos domésticos (fragmentos de recipientes, adorno e cachimbo) foram o principal alvo, onde foi possível reconhecer as técnicas de manufatura, pasta, antiplásticos presentes, tratamento superficial e espessura (CARLE, 2004, p. 4).

Após as análises de laboratório e visualização dos resultados de campo, conclui-se que esse espaço onde receberia uma nova edificação havia vestígios de etapas diferentes de povoamento. A primeira chegando até 35 cm de profundidade, um solo com restos de construções recentes, possivelmente pertencentes ao século XX. Já na segunda, encontrou-se um solo escuro, com restos de telhas, ossos, cerâmicas e carvão, que possivelmente pertenceu à ocupação a partir do início do século XIX até o início do XX. A terceira e a quarta camadas apresentam restos como na segunda, porém aparecendo o adobe, este podendo ser das paredes de antigas casas indígenas previstas para o local. Camadas exploradas abaixo apresentaram o solo estéril (CARLE, 2004, p.8). Este trabalho resultou em mais de 10 mil fragmentos e estudos sobre estruturas ainda existentes no local. Concomitantemente, foram investigados outros dois locais pela mesma equipe, constando em relatórios armazenados pelo IPHAN (CARLE, 2007, p.30).

Planta Geral das áreas escavadas  
Sítio RS-Uli-01 - Santo Ângelo Custódio  
Des: Cláudio B. Carle 15/03/04



**Fig.6** – Planta das áreas escavadas no terreno da loja Flecha Mágica. (Desenho: CARLE, 2004)

Outro projeto desenvolvido sob a responsabilidade do arqueólogo Cláudio Carle, tendo em vista o cumprimento de leis federais<sup>27</sup>, bem como municipais<sup>28</sup>, foi a análise do terreno onde estava prestes a ser instalado um Centro Comercial na Rua Antunes Ribas, local do antigo Sindicato Rural do município e onde possivelmente seria o cemitério do período jesuítico.

Ao chegarem, arqueólogo e equipe se depararam com uma obra em andamento e escavações já sendo realizadas. No entanto, a pesquisa arqueológica se manteve, e na área pesquisada constatou-se que havia a presença de itacuru, indicando a existência de uma edificação anterior, provavelmente datada do início do século XIX. Também foram encontradas telhas, cerâmicas domésticas, louças, metais, líticos e tijolos em profundidades de 15 a 20 centímetros.

Já na Rua Bento Gonçalves, número 720, ao lado da Unidade Renal do Hospital Santo Ângelo, realizou-se uma pesquisa, também coordenada por Cláudio Carle, para o cumprimento de uma exigência legal para construção no terreno. Jonathan Caino, então acadêmico do curso de História da UNICRUZ, participou dos trabalhos e posteriormente relatou em monografia a experiência descrevendo a área e o material encontrado em superfície:

Esta área, com 892,25 m<sup>2</sup> estava limpa, sem edificações e com pouca vegetação, o que facilitou a visualização do material arqueológico no terreno. Nesta ocasião, decidimos realizar uma coleta superficial sistemática e para isso o terreno foi dividido em quadras de 4 m<sup>2</sup>, num total de 49 quadras. O material encontrado na superfície foi coletado sistematicamente, sendo identificado com a referência espacial da quadra onde foi coletado. Havia na área quantidade razoável de material construtivo, tanto do período missionário quanto de períodos mais recentes, artefatos de louça e grande quantidade de cerâmica de uso doméstico, além de vários artefatos líticos (CAINO, 2007, p.44)

O último trabalho coordenado por Cláudio Carle e a equipe do NARQ/ UNICRUZ aconteceu no município em 2005, também nas proximidades do Hospital Santo Ângelo. Trata-se de uma área localizada no centro do quarteirão, com 660,13 m<sup>2</sup> e que anteriormente foi usada como estacionamento. Havia uma camada de asfalto já destruída e em andamento, obras de ampliação do Hospital, com algo em torno de 20 cm de terra que já haviam sido retiradas deste terreno (CAINO, 2007, p.45).

---

<sup>27</sup> Lei Federal 3924/1961, Portaria SPHAN 07/1988, Portaria IPHAN 230/2002.

<sup>28</sup> Leis Municipais 1658/1993 e 2299/1993.

Como a obra já estava em andamento, houve algumas dificuldades para a realização da vistoria arqueológica. No relato de Caino, é possível compreender como aconteceu o trabalho neste contexto já modificado:

Esta área, porém, foi a mais destruída na qual trabalhamos. Como a obra já havia iniciado, não havia muito o que fazer, a não ser resgatar o material arqueológico que ainda restava no local. A área foi então dividida em quadras de coleta de 5 m<sup>2</sup> cada uma. A opção de fazer a quadriculagem em quadras de 5 m e não 4 m como a anterior se deu apenas por uma comodidade. As fundações da construção estavam todas estabelecidas e a divisão em quadras de 5 m<sup>2</sup> ficaria mais ou menos sobreposta às divisões da construção (CAINO, 2007, p. 45)

De um modo geral, grande parte dos locais pesquisados no Centro Histórico de Santo Ângelo já havia sofrido algum tipo de modificação, como construções e demolições. Isso dificultou o trabalho arqueológico e inviabilizou maiores detalhamentos nas constatações sobre a redução jesuítica e sobre os habitantes que passaram neste local posteriormente. Há, também, uma área escavada no pátio da Escola Estadual de Ensino Médio Onofre Pires, de menor proporção, contabilizando cerca de 5m<sup>2</sup>, em área das casas da redução, porém não será abordado neste trabalho devido à falta de detalhamentos em projeto e relatório.

Ante a extensa experiência no sítio arqueológico da redução de Santo Ângelo Custódio, Carle destaca sobre suas intervenções:

Realizamos intervenções no interior dos pátios das casas próximas à praça do centro histórico de Santo Ângelo, considerando um levantamento de áreas periféricas daquele sítio, onde foram identificados outros sítios pré-históricos que apresentam uma janela para o passado da ocupação local, que deve referendar, o pensamento de que os índios Guarani ocupavam este local antes da chegada dos missionários. Sítios históricos associados ao antigo povoado também foram identificados o que leva a se reavaliar a história da ocupação colonial e moderna na área. Todo esse material está em processo de análise o qual se deseja obter novas hipóteses de trabalhos, efetivando a partir de futuras renovações de autorização junto ao IPHAN, tendo em vista que o trabalho pretendido é de no mínimo 20 anos (2007, p.29)

Carle ainda destaca que, em toda área urbana de Santo Ângelo que engloba o sítio, existe um sistema de proteção provido pelo “regime urbanístico ou lei de proteção”. Porém, a integridade do sítio não é assegurada devido às ações de construções com revolvimento de solo e que em muitos casos ocorrem sem o conhecimento dos órgãos responsáveis por essa proteção.

Com as intervenções realizadas na área, possibilitou-se um entendimento melhor sobre os vestígios do povoado da Redução de Santo Ângelo Custódio, bem como informações importantes como a presença de cerâmica africana no local, o que confirma a presença de escravos em determinado período histórico.

Carle ainda mostra as evidências de duas camadas distintas encontradas no sítio:

É importante salientar que existem duas evidentes camadas bem distintas de ocupação do sítio na área central da cidade de Santo Ângelo, uma correspondente ao período missionário e outra correspondente às ocupações posteriores a 1801. A segunda camada pode ser entendida em vista do nível de alteração do terreno e que ainda não foi possível identificar outros tipos de ocupação que detectem a inserção dos europeus e depois a ocupação mais permanente e recente da área (2007, p.32)

Todos os trabalhos realizados até então foram viabilizados pelas iniciativas da universidade a qual o arqueólogo estava vinculado, e também, em menor proporção, por iniciativas privadas, principalmente para a realização de novas edificações nestas áreas com a preocupação de cumprimento de legislações que versam sobre obras em sítios arqueológicos.



**Fig.7** – Áreas trabalhadas no sítio de Santo Ângelo Custódio entre 2004 e 2005. **A** - terreno da loja Flecha Mágica; **B** - terreno ao lado da Unidade Renal do Hospital Santo Ângelo; **C** - área do estacionamento do Hospital Santo Ângelo; **D** - terreno do antigo Sindicato Rural; **E** – pátio da Escola Onofre Pires. Fonte: Google Earth, 2007. (Fonte: CAINO, 2007)

Dos trabalhos realizados entre 2004 e 2005, restaram aproximadamente 10 mil fragmentos de variadas tipologias e que estão armazenadas no NARQ<sup>29</sup>/UNICRUZ. (CARLE, 2007, p. 30)

#### **2.4 Santo Ângelo: as pesquisas arqueológicas entre 2006 e 2007**

Em 2006, com a anuência do IPHAN<sup>30</sup> e por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, um projeto foi organizado para investigar uma grande área

<sup>29</sup> Consultando recentemente o Curso de História da UNICRUZ, recebi a informação de que o NARQ encontra-se desativado, porém, todo material arqueológico de Santo Ângelo ainda está em posse desta universidade.

distribuída entre a Praça Pinheiro Machado e arredores da Catedral Angelopolitana. Este projeto visava realizar pesquisas históricas e arqueológicas que comprovassem a existência de vestígios da redução. Outro motivo que contribuiu para a realização deste foi a reforma e revitalização da Praça Pinheiro Machado, que teve como motivo principal as comemorações dos 300 anos da fundação da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

Intitulado como “*Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio*” (RECH, 2006), o projeto teve início a partir de junho de 2006 e sua primeira fase concluída em maio de 2007, por meio de um convênio com o Núcleo de Arqueologia do CCM/URI. Para dar continuidade de forma permanente a esse acompanhamento, foi criado um programa de vistorias arqueológicas na área do Centro Histórico, o “*Programa de Vistoria, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico de Obras no Centro Histórico de Santo Ângelo, Área do Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio*” (RECH, 2010), além de projetos de educação patrimonial promovidos pela equipe do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, que teve sua origem durante a efetivação do projeto.

Para a execução científica do convênio contratou-se a arqueóloga Raquel Machado Rech, havendo ainda uma Co-coordenação representando a universidade a cargo da professora Me. Claudete Boff. Sobre as instituições envolvidas no convênio, pode-se destacar ainda que:

Esta universidade proveu estagiários do Curso de História e Geografia, além da infra-estrutura para a salvaguarda do material no NArq - Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Missioneira - CCM/URI. Houve também a colaboração de diferentes laboratórios da URI e da comunidade local, bem como parcerias com outras instituições. Durante o desenvolvimento das escavações houve também a colaboração de diferentes secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo que auxiliaram em necessidades de infra-estrutura e logística de campo (RECH, 2007, p.5).

No decorrer dos trabalhos realizados em campo, outras instituições foram integrando-se às pesquisas, fazendo com que o projeto recebesse maior visibilidade regional e estadual e ainda, maior especialização em determinadas áreas do conhecimento que até então não estavam envolvidas. Este é o caso da Universidade

---

<sup>30</sup> Conforme autorizado pela Portaria IPHAN N° 147, publicada no D.O.U. em 29.05.2006.

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); laboratório de química e Núcleo de Geoprocessamento da URI e UNIMED/UNICRED Missões:

O projeto contou com a colaboração interdisciplinar de outras ciências e instituições para uma melhor interpretação dos achados. Assim, parcerias acadêmicas foram acordadas entre o MODELAGE - Laboratório de Modelagem Geológica e Ambiental da UFRGS, que auxiliou na utilização de um Georadar (GPR) para prospecção geofísica orientando os melhores locais para a realização das áreas de escavação; com o Laboratório de Química da URI, que auxiliou na limpeza das moedas encontradas nas escavações; bem como com o NUGEO - Núcleo de Geoprocessamento da URI, que auxiliou com as medidas topográficas, altimétricas e na elaboração de plantas digitalizadas do traçado da antiga redução jesuítica revelado nas escavações. Também o apoiador cultural do projeto, a Unimed/Unicred Missões, proveu médicos que auxiliaram na identificação dos ossos encontrados na área do cemitério jesuítico (RECH, 2007, p.6).

No que diz respeito à subdivisão das áreas pesquisadas, a arqueóloga tomou como referência a principal edificação na área, a Catedral Angelopolitana. Visto isso, as siglas usadas ficaram definidas da seguinte maneira: CAT-O – área oeste da Catedral Angelopolitana (compreende parte do cemitério jesuítico); CAT-L – área leste da Catedral Angelopolitana (compreende parte do colégio, casa dos padres e respectivo pátio); CAT-S – área sul da Catedral Angelopolitana (compreende a fachada da igreja do período reducional); CAT-N – área norte da Catedral Angelopolitana (compreende os fundos da igreja do período reducional); COL – área do Colégio Estadual Onofre Pires (corresponde ao cabildo do período reducional); e PRAÇA – área da Praça Pinheiro Machado, também praça no período reducional (RECH, 2007, p.7)

A prospecção arqueológica foi feita através de poços-teses a cada 3 a 5 metros de distância, com trado de 30 cm de diâmetro, chegando à profundidade de 1,20m; as escavações arqueológicas foram determinadas a partir desse primeiro processo, sendo posteriormente ampliadas para quadrículas, trincheiras e área de decapagem ampla (RECH, 2007, p.8).



**Fig.8** – Fotografias das atividades de campo.  
(Fonte: RECH, 2007, p. 28)



**Fig.9** – Fotografias das atividades de campo.  
(Fonte: RECH, 2007, p. 28)



**Fig.10** – Fotografias das atividades de campo; piso  
(Fonte: RECH, 2007, p. 28)



**Fig.11** – Fotografias das atividades de campo  
(Fonte: RECH, 2007, p. 28)

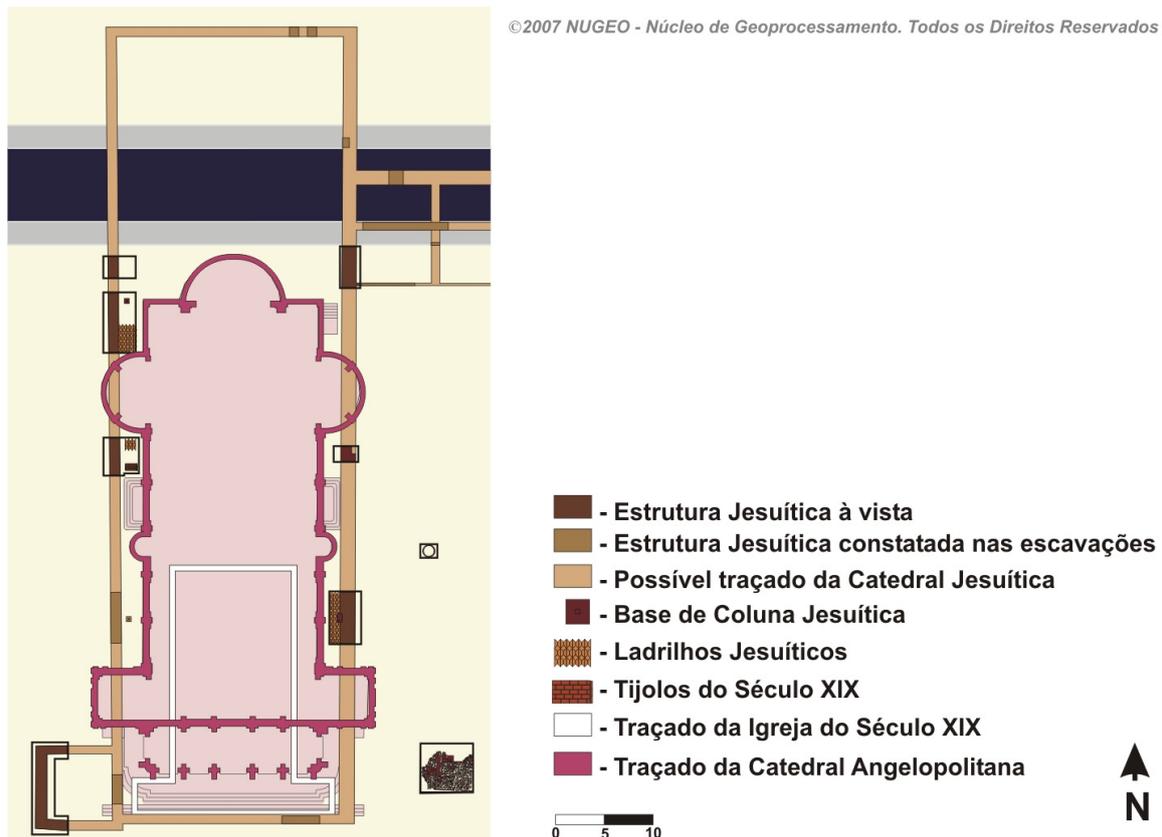
Os trabalhos de laboratório foram realizados por assistentes de campo, estagiários bolsistas e voluntários, mediante treinamento e supervisão da arqueóloga coordenadora. As atividades realizadas no NARQ/URI foram programadas metodologicamente com a separação do material por área, limpeza, registro em planilhas, numeração, colagem, desenho e reconstituição gráfica de cerâmicas e armazenamento separado por área e tipologia (RECH, 2007, p.22). Todos os artefatos arqueológicos, como cerâmicas, líticos, vidros, metais, ossos, dentes e outros objetos, estão armazenados e disponíveis para pesquisas no Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Missioneira da Universidade (NARQ-CCM/URI) e no Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado (NARQ/MMJOM).

Outra atividade também de relevada importância, que se iniciou durante este projeto e perdura até hoje, são as atividades de educação patrimonial “*Jornadas Arqueológicas*” (RECH, 2009), promovidas pela equipe do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e NARQ, objetivando “*ensinar sobre o passado da antiga redução de Santo Ângelo Custódio por meio de seus vestígios arqueológicos in loco na área do Centro Histórico de Santo Ângelo*” (RECH, 2009, p.4).

Confirmada a existência de alicerces e pisos antigos no subsolo, bem como de diversas categorias de artefatos utilitários, esses resultados foram expostos através da implantação de um museu a céu aberto por meio de janelas arqueológicas e placas explicativas (RECH, 2010), as quais evidenciam as ruínas da redução jesuítica que existiu naquele espaço. Dentre as constatações resultantes desse projeto, Rech destaca:

Algumas informações originais foram obtidas com a realização deste projeto. Por exemplo: a) foi possível tomar conhecimento da técnica construtiva dos alicerces das construções desta redução, compostos de blocos de tamanhos variados de basalto unidos por um tipo de argamassa feita de pedra itacurú misturada com barro; b) foi possível também identificar o perímetro da igreja jesuítica: 82m x 26m. As ruínas da igreja são modernamente cortadas pela Travessa Augusto Nascimento e Silva, sendo que os vestígios de seus fundos – altar e batistério – só puderam ser descobertos graças à colaboração espontânea das senhoras Lígia Nascimento e Silva e Maria da Graça Nascimento, proprietárias de 2 casas nesta travessa que ofereceram seus pátios para localizarmos estes vestígios do limite NE da igreja; c) também foi descoberto o desenho predominante do piso interno da igreja, nos trechos onde este sobreviveu, compostos de ladrilhos de barro cozido em formas de trapézios e quadrados (2007,p.9).

Ao final do projeto, o Núcleo de Geoprocessamento da URI confeccionou um esquema com a sobreposição das três igrejas construídas no mesmo local ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX no Centro Histórico de Santo Ângelo, possibilitando a visualização e entendimento sobre a história da redução jesuítica, repovoamento, e a atualidade representada pela Catedral Angelopolitana.



**Fig.12** - Esquema da sobreposição das igrejas dos séculos XVIII, XIX e XX construídas no mesmo local no Centro Histórico de Santo Ângelo (RECH, 2007, p. 29)

Durante a realização do projeto, a comunidade que reside dentro do espaço determinado como Centro Histórico,<sup>31</sup> assim como os dirigentes municipais envolvidos, participaram diretamente nesse processo: em visitas aos trabalhos, divulgação, nas demonstrações de interesse pela história local através de

<sup>31</sup> Que compreenderia a área correspondente aos vestígios da antiga redução jesuítica em subsolo.

questionamentos e também na disponibilidade em colocar seus espaços particulares à disposição, caso das residências que circundam o Centro Histórico<sup>32</sup>.

Destes trabalhos resultou uma série de publicações em âmbito nacional e internacional, assim como maior visibilidade dentro da arqueologia brasileira<sup>33</sup>. Atualmente a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo conta no seu quadro de funcionários efetivos com o cargo de arqueólogo, ocupado pela arqueóloga Dra. Raquel Machado Rech que desenvolve junto ao NARQ/MMJOM, vistorias em todo território que corresponde ao município sempre que solicitadas, bem como o acompanhamento de obras junto ao Centro Histórico. Vale salientar que neste núcleo de arqueologia passam estudantes do curso de História da universidade local e de outros cursos, visando a formação de acadêmicos para atuar na arqueologia.

---

<sup>32</sup> Moradores da Travessa Dr. Augusto do Nascimento e Silva disponibilizaram partes de suas propriedades para as escavações, o que possibilitou encontrar os alicerces da igreja da redução, atualmente referenciada com placa.

<sup>33</sup> Destaco aqui, algumas publicações das recentes pesquisas arqueológicas de Santo Ângelo : (RECH, 2008a, 2008b, 2008c, 2009,2010a, 2010b,2010c,2010d, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b,2012c) Santo Ângelo

### **CAPÍTULO 3 - REPRESENTAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTO ÂNGELO: OS DIRIGENTES MUNICIPAIS**

O detalhamento acerca dos projetos de pesquisas arqueológicas realizadas no Centro Histórico do município de Santo Ângelo apresentado no capítulo anterior, serve de base para a terceira parte deste trabalho. A partir do conhecimento desses processos de investigação, principalmente no que se refere às pesquisas realizadas entre 2006 e 2007, apresento a seguir o resultado de pesquisa realizada com alguns membros da sociedade santo-angelense, onde revelam a sua visão com relação aos projetos arqueológicos desenvolvidos no Centro Histórico por ocasião da remodelação desse local.

Nesse sentido, o conteúdo deste capítulo está diretamente vinculado a entrevistas realizadas com o Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Eduardo Debacco Loureiro, cujo cargo ocupou entre janeiro de 2005 a dezembro de 2012; a senhora Clotilde Maria Mousquer Farias, coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, e a professora Historiadora Claudete Boff, representante da URI. Os três representam os órgãos envolvidos na elaboração e efetivação deste projeto; estiveram presentes em todas suas fases, verificando o progresso das pesquisas e os impactos refletidos na comunidade santo-angelense.

As questões propostas versam sobre o projeto de revitalização e escavações arqueológicas na Praça Pinheiro Machado, a interpretação sobre sua importância, a receptividade da comunidade santo-angelense, bem como sobre o conhecimento de novos aspectos acerca da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio instalada no século XVIII.

Para isso, foi necessário buscar embasamentos teóricos sobre representação, história oral para interpretar essas entrevistas e retirar as informações necessárias para a discussão que se segue.

### 3.1 Entrevista com o Prefeito Eduardo Debacco Loureiro

A entrevista com o Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Eduardo Debacco Loureiro, foi realizada no dia 7 de julho de 2011, em seu gabinete, nas dependências da prefeitura municipal, localizada à Rua Antunes Ribas, que pertence ao Centro Histórico do Município. Nesta entrevista, já com o assunto previamente apresentado em contato prévio, conversamos especificamente sobre a importância da realização do Projeto de revitalização da Praça Pinheiro Machado, entre os anos de 2006 e 2007.

O primeiro questionamento na entrevista era conhecer a maneira como surgiu o Projeto e o que levou a realizar toda uma mobilização da comunidade santo-angelense, assim como buscar subsídios financeiros para abarcar os custos necessários tanto nas pesquisas arqueológicas, como na revitalização da praça.

Inicialmente, a ênfase dada à conversa foi sobre a existência de uma lei que considera a área onde se estende a Praça Pinheiro Machado, Catedral Angelopolitana e arredores, como Sítio Arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio<sup>34</sup> e, com isto, determinando também a necessidade de realizar pesquisas arqueológicas nesta área para realização de obras que revolvam o solo, valendo isto para espaços públicos e privados.

Durante a conversa, o prefeito destacou o local das pesquisas arqueológicas como “o coração” do sítio, aludindo à principal área da redução. A história local ganhou espaço neste momento, pois durante a conversa a expressão “*resgate da nossa história*” (LOUREIRO, 2011) apareceu como referência ao período reducional, e também, uma preocupação com esta, pois, até então, “*praticamente nada lembrava essa história*” (LOUREIRO, 2011). Ainda sobre o resgate histórico, havia um interesse em buscar conhecer e também mostrar vestígios sobre a redução, trazer à tona elementos comprobatórios para comunidade:

(...) esse foi o grande objetivo, o grande apelo, “bom vamos fazer esse resgate”, colocar aqui, trazer elementos que lembraram assim a redução de

---

<sup>34</sup> O Decreto Municipal nº 2.299, de 08/10/1993 regulamenta a lei nº 1.658/93 que dispõe sobre a proteção de sítio arqueológicos pré-históricos e históricos de Santo Ângelo e ainda determina como Sítio Arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio a área territorial urbana localizada entre as seguintes vias públicas: ao SUL: Avenida Rio Grande do Sul; ao NORTE: Rua 7 de setembro; ao LESTE: Rua Marechal Floriano, e ao OESTE: Rua 15 de novembro. Existe, também, a Lei Federal nº 3924/1961 e a Portaria IPHAN/MinC nº 230/2002 que legislam a nível federal sobre a preservação ao patrimônio e pesquisas arqueológicas no território nacional.

Santo Ângelo Custódio, então foi um trabalho temático, evidentemente que não foi um trabalho de simplesmente remodelação de uma praça, não só para cumprir uma determinação legal, mas também, justamente para fazer esse resgate da nossa história, e o projeto incluiu escavações arqueológicas justamente para que nós pudéssemos tentar descobrir aqui alguma coisa, algum vestígio daquela época (...) (LOUREIRO, 2011).

Aspectos sobre a organização e desenvolvimento do projeto apareceram em um primeiro momento, com a menção sobre a parceria feita com a universidade local, a URI, que realizou a parte de pesquisa histórica e arqueológica, disponibilizando profissionais, alunos estagiários e, fundamentalmente, a contratação de um arqueólogo para a realização de todo esse trabalho.

O entendimento sobre a necessidade de realizar um trabalho permanente recebe destaque durante a conversa, visto isso, criou-se um núcleo<sup>35</sup> responsável por realizar vistorias arqueológicas no município, bem como, orientar e desenvolver atividades que envolvessem esses sítios arqueológicos e a comunidade, como as oficinas chamadas *Jornadas Arqueológicas*<sup>36</sup> destinadas aos públicos infantil e adolescente das escolas do município.

As jornadas arqueológicas tiveram ênfase neste momento da conversa, pois o Prefeito destacou a importância de dar continuidade a esse trabalho devido à necessidade de conhecimento sobre a redução. Falando sobre os efeitos do projeto, resultou não somente em um núcleo de arqueologia, mas também na aprovação de lei<sup>37</sup> para constituir o cargo de arqueólogo no quadro funcional do município.

Ainda falando sobre a efetivação de um arqueólogo no município, neste momento a conversa já fluindo de forma muito tranquila e esclarecedora, surge a afirmação de que essa decisão foi benéfica e necessária, visto que há uma legislação municipal, porém, não era cumprida devido à ausência de arqueólogo no município, o que a partir de então, rigorosamente, se fez cumprir o que a lei determina sobre vistorias arqueológicas no Centro Histórico.

<sup>35</sup> O Núcleo de Arqueologia de Santo Ângelo está vinculado ao Museu Municipal Dr. José Olavo Machado.

<sup>36</sup>“O Projeto Jornadas de Arqueologia Missioneira promovido a partir do ano letivo de 2009 pela equipe do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado / NArq - Núcleo de Arqueologia, em parceria com as Secretarias de Turismo, Educação e Cultura, busca ensinar sobre o passado da antiga redução de Santo Ângelo Custódio por meio de seus vestígios arqueológicos *in loco* na área do Centro Histórico de Santo Ângelo, mais especificamente, no entorno da Praça Pinheiro Machado e no Museu a Céu Aberto no entorno da Catedral Angelopolitana” (RECH, 2009, p.4)

<sup>37</sup> A Lei Municipal nº 1.556 de 12/05/1993 cria o cargo de Arqueólogo, de provimento efetivo, compondo o quadro Técnico-Científico do município de Santo Ângelo, porém, entrando em vigor, somente a partir de concurso público realizado em 2010.

Outra questão levantada foi sobre a receptividade da comunidade local durante a realização das pesquisas arqueológicas, bem como, em relação às janelas arqueológicas atualmente expostas e, ainda, sobre a interpretação e preservação deste espaço. A resposta do Sr. Prefeito partiu primeiramente da repercussão que o projeto teve como uma forma de interação da comunidade local.

(...) todo destaque que essa obra alcançou a nível estadual e a nível nacional, isso uma coisa que até nos surpreendeu, a gente sabia da importância, mas o que me chamou particularmente a atenção, inclusive durante as obras, durante a implantação do projeto, foi o destaque que isso ganhou, quer dizer que isso chamou a atenção da mídia em nível nacional. Nós tivemos aqui o jornal da Globo, Pedro Bial, o Willian Bonner, vieram aqui na região fazer um projeto e fizeram matérias aqui do Centro Histórico, a imprensa, toda a imprensa estadual focou e divulgou na região aqui teve uma imensa repercussão, e até internacional. Então isso é uma coisa importante para que? Para criar uma consciência, chamar a atenção inclusive aqui do município, da importância disso, porque muitas vezes a gente tem esse patrimônio aqui e nem todo mundo tinha consciência do valor desse patrimônio, e quando a mídia ela se interessou e divulgou pro Brasil inteiro e o mundo inteiro, eu acho que isso contribuiu muito para que as pessoas realmente percebessem o valor e a importância desse resgate, desse patrimônio que nós temos aqui. Então eu acho que a receptividade ela foi muito boa, essa obra e esse projeto projetou Santo Ângelo muito, e isso acabou criando uma consciência na comunidade local da importância disso tudo, hoje esse espaço aqui passou a fazer parte do roteiro turístico, não só do ponto de vista do turismo, mas de estudo também (...) (LOUREIRO, 2011).

Visualizando este trecho, é possível perceber um grande interesse na repercussão que a mídia deu ao projeto, o que, talvez, tenha contribuído para que a comunidade do município reconhecesse a importância do local. Outro aspecto interessante a ressaltar é a preocupação com o turismo, apresentado como se antes não houvesse movimento turístico, como se apenas com a realização do projeto de 2006/2007 é que Santo Ângelo entrou na rota de turismo regional, antes somente predominada por São Miguel das Missões. Ainda destacou os inúmeros ônibus visualizados nas proximidades do Centro Histórico em períodos de alta temporada de visitas escolares, quando há um aumento de turistas e visitantes no local.

No que se refere à reforma da Catedral Angelopolitana, o questionamento foi sobre os subsídios financeiros para a obra, tanto para a parte externa quanto a interna, objetivando saber se o projeto também viabilizou os custos desta, que chegou a um milhão de reais. A resposta foi negativa, o projeto não alcançou esses custos para essa parte da revitalização devido a questões legais, financiamentos públicos que podem somente ser investidos em partes públicas como a praça e seu

entorno. Todo dinheiro investido na Catedral Angelopolitana, nas pinturas, reformas, obras artísticas internas, foram subsidiadas pela comunidade santo-angelense através da realização de eventos visando essa arrecadação. O prefeito disse ainda:

(...) é importante destacar que o município tomou pra si a responsabilidade de montar esse projeto, começamos a divulgar ele, começamos a executar, isto acabou contagiando a comunidade, quer dizer, eu posso te assegurar que se não fosse a iniciativa do município de fazer esse projeto, de buscar recurso, de iniciar essa obra, dificilmente a comunidade iria se motivar tal ponto de reunir recursos que chegaram a quase um milhão de reais, recursos da comunidade, contribuições, rifas, a receita federal ajudou muito doando aqueles produtos...

A motivação da comunidade na busca de fundos para realização da revitalização da Catedral foi destacada como um resultado positivo da iniciativa da municipalidade a partir do momento em que o projeto começou a ser divulgado. A mobilização das pessoas na busca de recursos financeiros através da realização de rifas, eventos, bazar com venda de artigos doados pela Receita Federal, quermesses onde a comunidade católica produzia variados tipos de alimentos para venda e tantas outras ações, foram motivadas, segundo o prefeito, pela iniciativa do projeto que estava envolvendo vários espaços no Centro Histórico, porém, não contemplava a edificação da Catedral. Destaca ainda que a quermesse tornou-se tradicional, um evento que se realiza com grande frequência e, é tratada ainda como uma ideia incorporada pela comunidade, uma necessidade de aderir à causa e se fazer presente no projeto que chegou a alcançar cerca de um milhão de reais em dois anos somente com as promoções para a revitalização da Catedral.

A questão relacionada às comemorações dos 300 anos da fundação da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio, realizada em 2007, busca entender por que somente a partir deste ano a municipalidade deu maior ênfase para a data e por que nos anos anteriores a data não era tão conhecida e destacada. A primeira referência feita é sobre a Semana Cultural, instituída há cerca de vinte anos e realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude, sempre no mês de agosto, referenciando o dia 12 em especial. Esta semana, foi instituída no governo do Senhor Adroaldo Loureiro, através de lei municipal<sup>38</sup> que visa

---

<sup>38</sup> A Lei Municipal nº 1.699 de 12/08/1993 cria a Semana Cultural em Santo Ângelo, a ser realizada todos os anos no mês de agosto, contemplando o dia 12 de agosto, data de fundação da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

comemorar no mês de agosto a fundação da redução. Em sua fala, ele ressalta a importância da data e a atenção chamada para a Semana Cultural:

O que aconteceu, claro, a partir dos trezentos anos, com todo esse projeto desenvolvido, acho que nós conseguimos reforçar a importância desta data. A Semana Cultural ela já existia, ela mantém o mesmo formato da época da sua criação, mas com certeza, a partir de todas essas comemorações que nós fizemos nos trezentos anos, aproveitando essa data, eu acho que isso acabou chamando mais atenção para a Semana Cultural, para a data do dia 12 de agosto que é a da fundação da redução, mas a Semana Cultural já foi criada naquela época justamente com esse objetivo.

Nas finalizações da revitalização da Praça Pinheiro Machado, obras artísticas passaram a integrar o espaço, resultando em um espaço temático, lembrando momentos históricos das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul, os povos indígenas que as integraram, suas culturas e também a religiosidade.

Sobre essa etapa do Projeto, o prefeito Eduardo relata que foram inúmeras as pesquisas, reuniões e viagens técnicas realizadas para formular as obras expostas no Centro Histórico. Com a coordenação de representantes da prefeitura municipal e projetista artístico, sob a responsabilidade do Senhor Tadeu Martins, buscou-se nessas pesquisas aspectos sobre as reduções jesuíticas para serem aplicadas nos acabamentos finais do Centro Histórico, sempre lembrando que isso acontecia com a participação de vários setores da comunidade santo-angelense.

A entrevista ocorreu de forma esclarecedora, atendendo a todas as questões levantadas sobre o Projeto de revitalização e pesquisa arqueológica realizada em 2006/2007.

### **3.2 Entrevista com a coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado**

A entrevista realizada com a Senhora Clotilde Maria Mousquer Farias, diretora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, localizado na Rua Antunes Ribas, esquina com a Rua Antônio Manoel, de frente à Praça Pinheiro Machado, foi realizada no dia 20 de julho de 2011, nas dependências do museu. Gentilmente recebida, fui de imediato às questões, iniciando com o esclarecimento sobre suas funções junto ao Museu Municipal.

Em atividade desde 1997 no Museu e desde 2001 na função de diretora, começamos a conversa sobre o envolvimento do Museu Municipal no Projeto de revitalização e acompanhamento das escavações arqueológicas em 2006/2007 e, também, como Historiadora, sobre qual a sua concepção acerca da importância desse projeto. Os primeiros pontos destacados pela entrevista estão diretamente ligados à história local e à comprovação da existência da redução através de elementos materiais:

A revitalização da praça, num projeto estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo e a Universidade Regional Integrada, a URI, a partir de 2006 que se estendeu até 2007, veio trazer para o povo de Santo Ângelo, para o povo da região das missões, para os estudiosos de história, de missões e a todos os interessados aqui do local e mesmo de fora, que tem vindo aqui buscar esse assunto, vem trazendo os elementos comprobatórios do que sempre se contava na história com aqui houvesse existido (*sic*), agora nós sabemos que aqui existiu um povoado missioneiro, a redução de Santo Ângelo Custódio e essas escavações fizeram com que a gente encontrasse elementos que vem nos contar, a parte feita por esses indígenas feita com orientação dos padres jesuítas no que tange a elementos como telhas, ladrilhos, cerâmicas, que são o que a gente sabe que eram usados no período da redução (FARIAS, 2011).

Há, ainda, um destaque sobre o manuseio das técnicas que envolvem o uso de argila para confecção de elementos construtivos e utilitários confeccionados pelos indígenas. Ressalta ainda que é uma descoberta importante para estudiosos e interessados no assunto, no que diz respeito às missões jesuíticas no Rio Grande do Sul.

Com relação ao armazenamento do material arqueológico extraído neste projeto, a Senhora Clotilde esclarece que todo acervo está catalogado e armazenado nas dependências da URI, universidade local que dirigiu o projeto. Destacou ainda que a coordenação das pesquisas arqueológicas ficou a cargo da arqueóloga Raquel Machado Rech, com a numerosa participação de alunos bolsistas e voluntários de vários cursos da universidade e, ainda, com a professora Historiadora representante da universidade, Claudete Boff.

As janelas arqueológicas receberam atenção nesta conversa onde ela destacou a importância destas para o conhecimento sobre a igreja da redução, que anteriormente era tratada em livros com registros hipotéticos, hoje recebem destaque devido à descoberta e exposição de elementos como pisos, alicerces, dimensões da igreja, entre outros.

Sobre o envolvimento direto do Museu Municipal durante a realização do projeto, a coordenadora do museu destacou que esse tem como foco principal a história regional e local. Visto isso, as informações extraídas das escavações e os materiais encontrados servem como subsídios às explicações dadas aos visitantes e pesquisadores. Disse ainda que no espaço escavado na Praça foram encontrados poucos elementos correspondentes ao período reducional, pois era um espaço de grande circulação, sem estruturas fixas. Porém, no entorno da praça, são encontrados ainda na atualidade.

A colaboração da comunidade aparece na entrevista quando mencionamos as dimensões da igreja da redução. Com o decorrer das escavações, a comunidade residente nas proximidades do sítio, sabendo sobre as descobertas diárias, realizou algumas iniciativas positivas que vieram a contribuir com as pesquisas. Exemplo disso são duas moradoras da Travessa Dr. Augusto Nascimento e Silva, localizada ao fundo da catedral, que cederam os pátios de suas casas para a realização de escavações. Esta iniciativa possibilitou uma das mais importantes descobertas sobre a redução, que foi o alicerce norte da igreja jesuítica. Neste trecho, a senhora Clotilde destaca:

Elas viram que o trabalho estava sendo focado em descobrir as fundações, os alicerces da igreja reducional e como atrás da catedral tem uma rua, a Travessa Augusto do Nascimento, e pelas dimensões que se tinha através de historiadores mais antigos, o final, a base da igreja deveria estar nos pátios das casas. Então elas disponibilizaram que fossem realizadas escavações e veio a comprovar, eu não sei como o arqueólogo chama, mas para mim é o vértice onde encontra a parede lateral com a parede do fundo da igreja, foi encontrado no pátio da casa delas, inclusive hoje naquele sistema que foi adotado de colocar placas indicativas nas janelas arqueológicas e no entorno da catedral, nos pontos que foram escavados e o que foi encontrado, no muro da casa tem uma placa indicando que ali é o final da igreja da redução de Santo Ângelo Custódio (FARIAS, 2011).

Esta feliz iniciativa das duas moradoras possibilitou essa descoberta, no entanto esse alicerce não está visível à existência de calçada dos pátios internos, apenas é referenciado com placas indicativas relatando o que foi possível encontrar através da participação da comunidade.

Durante a conversa também apareceu um momento importante da história do município de Santo Ângelo: o repovoamento e a existência de uma igreja entre os períodos jesuítico e atual. Na descrição dessa igreja que existiu entre as décadas de 1880 e 1940, a senhora Clotilde destaca como *“uma igreja de dimensões bem*

*pequenas que nos dá ideia de que ela foi construída usando o material que estava disponibilizado, que foi usado primeiramente na igreja da redução” (FARIAS, 2011).*

Para dar um maior enfoque à função e participação do Museu Municipal durante o projeto, perguntei sobre o restauro realizado durante o mesmo período de 2006/2007. O primeiro ponto destacado foi a inserção do Museu junto ao Centro Histórico: interage totalmente devida a importância dessa edificação, visto que foi uma das primeiras casas construídas pós-redução, usando ainda elementos arquitetônicos, como a parede de uma casa indígena constituída de pedra itacuru, a mesma usada na fundição de ferro. Datada entre 1860 e 1870, pertenceu a Bernardo José Rodrigues e, por causa de seu tempo de existência, recebeu restaurações para sanar deficiências que a edificação possuía. Ainda sobre o restauro, a senhora Clotilde destaca:

Na sua cobertura ele estava deixando algumas infiltrações que prejudicam o acervo e que prejudicam a estrutura do prédio. Então foi consultado o IPHAE em Porto Alegre, foi feita uma pesquisa que nós aqui do museu acompanhamos quanto à cor de pintura que era utilizada na época, o material utilizado na parte construtiva do prédio pra que não fosse descaracterizado e que sim restaurado e permitido mais um tempo de vida útil pra esse material. O telhado foi todo lavado, foi passada uma demão de cal nas telhas e foi recolocado no lugar. A gente sabe que todo elemento tem sua vida útil, então o que foi tentado fazer com a orientação do IPHAE foi prorrogar essa vida útil desse material (FARIAS, 2011)..

Entendi que há uma preocupação com a manutenção das formas originais do prédio, tanto para manter os materiais originais, como para buscar um embasamento histórico que justificasse as pinturas e demais reformas, objetivando a manutenção da história da edificação através desta reforma.

A criação do NARQ– Núcleo de Arqueologia – do Município foi um importante resultado do projeto. Ao findar os trabalhos em 2007, a administração municipal considerou as necessidades da permanência de supervisões e pesquisas arqueológicas junto ao sítio arqueológico. A partir disso, foi criado o cargo de Arqueólogo no corpo de funcionários efetivos da Prefeitura, inicialmente mantendo a arqueóloga Raquel Machado Rech como contratada e, posteriormente, através de concurso público, efetivada. As instalações do NARQ, devido à disponibilidade de espaço, foram realizadas e subordinadas ao Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e está à disposição da comunidade santo-angelense para a vistoria e pesquisa arqueológica junto ao perímetro que corresponde ao sítio arqueológico da

redução, fazendo-se cumprir a lei municipal, que determina esse trabalho em terrenos com novas edificações e revolvimento de solo.

Ainda dentro do Museu, há um espaço com materiais arqueológicos encontrados no município, correspondendo ao período jesuítico e também posterior. Clotilde destaca:

(...) tem um espaço, é um espaço pequeno porque o material é fragmento, não se tem encontrado nenhuma peça de maior dimensão, mas o museu tem em seu acervo, várias épocas da história local e destinado um local, um espaço com expositores onde concentra o material encontrado nas escavações arqueológicas (FARIAS, 2011)

Além das exposições arqueológicas permanentes existentes no Museu, há um espaço para a realização de exposições temporárias. Ali, em vários momentos, ocorreram mostras de materiais arqueológicos das escavações em Santo Ângelo, assim como históricas e artísticas, que envolvam o tema missões.

No momento em que perguntei sobre as doações de objetos arqueológicos feitos por moradores, surge no assunto a formação de um movimento organizado por dedicados e interessados na manutenção da história local chamado *Movimento Pró-Memória*. Esse movimento, objetiva organizar campanhas de doações de peças arqueológicas de grande importância para a história local e que estão sob a posse de moradores. Nesta campanha, foram doados fragmentos de pedras que possivelmente, segundo pesquisas, fizeram parte de uma pia batismal; capitéis; fragmentos de vasilhas cerâmicas; um sino em bronze, entre outros.

Uma constatação importante que a senhora Clotilde faz é sobre o movimento de visitas da comunidade local ao Museu Municipal, assim como o acompanhamento das pesquisas arqueológicas, que foi aumentando gradativamente ao longo do projeto. Referiu-se a eventos culturais realizados na praça após a revitalização, com participação da comunidade, pois *“a população mesmo por si só, quando é convidada ou chamada para qualquer evento que acontece na Praça, na frente da Catedral, eles vem com assiduidade e em grande número, porque acham que a praça ficou muito bonita e acolhedora”* (FARIAS, 2011).

Quando finalizamos a conversa, a senhora Clotilde ressaltou mais uma vez a importância das pesquisas de 2006 e 2007 e os reflexos ainda hoje vistos, através da continuidade dos trabalhos pelo NARQ junto ao Museu Municipal, assim como com o movimento turístico diário.

### 3.3 Entrevista com a Professora Ms. Claudete Boff

A terceira personagem considerada de grande importância para essa pesquisa é a Professora Mestre Claudete Boff. A entrevista foi realizada no dia 20 de julho de 2011, em sua casa, em um momento tranquilo que propiciou a troca de informações.

Nossa conversa se iniciou com questões sobre sua função junto à URI e sua participação nas pesquisas históricas, arqueológicas e organização do Projeto de 2006/2007. Para começar, destacou que naquele período era professora e coordenadora do Centro de Cultura Missioneira da URI e que quando souberam do intuito da municipalidade de realizar uma revitalização na Praça Pinheiro Machado, surgiu de imediato a necessidade de fazer escavações arqueológicas no local. Como o CCM tem por objetivos principais realizar estudos e preservação da história local e regional, a direção da universidade solicitou à professora que organizasse um projeto de pesquisas e buscasse um arqueólogo para ser o responsável por esse trabalho.

Como a formação da professora não é arqueologia, foi necessário buscar embasamento teórico para organizar o projeto, feito preliminarmente com as necessidades fundamentais que deveriam abarcar. Posteriormente, com a contratação do arqueólogo, foi possível esmiuçar mais as questões a serem abordadas, métodos e frentes de trabalho.

Inicialmente, a professora Claudete relatou que houve dificuldade para conseguir um arqueólogo, pois no mesmo período que desejavam iniciar os trabalhos em Santo Ângelo, havia vários projetos em andamento, o que dificultava encontrar arqueólogos disponíveis. Visto isso, se fez contato com o IPHAN para buscar indicações e este indicou entre outros, o nome da arqueóloga Raquel Machado Rech. Feito o contato, a arqueóloga aceitou o convite e se estabeleceram as primeiras tratativas com a universidade.

Para a realização do projeto, além de recursos financeiros subsidiados através de verbas federais, também era necessário estabelecer parcerias com cursos de graduação da universidade e com empresas locais, bem como organizar ações direcionadas aos trabalhos de campo e laboratório. A professora Claudete destacou que essa era sua principal função no projeto: em um primeiro momento ajudar nas pesquisas históricas sobre a redução jesuítica, e depois, convidar,

organizar e estimular os estudantes dos cursos de História e Geografia para participar das atividades de campo e laboratório, bem como buscar patrocínios e auxílios em empresas locais.

Com relação à participação dos alunos, a professora Claudete destaca que prontamente muitos alunos tiveram interesse e se engajaram nas atividades. Visto isso, houve a necessidade de subsidiar bolsas de auxílio financeiro a esses estudantes. Foi então que a professora, como coordenadora do projeto, buscou patrocínios junto à UNIMED e, para complementar a verba, a universidade disponibilizou um valor. Os alunos bolsistas cumpriam 20 horas semanais e os demais, voluntários, faziam horários aleatórios conforme a disponibilidade de cada um, onde se revezavam em atividades de escavações no sítio arqueológico, e limpeza e curadoria do material no laboratório instalado na universidade.

Quando surge a questão de que já haviam sido realizadas escavações arqueológicas no município e como foi a receptividade da comunidade local com este projeto que foi o maior idealizado até então, a professora Claudete enfatiza:

(...) as pesquisas arqueológicas, como tu disseste, já vem há mais tempo sendo feita, esporadicamente. Foi a partir desse projeto que durou um ano que a arqueóloga, no caso a Raquel, conseguiu realizar um trabalho muito bom porque colocou à mostra aquilo que a gente sabia que existia, mas não via. Então esse trabalho foi importantíssimo e também teve uma repercussão muito grande, as pessoas da comunidade se envolveram muito e eu lembro que quando eu estava lá, e tu também que ajudaste, me lembro o quanto as pessoas iam lá conversar, contar histórias, e diziam dos materiais, algumas peças que tinham em casa, então realmente foi assim uma época que nós sentimos que parece que aumentou a auto-estima do santo-angelense porque eles estavam se sentindo muito importantes com relação a sua história. (BOFF, 2011)

A participação da comunidade local feita através de visitas e conversas mostrou que boa parte não conhecia muitos aspectos das origens do município e que, por meio dos achados nessas escavações, passaram a compreender e acompanhar com mais proximidade as pesquisas no município. Isso ocorreu porque essa comunidade começou a entender que tem sua participação nessa história, assim como responsabilidades para com ela.

Tendo em vista a efervescência dos trabalhos, ao finalizar o projeto em 2007, o COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e

Cultural<sup>39</sup> –, que já vinha trabalhando questões sobre a preservação do patrimônio arquitetônico do município, reforçou significativamente essa preocupação com novas construções nas limitações do sítio arqueológico de Santo Ângelo. Conforme o relato da professora Claudete, foi por meio de ações do COMPAHC que houve a continuidade de pesquisas arqueológicas no município, pois o conselho permaneceu em vigilância junto à Secretaria de Obras do município, o que tornou as escavações frequentes no sítio. A aceitação da comunidade, que antes pensava que suas obras poderiam atrasar ou serem interrompidas devido a escavações, se modificou, hoje facilitando esse contato entre proprietário, construtor e arqueólogo.

Quando questionei sobre a participação do Colégio Estadual Onofre Pires, localizado em frente à Praça Pinheiro Machado, com relação as descobertas ocorridas neste espaço, assim como a participação da comunidade escolar, a professora Claudete enfatizou:

(...) fundações que provavelmente são do cabildo, conforme mapas antigos, e também, já ali no Colégio Onofre já se sabia que tinha vestígios porque foi feito um trabalho junto com o laboratório de geofísica da UFRGS, então esse trabalho com georadar já mostrou aonde que tinham fundações, então antes de se escavar, (...) Então foi aí, digamos que foi as últimas partes escavadas ali no entorno. Para essas escavações participaram também os alunos como tu falaste e foram feitas oficinas de educação patrimonial, a escola se envolveu muito ali, a diretora também estava muito entusiasmada e ela entusiasmava os professores, os alunos. Então foi um trabalho muito bom, de bastante envolvimento com toda comunidade escolar (BOFF, 2011).

A participação do laboratório de geofísica da UFRGS e dos alunos do Colégio Onofre Pires, foram algumas das parcerias estabelecidas durante o projeto. Essas escavações, realizadas no pátio do colégio, estimularam professores e alunos na descoberta e conhecimento sobre o sítio arqueológico do município, tanto que após essa experiência, oficinas de Educação Patrimonial tiveram maior impulso e receptividade entre os estudantes.

Outros pontos positivos foram destacados como resultantes desse projeto, como a motivação de alunos da graduação em História na realização de

---

<sup>39</sup>A Lei Municipal nº 3.365, de 31/12/2009 extingue o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo (CPAM) e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo e cria o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo (COMPAHC).

monografias, seguirem carreira na arqueologia e também em pesquisas, com ingressos em Mestrados em várias universidades.

Durante a conversa, também surgiu uma crítica com relação a atitudes da universidade. Com o término do projeto em 2007, a municipalidade se engajou para com as responsabilidades de manutenção de vistorias arqueológicas, porém, a universidade se retraiu nesse aspecto, não aproveitando, da forma como deveria, todos os resultados e precedentes futuros que o projeto viabilizou.

Sobre o NARQ da URI, a entrevistada destacou que todo material recolhido em campo foi catalogado e armazenado junto ao núcleo de pesquisas. No total, foram 2.634 peças que receberam tratamento adequado com o trabalho da arqueóloga, alunos bolsistas e voluntários, resultando em fotografias, informações detalhadas e textos disponíveis para a utilização em pesquisas futuras. Enfatiza ainda que todo esse trabalho só foi possível devido à grande ajuda dos alunos.

Quando o questionamento é sobre os usos da praça atualmente, sobre o movimento de pessoas diariamente, enfim, a apropriação que a comunidade faz desse espaço, a professora Claudete destaca:

(...) a gente percebe uma apropriação muito grande da comunidade. Se tu visitas a praça sábado de tardezinha, ao domingo, tu pode ver como as pessoas vão, os pais levam as crianças, levam bicicletas, então a praça em dia ensolarado, dia que não está chovendo, sempre tem gente circulando. Então a praça a partir dali se tornou realmente o Centro Histórico, isso foi realmente assumido pela comunidade. A gente sente porque, como um calçadão, a calçada grande que tem, tanto o IESA quanto a URI se apropria da praça pra formaturas, tem eventos musicais, teatro, os principais eventos do município, então isso acaba se tornando uma referência de encontro, de amizade, de lazer, de alegria, porque a gente sempre vai ali pra comemorar algum coisa, então eu acho que realmente as pessoas se apropriaram e assim, com gosto, tu sente assim que as pessoas gostam de ir praça (BOFF, 2011).

Antes da revitalização, a praça teve momentos de altos e baixos com relação ao uso da comunidade devido às más condições de manutenção, com calçadas repletas de defeitos, banheiros danificados e abandonados, parque infantil destruído pelas ações do tempo e também com vegetação relativamente fechada, o que permitia a delinquência. Hoje, essa mesma praça tem uma circulação expressiva de pessoas em todos os dias da semana e, principalmente, nos finais de semana, pois se torna uma opção de lazer do santo-angelense.

Ainda sobre as pesquisas que resultaram deste grande projeto, a professora Claudete relata o caso de estudantes do curso de Turismo da URI, que fizeram uma

enquete com o setor comercial que está instalado nas proximidades da praça. Os questionamentos feitos foram com relação ao ponto. Todos afirmaram gostar muito da área e almejam melhorar seus negócios, investindo em melhorias estéticas, como nas fachadas e arquitetura, demonstrando dessa forma a aceitação e gosto pelo lugar.

Um dos aspectos negativos e destacado como uma urgência de mudança de mentalidade é sobre o cuidado com o lugar, limpeza e proteção deste patrimônio por parte da comunidade. Neste momento ela demonstra sua indignação e destaca como uma reação ambígua, pois, ao mesmo tempo em que a comunidade gosta do lugar, está usufruindo dele sempre que possível, não há cuidados com a limpeza e danos ao patrimônio público são realizados por parte de alguns indivíduos. Estragos em placas, vidros das janelas arqueológicas, pichações na fonte e tantas outras ações de “vandalismo” estão presentes em sua fala de indignação. Ela acredita que isso é uma deficiência que começa na educação que vem de casa e que a escola vem complementar. Pensa, ainda, que a municipalidade poderia realizar campanhas de conscientização para melhor manutenção da limpeza e ações contra o “vandalismo”.

Nas palavras finais desta conversa, a entrevistada destaca mais uma vez as parcerias estabelecidas durante o projeto, pois estas viabilizaram bolsas e atividades extras durante as pesquisas e que foram de fundamental importância para o êxito obtido. Exaltou, mais uma vez, a participação dos alunos que estiveram presentes ajudando em todas as etapas e concluiu que a comunidade recebeu a revitalização e as descobertas arqueológicas como positivas, porém, que ainda há obstáculos quando se fala em patrimônio, como a resistência devido ao receio que essas pessoas têm com relação ao seu poder econômico individual, receios de que este seja afetado e tantas outras questões, que devem ser trabalhadas para que em próximas edições de pesquisas deste gênero, haja uma participação e conscientização maior.

### **3.4 As representações dos entrevistados**

As três entrevistas selecionadas para a realização desse trabalho foram definidas através do conhecimento de como se desenvolveu o projeto e como se deu a participação das pessoas envolvidas. Optei, assim, por aqueles que estavam

à frente do processo, devido aos cargos ocupados dentro das instituições públicas e privadas do município.

A partir das análises das entrevistas realizadas é possível perceber as questões às quais os entrevistados atribuem importância. O primeiro ponto que destaque é o fator histórico da pesquisa arqueológica realizada. Todos destacaram a importância da realização das escavações devido à necessidade de trazer à tona elementos materiais sobre a redução de Santo Ângelo Custódio, justamente para viabilizar pesquisas e também mostrar à comunidade local sua existência. Conhecer novos aspectos da história da redução, bem como alavancar uma série de produções acadêmicas e o interesse em dar continuidade ao trabalho, também são pontos destacados pelos entrevistados.

A respeito da participação e acompanhamento da comunidade junto ao projeto, relataram que esta esteve permanentemente visualizando, questionando, e em alguns casos, auxiliando no trabalho. A parceria entre poder público, através da Prefeitura Municipal e a instituição privada, como a URI, e as demais instituições que financiaram bolsas para os alunos, foi uma questão também enfatizada. Para os entrevistados, sem essa parceria, o projeto não alcançaria êxito. A divulgação dos trabalhos e descobertas, o cumprimento de leis, a continuidade das pesquisas arqueológicas junto ao município também foram abordadas.

Representando o âmbito público, o prefeito destacou em vários momentos a divulgação e abrangência que o projeto tomou, sendo conhecido nacional e internacionalmente, o que fez com que o município ficasse em evidência na mídia, despertando a curiosidade de pesquisadores e turistas para conhecer a cidade e, desta maneira, aquecer suas finanças. Por outro lado, a criação do cargo de arqueólogo inserido no quadro funcional da Prefeitura demonstra uma preocupação com relação à continuidade das pesquisas e para cumprir a lei criada em 1993, coincidentemente, no mandato do então prefeito Adroaldo Loureiro, pai de Eduardo.

Ainda no poder público, em uma entidade cultural como o Museu, a senhora Clotilde destaca os frutos da pesquisa para questões que envolvam o turismo local e aprofundamento de pesquisas históricas. Maior interação e exploração dos fatores históricos e arqueológicos são destacadas com grande importância no que diz respeito ao atendimento ao público em geral.

Representando uma instituição privada que desempenhou um papel de suma importância no processo, a professora Claudete visualiza como fundamental para a

pesquisa o conhecimento sobre a história local e também para interação da comunidade local. Porém, uma crítica importante a ser destacada é a respeito da atitude da Universidade em se afastar, isto é, desviar o interesse após a conclusão do projeto. Para a professora Claudete, é uma lástima, pois a URI poderia estar usufruindo dos resultados do projeto e dando suporte para sua continuidade, mantendo, assim, a universidade envolvida na comunidade.

As colocações feitas por cada um dos entrevistados se dão conforme suas posições na sociedade. A representante da universidade e a coordenadora do museu, ambas pesquisadoras, demonstram interesse no projeto vislumbrando as descobertas como aspectos importantes para futuros estudos e pesquisas sobre as missões, assunto do qual são conhecedoras e também por serem pessoas preocupadas com o patrimônio histórico local. Obviamente, também mencionam o fator turismo, porém, como frutos do projeto. Já a pessoa do Prefeito, em um diálogo de administrador, demonstra claramente os benefícios que a divulgação do município contribui para uma evolução do turismo local como forma de desenvolvimento.

As noções sobre o patrimônio de Santo Ângelo são definidas a partir do momento em que se convoca a comunidade a acompanhar as pesquisas arqueológicas realizadas no Centro Histórico com a participação de instituições. A divulgação feita junto à mídia fez com que a comunidade buscasse conhecer e também formar sua opinião com relação a esse patrimônio.

Neste contexto, penso que o patrimônio cultural está submetido a interesses variados, tanto para fins culturais, quanto econômicos e políticos. Esse patrimônio é legitimado através dessas instituições que investiram nesse projeto de prospecção e pesquisa arqueológica e, no caso de Santo Ângelo, torna-se importante quando proporciona um retorno econômico relevante para a sociedade onde ele está inserido. Isto é, economicamente através do turismo e, em um segundo momento, através do aprofundamento de pesquisas sobre assuntos relacionados.

Por fim, penso que cada um dos entrevistados está devidamente comprometido em suas opiniões de acordo com os cargos que ocupam na sociedade. Alguns mais preocupados realmente com a descoberta de novos indicativos históricos para o município, assim como a manutenção deste patrimônio, e outros com o foco direcionado ao fator turístico e conseqüentemente financeiro,

que poderia ser alavancado mediante um trabalho com a proporção do que foi realizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo foi realizado através do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP, da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e se constitui como um estudo sobre as representações da arqueologia de Santo Ângelo – RS, usando como referência, pesquisas arqueológicas realizadas no município entre os anos de 2006 e 2007. Porém, o trabalho foi lapidado conforme o andar do referido curso.

Para ingressar no Mestrado, dediquei-me a elaborar algo que pudesse envolver a história e a arqueologia do município de onde sou natural, Santo Ângelo. Os primeiros contatos com a arqueologia foram exatamente neste grande projeto realizado entre os anos de 2006 e 2007, momento em que, como acadêmica em História, tive a oportunidade de trabalhar voluntariamente em algumas atividades de campo e laboratório. E este segundo, particularmente, fascina-me, foi um momento onde aprendi muito e busquei conhecer um pouco mais sobre a área.

Visto isso, ao finalizar a graduação, desejei de imediato tentar ingressar no Mestrado referido, onde poderia encaixar um projeto sobre história, arqueologia e história oral. A princípio o projeto ficou um tanto amplo, porém, com o desenrolar do curso e a qualificação, momento muito importante para o trabalho, foi-se afinando e tomando o corpo que aqui se apresentou.

Um fator relevante que prevaleceu na definição deste trabalho foi a curiosidade de conhecer o pensamento do santo-angelense, que em muitos momentos exalta a história missioneira, no entanto, conhecendo-a muito pouco. As comprovações materiais reveladas nas escavações recentes mostram para a comunidade que houve, sim, uma redução jesuítica onde hoje moramos e que faz parte do nosso patrimônio e identidade local.

Com isso, desde os primeiros momentos em que pensei em ingressar em um mestrado, desejei organizar uma pesquisa para envolver essa comunidade que

mantém contato direto com o Centro Histórico de Santo Ângelo. No entanto, o leque de opções de pessoas para entrevistar seria muito amplo. Então defini, para essa etapa, pôr em foco os dirigentes municipais envolvidos no projeto realizado em 2006 e 2007, com o objetivo de analisar a representação destes santo-angelenses sobre o Centro Histórico, escavações e estruturas arqueológicas encontradas neste espaço e o que representa para o município.

Com o curso em andamento, os primeiros passos foram dados. Como as disciplinas do curso estavam diretamente ligadas a este estudo, aproveitei para fazer o embasamento teórico. Para isso, busquei subsídios junto a estudos sobre História Oral, Representação, Patrimônio Cultural e história local. A segunda etapa foi acessar os arquivos do NARQ/ MMJOM para conhecer os projetos arqueológicos já realizados no município, para uma melhor inteiração sobre o assunto e, por fim, uma das tarefas mais importantes: selecionar e realizar entrevistas com representantes da comunidade santo-angelense. Para essa seleção, busquei restringir o número de pessoas a serem entrevistadas no intuito de favorecer a posterior transcrição e análise dos resultados.

Com o projeto de mestrado tomando corpo, os trabalhos, leituras e questionamentos começaram a crescer a cada dia. A definição de como seriam os capítulos ocorreu ao longo da pesquisa, porém no início senti a necessidade de abordar o que mais me agrada e vem de minha formação: a História.

No primeiro capítulo, é feita a contextualização histórica de Santo Ângelo, abordando a história regional, as fases de instalação das reduções jesuíticas, Sete Povos das Missões, apogeu, Tratado de Madri e Guerra Guaranítica, a decadência, relato de viajantes e o repovoamento do território onde foi construído o novo município, com uma nova igreja e edificações.

Nesta parte, procuro mostrar de uma forma sucinta e com muitos autores que pesquisam sobre missões, o que temos de melhor em publicações sobre o assunto. Foram estudos que venho desde a graduação aprofundando, assuntos em que tenho prazer e curiosidade em aprender a cada dia mais.

Já no segundo capítulo, apresento os projetos de prospecção arqueológica já desenvolvidos na região das missões desde a década de 1960 em Santo Ângelo, dando maior ênfase ao projeto “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio

Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”, realizado em 2006 e 2007.

Confesso que esta etapa foi um dos momentos de maior dificuldade devido às restrições em cada projeto ou relatório analisado, cujos materiais, algumas vezes pouco detalhados, dificultaram o trabalho. No entanto, a função a ser cumprida neste capítulo foi de conhecer os projetos arqueológicos e penso que foi alcançado da melhor forma possível dentro das possibilidades.

O terceiro capítulo foi destinado à apresentação das entrevistas realizadas com dirigentes municipais: o Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Eduardo Debacco Loureiro, cujo cargo ocupou entre janeiro de 2005 a dezembro de 2012; a senhora Clotilde Maria Mousquer Farias, coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e a professora Historiadora Claudete Boff, representante da URI. Neste espaço, abordou-se o objetivo fundamental deste estudo, conhecer as representações desses santo-angelenses para compreender de que maneira é atribuída importância ao sítio arqueológico existente no município.

As questões expostas aos entrevistados foram semelhantes, apenas com variações conforme a instituição que cada um representa. Nas respostas, percebi que há um interesse em conhecer, descobrir sobre os vestígios arqueológicos existentes no município, principalmente nos que dizem respeito a mostrar os resultados para a comunidade, isto é, divulgar as descobertas aos santo-angelenses para buscar uma conscientização de manutenção desse patrimônio.

Fazer a representação de uma sociedade é trazer à tona questões de preferências pessoais, expor ideias e, certamente, defender interesses. Percebi durante este trabalho que as pessoas estão dispostas a falar e compreender sobre a história e questões que os cercam, porém, não considero ser uma tarefa fácil de cumprir, devido às questões políticas envolvidas.

Por isso, penso que o patrimônio cultural está submetido a interesses variados, tanto para fins culturais, econômicos como políticos. Esse patrimônio é legitimado através dessas instituições que naquele momento investiram nesse projeto de prospecção e pesquisa arqueológica e este se torna importante, na fala dos entrevistados, quando proporciona um retorno econômico relevante para a sociedade, proporcionando lucros para a localidade através do turismo.

No entanto, há as conclusões relacionadas à manutenção deste patrimônio e que merecem uma atenção diferenciada. Conforme o que foi exposto nas

entrevistas, percebo que há uma preocupação com relação às maneiras que se mantém esse patrimônio, desde questões mais simples como a limpeza, o cuidado com o lixo, bem como a questões mais graves, como a depredação. Penso que é necessário não somente mostrar à comunidade a história e as descobertas arqueológicas em nosso município, mas também, planejar ações que conscientizem as pessoas da importância da manutenção destes locais, como campanhas que abordem esses assuntos, para atingir toda a comunidade. A continuidade das “Jornadas Arqueológicas” é um fator positivo certamente, pois estará inserida nas escolas, trabalhando essa conscientização com crianças, adolescentes e, conseqüentemente, adultos.

Por fim, entendi que ações realizadas em prol do conhecimento, aprofundamento da história local, são sempre bem vindas, aceitas pela comunidade. Já no que é referente à legitimação deste patrimônio, só é atribuído um valor se possibilita retorno de algum modo, rentável economicamente e lamentavelmente, ficando em segundo plano, a importância disso para a história e pesquisa em geral.

## FONTES

BOFF, Claudete. **Entrevista sobre as pesquisas arqueológicas e revitalização da Praça Pinheiro Machado** [História oral]. Entrevistadora: Andressa Domanski. Santo Ângelo, 2011. (Áudio: 37min 30s)

CARLE, Cláudio Baptista. **Projeto de Levantamento, Salvamento e Monitoramento: Arqueologia e Valorização Patrimonial de Pátio de Residência em Santo Ângelo Custódio, RS.** Cruz Alta: Unicruz, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Vistoria Arqueológica em área de abertura de fundação em propriedade particular na Rua Marechal Floriano, em espaço urbano no Município de Santo Ângelo, antigo povo de Santo Ângelo Custódio – RS.** Cruz Alta: Unicruz, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório de acompanhamento arqueológico em área de abertura de fundação em espaço urbano no Município de Santo Ângelo, antigo povo de Santo Ângelo Custódio – RS.** Cruz Alta, Unicruz, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Projeto de Levantamento, Salvamento e Monitoramento: Arqueologia e Valorização Patrimonial de Pátio de Residência em Santo Ângelo Custódio, RS.** Cruz Alta: Unicruz, 2004.

FARIAS, Clotilde Maria Mousquer. **Entrevista sobre as pesquisas arqueológicas e revitalização da Praça Pinheiro Machado** [História oral]. Entrevistadora: Andressa Domanski. Santo Ângelo, 2011. (Áudio: 24min 9s)

LOUREIRO, Eduardo Debacco. **Entrevista sobre as pesquisas arqueológicas e revitalização da Praça Pinheiro Machado** [História oral]. Entrevistadora: Andressa Domanski. Santo Ângelo, 2011. (Áudio: 18min 32s)

RECH, Raquel Machado. Arqueologia urbana no Centro Histórico de Santo Ângelo: a identificação da Redução de Santo Ângelo Custódio. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU - A Experiência Missioneira: Território, Cultura e Identidade, 12, São Leopoldo, 2010. **ANAIS...**São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010. Disponível em:

<[http://www.unisinis.br/diversos/simposio/experiencia/experiencia\\_missioneira.zip](http://www.unisinis.br/diversos/simposio/experiencia/experiencia_missioneira.zip)>

. Acesso em: 24 maio. 2012.

\_\_\_\_\_. Janelas Arqueológicas – Do Centro Histórico de Santo Ângelo Custódio: Uma Forma De Visualizar O Passado. In: JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE MISSÕES JESUÍTICAS, 13., Dourados, 2010. **Anais...**Dourados: UFGD, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório das Atividades do Projeto de Educação Patrimonial** – Jornadas de Arqueologia Missioneira. NArq/MJOM. Santo Ângelo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado: Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio (Convênio PMSA-URI).** Santo Ângelo, 2007.

SCARAMELLA, Giovani. SCARAMELLA, Giovani. “Onde está a Redução Jesuíta Missioneira?” In: **Jornal das Missões**, Santo Ângelo, 15 de Dezembro de 1990, pg. 03

\_\_\_\_\_. **Pesquisas Arqueológicas em Assentamentos Pré-Históricos e Históricos (Reduções Jesuíticas) na Região do Médio Curso dos Rios Ijuí e Piratini, RS – Brasil.** Santo Ângelo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas Arqueológicas em Assentamentos Pré-Históricos e Históricos na Região do Médio Curso dos Rios Ijuí e Piratini, RS – Brasil.** Santo Ângelo, 1994.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 fev. 2013.  
INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Miguel das Missões.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12631&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acessado em: 22 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sobre a instituição.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaiphan>>. Acessado em: 22 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **O Patrimônio:** legado do passado ao futuro. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/#c154835>>. Acessado em: 22 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lista do Patrimônio Mundial no Brasil.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/#c154844>>. Acessado em: 22 jun. 2012.

PREFEITURA Municipal de São Miguel das Missões. **História de São Miguel das Missões**. Disponível em: <<http://www.saomiguel-rs.com.br/Prefeitura/Municipio.aspx?ID=1>>. Acessado em: 22 jun. 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADONIAS, Isa. **Mapas, imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht. 1993.

BAPTISTA, Jean. **Dossiê Missões**: Volume I. O Temporal: sociedades e espaços missionais. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. **Espaço e Arqueologia nas Missões Jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BINDÉ, Wilmar Campos. **Santo Ângelo**: Terra de muitas Histórias. Santo Ângelo: [s. n.], 2006.

\_\_\_\_\_. Santo Ângelo – Período Pós-Jesuítico. In: JORNAL DAS MISSÕES – **Caderno dos 300 anos**: Um resgate histórico de Santo Ângelo. Santo Ângelo, 12 ago. 2006.

BOFF, Claudete. **A imaginária Guarani**: o acervo do Museu das Missões. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

CAINO, Jonathan Santos. **Interações sócio-domésticas no espaço missioneiro**: estudo intra-sítio arqueológico de Santo Ângelo Custódio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta: 2007.

CARLE, Cláudio Baptista. “300 anos de Santo Ângelo Custódio: Uma História em um passado arqueológico”. In: PIPPI, Gladis; MULLER, Nelci (Org.). **300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

DICIONÁRIO LAROUSSE. **Espanhol – Português**. São Paulo: Larousse, 2009.

FINOKIET, Bedati Aparecida. **Arca da Memória**. Santo Ângelo: Gráfica JM, 2003.

\_\_\_\_\_. Santo Ângelo Custódio - 300 Anos. In: PIPPI, Gladis; MULLER, Nelci.(Org.).**300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**.4.ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FREITAS, Délcio José Possebon (ORG.). **Um olhar sobre os aspectos históricos e geográficos de Santo Ângelo**. Santo Ângelo: EdiURI, 2005.

FURLONG, Guilherme S. J. **Misiones y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: Theoria, 1962.

GASPAR, Lúcia. **Patrimônio da Humanidade no Brasil**. Pesquisa Escolar, Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=881&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=881&Itemid=1)>. Acessado em: 22 jun. 2012.

GUBER, Rosana.**El salvaje metropolitano**: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **La Etnografía**: Método, Campo y reflexividad. Bogotá: Norma, 2001.

KERN, Arno Alvarez. Entre os Mitos e a História: As Missões Jesuíticas Platinas. In: COLVERO, Ronaldo. **Missões em Mosaico– Da interpretação à prática**: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011.

KERN, Arno Alvarez (Org.). **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. **Utopias e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_.**Projeto Arqueologia Histórica Missioneira**: Intervenções Arqueológicas, Pesquisa Histórica, Ações Institucionais, Divulgação e Produção Científica (1984-1994). Porto Alegre: IBPC, PUCRS, UFRGS, URI, FISC, ENPM, CNPQ, FAPERGS, 1995.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul da Pré-História aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2010.

MARCHI, Darlan de Mamman. A oralidade no resgate da vida e obra de Valentin Von Adamovich em Santo Ângelo-RS. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 6., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Ed. UFPEL, 2011.

MONTENEGRO, Mónica. APARICIO, María Elisa. **Reflexiones acerca del Patrimonio em áreas de frontera:** el caso de la Provincia de Jujuy, Argentina. Buenos Aires, [20-?].

MONTENEGRO, Mónica. **Los niños y el patrimonio** ¿Un deuda de la educación? Buenos Aires: 2008.

\_\_\_\_\_. **Los vivos y los muertos en las representaciones sociales sobre el Patrimonio Arqueológico:** el caso de una comunidad educativa de la Puna de Jujuy. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_. Semana Santa: representaciones de los niños de la Quebrada de Humahuaca, Jujuy (Argentina). Aproximaciones desde la escuela. In: ALONSO PONGA, José Luis (Coord.). **La Semana Santa:** Antropología y Religión en Latinoamérica II. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010. p. 109-116.

NAGEL, Liane Maria. **A História de San Angel Custódio:** Redução de fronteira – no contexto dos trinta povos Guarani-Jesuíticos da região Platina. 1994. 30f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

NASCIMENTO, Anna Olívia; OLIVEIRA, Maria Ivone de Avila (ORG). **Bens e Riquezas das Missões.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

PIPPI, Gladis. Redução de Santo Ângelo Custódio. In: PIPPI, Gladis; MULLER, Nelci (Org.). **300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio.** Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo – História da Produção de uma Identidade Regional.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PORTO, Aurélio. **História das Missões orientais do Uruguai.** 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1954.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata.** Bauru/SP: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. A ocupação europeia do Rio Grande do Sul: Séculos XVII e XVIII. In: GONÇALVES, Ana Beatriz; BOFF, Claudete. (Org.). **Turismo e Cultura: História Regional**. Santo Ângelo: Ediuri, 2001.

RAMOS, Antonio Dari. A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil. Santo Ângelo: IPHAN, 2006. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf>>. Acessado em: 28 fev. 2012.

RIVOLTA, M.C.; MONTENEGRO, M.; ARGANARAZ, M.C. Multivocalidad en los procesos de apropiación y significación del Pucara de Tilcara (Jujuy, Argentina). In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi; ROTMAN, M.; FERREIRA, Lúcio Menezes. **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina: Estudos de caso**. São Paulo: Annablume, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro: Índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel/PR: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, André Luis Freitas. O repovoamento de Santo Ângelo In: JORNAL DAS MISSÕES – **Caderno dos 300 anos: Um resgate histórico de Santo Ângelo**. Santo Ângelo, 20 jul. 2006.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso. **As Missões Orientais e seus Antigos Domínios**. Porto Alegre: Erus, 1979.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Seleção dos entrevistados conforme sua relação com o projeto de 2006 e 2007, conforme abaixo:

- Eduardo Debacco Loureiro – Prefeito Municipal de Santo Ângelo de 2005 a 2012;
- Clotilde Maria Mousquer Farias - Coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado (MMJOM)
- Claudete Boff – Professora Ms., representante da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

A forma de conduzir as entrevistas foi pensada conforme o cargo em que cada entrevistado se insere. A Pauta principal foi o “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio” ocorrido em 2006 e 2007, e as questões realizadas foram relacionadas aos seguintes assuntos:

- Como surgiu o projeto em 2006 e 2007;
- Importância do projeto desenvolvido;
- Entendimento de que maneira a comunidade recebeu o projeto / participação da comunidade;
- Criação do Núcleo de Arqueologia do município;
- Janelas Arqueológicas e continuidade das pesquisas
- Envolvimento individual (de cada um dos entrevistados) conforme suas instituições;
- Revitalização da Praça e usos da comunidade.

## **APÊNDICE B - Transcrição da entrevista com Prefeito Municipal Eduardo Debacco Loureiro**

**30/07/2011**

### **Gabinete do Prefeito**

Andressa – Prefeito municipal, lhe agradeço sua participação e colaboração em meu projeto, de imediato, gostaria de saber de que maneira surgiu o “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio

Prefeito – Primeiro nos precisamos registrar que nós temos aqui uma lei, não lembro exatamente a data, deve ter sido lá de 1993, 94, que criou, que instituiu o chamado sítio arqueológico determinando dentre outras coisas, que toda e qualquer intervenção, qualquer obra, que o município ou que alguém daqui do município vá fazer nesta área, que foi chamada de sítio arqueológico, precisa haver todo um acompanhamento de um arqueólogo, de profissionais desta área, então quando nós resolvemos fazer o projeto e executar o projeto de revitalização da Praça Pinheiro Machado que é o justamente o coração do nosso sítio arqueológico, e o objetivo deste projeto foi justamente fazer um resgate da nossa história porque a praça, ela cedeu, este local cedeu, há muitos anos atrás a Redução de Santo Ângelo Custódio e nada, praticamente nada lembrava essa história, esse foi o grande objetivo, o grande apelo, “bom vamos fazer esse resgate”, colocar aqui, trazer elementos que lembraram assim a redução de Santo Ângelo Custódio, então foi um trabalho temático, evidentemente que não foi um trabalho de simplesmente de remodelação de uma praça, então não só pra cumprir uma determinação legal, mas também, justamente pra fazer esse resgate da nossa história, e o projeto incluiu escavações arqueológicas justamente pra que nós pudéssemos tentar descobrir aqui alguma coisa, algum vestígio daquela época, que nós então, trouxemos, fizemos um projeto, fizemos uma parceria inicialmente com a URI que colocou um arqueólogo e depois de todas as descobertas que aconteceram aqui, nós sentimos a necessidade de fazer um trabalho permanente, quer dizer, criar um núcleo, um departamento, criar um órgão que fosse dotado de profissionais da área pra continuar fazendo esse acompanhamento no sítio arqueológico, nas obras, nas

intervenções, pesquisas, cuidado com esse Centro Histórico, e aí se seguiram projetos de orientação, oficinas que hoje a gente realiza com esses profissionais

Andressa – As jornadas...

Prefeito – As jornadas arqueológicas e tal, quer dizer então que se iniciou um trabalho pra fazer o resgate e depois com toda descoberta enfim, que foi importante aqui pro município nos sentimos a necessidade, esse projeto não podia ser interrompido, deve haver uma continuidade que tem muita coisa aqui que nós podemos fazer na área da arqueologia e por isso, pela importância que isso tem para o município nós resolvemos manter esse grupo. Hoje o município tem um arqueólogo no quadro, coisa que não existia, bom nós não tínhamos nem um arqueólogo no município, tivemos que nos socorrer aqui da URI que teve que trazer um arqueólogo de fora e aí depois o município então acabou criando esse cargo que nem isso tinha no quadro de funcionários da prefeitura de servidores, nós criamos um cargo de arqueólogo, fizemos um concurso, e hoje então nós temos um arqueólogo no quadro de funcionários estáveis da prefeitura, que eu acho que é um grande avanço que isso garante uma continuidade, não é um projeto que tem uma data pra se encerrar, não, é um núcleo, é um projeto, são profissionais que estão aí contratados que devem permanecer.

Andressa – Claro! E é uma maneira do município viabilizar para os moradores do Centro Histórico também, que devido a lei...

Prefeito – Exatamente! Isso é outra coisa, porque essa era outra dificuldade que o município encontrava, quer dizer, existe a lei mas havia dificuldade pra se cumprir aquilo que a lei determinava. Qualquer intervenção, qualquer obra que acontecia nessa área do sítio arqueológico não havia profissionais aqui no município, se tornava inviável. Então o município não oferecia as condições para que esses proprietários, para que essas obras pudessem ter o acompanhamento de um arqueólogo.

Andressa – E assim com relação a receptividade da comunidade com esses trabalhos arqueológicos e as janelas arqueológicas hoje expostas, toda a reforma da

praça, como o Sr. considera, como o Sr. enxerga a interpretação, o sentimento dessas pessoas e principalmente a preservação desse espaço.

Prefeito – Bom, eu acho que primeiro a obra em si, todo destaque que essa obra alcançou a nível estadual e a nível nacional, isso uma coisa que até nos surpreendeu, a gente sabia da importância, mas o que me chamou particularmente a atenção, inclusive durante, as obras, durante a implantação do projeto, foi o destaque que isso ganhou, quer dizer que isso chamou a atenção da mídia em nível nacional. Nós tivemos aqui o jornal da Globo, Pedro Bial, o Willian Bonner, vieram aqui na região fazer um projeto e fizeram matérias aqui do Centro Histórico, a imprensa, toda a imprensa estadual focou e divulgou na região aqui teve uma imensa repercussão, e até internacional. Então isso é uma coisa importante pra que, pra criar uma consciência, chamar a atenção inclusive aqui do município, da importância disso, porque muitas vezes a gente tem esse patrimônio aqui e nem todo mundo tinha consciência do valor desse patrimônio, e quando a mídia ela se interessou e divulgou pro Brasil inteiro e o mundo inteiro, eu acho que isso contribuiu muito para que as pessoas realmente percebessem o valor e a importância desse resgate, desse patrimônio que nós temos aqui. Então eu acho que a receptividade ela foi muito boa, essa obra e esse projeto projetou Santo Ângelo muito, e isso acabou criando uma consciência na comunidade local da importância disso tudo, hoje esse espaço aqui passou a fazer parte do roteiro turístico, não só do ponto de vista do turismo, mas de estudo também, que grande parte dos turistas que vem aqui são ônibus, e muitos ônibus que vem estudar a história da região que antes iam diretamente pra São Miguel das Missões e hoje, obrigatoriamente, Santo Ângelo passou a ser um ponto de parada. Então principalmente agora, nesse segundo semestre que é a época em que essas excursões acontecem a partir de agosto, setembro, outubro, até novembro, são milhares de ônibus que vem até Santo Ângelo, num determinado dia eu cheguei a contar quase trinta ônibus num dia, então são muitos ônibus que acabam vindo pra estudar aqui a nossa história e não só evidentemente que as pessoas que vem de fora da região mas as nossas escolas os nossos alunos, a nossa comunidade, ela tem visitado, tem freqüentado nosso Centro Histórico, tem estudado isso, eu que estou aqui do lado aqui eu vejo quase todos os dias as pessoas tirando fotos, algumas excursões, grupos de estudantes, grupos de pessoas que vem estudar, são os guias turísticos, fazem todo o

acompanhamento, então acho que isso trouxe um retorno espetacular pra cidade e uma contribuição pro resgate dessa história que vem sendo estudada no mundo inteiro.

Andressa – trabalhos acadêmicos estão sendo feitos seguidamente com relação a Santo Ângelo, com os trabalhos arqueológicos, com a essa parte da história regional que boa parte da comunidade desconhecia, então hoje através das janelas arqueológicas, das jornadas com as crianças isso tem facilitado bastante, o conhecimento dessa história regional.

Eu gostaria de saber também com relação a reforma da catedral, eu sei que a parte interna dela foi toda de responsabilidade da igreja, da própria igreja, da comunidade (católica) e a parte externa ela foi também de responsabilidade da igreja ou do município.

Prefeito – Toda a revitalização da Catedral em si, do prédio da igreja, do imóvel, que incluiu é claro, a parte interna e a parte externa do prédio, do imóvel, foi dado da comunidade, não tem nenhum centavo público, nenhum recurso público até porque existe um obstáculo legal, nós só podemos intervir, buscamos recursos também junto ao Ministério do Turismo naquilo que é público, ou seja, no entorno da Catedral, que envolve a praça e nesse entorno onde havia alguns prédios que nós intervimos, onde estão as janelas arqueológicas e o aspecto interessante que eu achei muito legal e que é importante destacar foi quando o município tomou pra si a responsabilidade de montar esse projeto, começamos a divulgar ele, começamos a executar, isto acabou contagiando a comunidade, quer dizer, eu posso te assegurar que se não fosse a iniciativa do município de fazer esse projeto, de buscar recurso, de iniciar essa obra, dificilmente a comunidade iria se motivar tal ponto de reunir recursos que chegaram a quase um milhão de reais, recursos da comunidade, contribuições, rifas, a receita federal ajudou muito doando aqueles produtos...

Andressa – materiais ...

Prefeito – que eles apreendem aí fizeram bazar, venda daqueles produtos pra comunidade

Andressa – a sim ...

Prefeito – a quermesse que virou tradicional, vão lá vendem, alimentos, enfim, então teve toda uma mobilização da comunidade pra angariar fundos pra fazer a revitalização da igreja, mas o que que motivou as pessoas a tal ponto de arrecadarem recursos que era impensável no início, na minha cabeça, não vão conseguir em tão pouco tempo arrecadar um milhão de reais, mas as pessoas se empolgaram tanto com esse projeto, e ele estava em andamento, e as pessoas virão concretamente o projeto em andamento com toda a divulgação, que isso acabou contagiando as pessoas de tal forma que as pessoas tiveram forças pra ir a luta e conseguir arrecadar quase um milhão de reais que foram aplicados na igreja, então eu acho que só isto mostra e evidencia de forma concreta a importância desse projeto e o que ela gerou nas pessoas, na comunidade, se não fosse isso, se fosse só apenas a reforma da igreja em si, não sei se conseguiríamos, se a comunidade teria forças pra se mobilizar a tal ponto, porque a igreja passou a ser fundamental, que o projeto em si não previa a revitalização da igreja, mas as pessoas se sentiram assim...

Andressa – Incorporaram...

Prefeito – Incorporaram isso, compraram a ideia de tal forma que foram a luta e conseguiram uma coisa que é inédito, olha que arrecadar um milhão de reais em dois anos, foi o prazo que eles conseguiram, e transformaram a igreja, já era bonita, ficou muito mais bonita toda ela revitalizada interna e externamente, e uma obra toda ela conduzida pela comunidade da igreja que se mobilizou com contribuição de toda a comunidade.

Andressa – isso é interessante...

E com relação ao mês de agosto, 12 de agosto, o município normalmente faz programações e comemora a fundação da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, como se deu essa iniciativa de sempre lembrar dessa data, de sempre rememorar essa data a partir dos trezentos anos, porque anteriormente eu como uma representante da comunidade não enxergava esse tipo de comemoração dos 298 , 299, a partir dos trezentos anos é que começou a trabalhar essa data no mês de agosto.

Prefeito – É, na verdade a Semana Cultural, se não me engano nós já estamos na 14ª se não me falha a memória ou coisa parecida, tenho que olhar...

Andressa – Acho que é mais...

Prefeito – É deve ter quase vinte anos, 19ª, 18ª, tenho que olhar o folderzinho. Então quer dizer na verdade essa data foi criada lá em, através de uma lei do município em 1993 ou 94...

Andressa – Essa mesma lei aqui da...

Prefeito – Não sei se foi essa lei, eu sei que ela foi instituída através de uma lei específica, criando a Semana Cultural, que eu não recordo exatamente que lei é essa, eu sei que foi na administração do prefeito Adroaldo Loureiro, lá na época a secretaria de cultura, secretaria de Turismo, foi um projeto desenvolvido por aquela administração na época quando foi criada então a Semana Cultural, justamente pra resgatar essa questão da fundação da redução. O que aconteceu, claro, a partir dos trezentos anos, com todo esse projeto desenvolvido, acho que nós conseguimos reforçar a importância desta data. A Semana Cultural ela já existia, ela mantém o mesmo formato da época da sua criação, mas com certeza, a partir de todas essas comemorações que nós fizemos nos trezentos anos, aproveitando essa data, eu acho que isso acabou chamando mais atenção pra Semana Cultural, pra data do dia 12 de agosto que é a data da fundação da redução, mas a Semana Cultural já foi criada naquela época justamente com esse objetivo.

Andressa – Com relação ao Centro Histórico seriam essas questões que eu teria pra lhe fazer, se o Sr. tiver mais alguma coisa a contribuir com relação ao Projeto, eu sei que toda parte artística, as obras de arte que hoje temos no Centro Histórico, tem significados, simbologias enfim, que é uma pesquisa a parte que eu pretendo fazer com o Tadeu Martins que foi o responsável por essa parte. Se o Sr. tiver mais alguma coisa a contribuir.

Prefeito – Só registrar que o projeto na verdade ele nasceu, nós percebemos por parte da comunidade um anseio nesse sentido, inclusive teve uma contribuição da

própria associação dos amigos da Praça que existia na época e existe até hoje, e as pessoas falando da importância desse resgate, e quando nos assumimos a administração, nos conduzimos então esse processo, elegemos ele como o projeto prioritário, e buscamos, compomos uma equipe de projetistas que envolveu o Tadeu Martins, que cuidou mais da parte artística do projeto, o arquiteto Paulo Tissot, ele foi quem coordenou, um dos coordenadores desse projeto, que foi conduzido pela Secretaria de Turismo, e nos tomamos o cuidado de realmente fazer uma ampla pesquisa com relação aos elementos que nós iríamos pra praça, enfim, houveram viagens técnicas, onde a equipe visitou as várias reduções, pra pesquisar os materiais, desde piso, ele foi inspirado justamente no piso da época, e fizemos um amplo debate, fizemos inúmeras reuniões, isso tudo está registrado em ata, foram várias reuniões que aconteceram com vários setores da comunidade, quando esse esboço do projeto foi apresentado e o grande objetivo das reuniões, foi também, apresentar e colher algumas idéias com subsídios por parte da população, sempre respeitando, claro, aquela linha temática, que foi desenvolvida, que foi pesquisada, mas teve um grande envolvimento da comissão, está tudo registrado em ata na Secretaria de Turismo, está tudo arquivado isso, é então eu acho que o envolvimento da comunidade foi uma coisa assim extremamente importante.

Andressa – Eu lhe agradeço pela sua contribuição, e futuramente entraremos em contato novamente pra conversar mais um pouco a respeito do nosso Centro Histórico.

Prefeito – Tá bom, obrigada e bom trabalho!

## **APÊNDICE C - Transcrição da entrevista com Sra. Clotilde Maria Mousquer Farias**

**20/07/2011**

### **Museu Municipal Dr. José Olavo Machado**

Andressa – dia 20 de julho de 2011, entrevista com Clotilde Maria Mousquer Farias, representante do Museu Municipal de Santo Ângelo. Bom dia dona Clotilde, agradeço a sua disponibilidade. Eu tenho algumas questões pra lhe fazer com relação a participação do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado no projeto de revitalização e acompanhamento das escavações arqueológicas da nossa praça e todo nosso Centro Histórico, nos anos de 2006/2007. Gostaria de saber qual é sua função no Museu Municipal... e desde quando atua.

Clotilde – Bom dia Andressa é um prazer recebê-la aqui e poder ser útil nessa tua caminhada de estudo e de formação. Eu estou no museu municipal desde 1997 e a partir de 2001 estou com a responsabilidade da direção do Museu Municipal. A revitalização da praça, num projeto estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo e a Universidade Regional Integrada, a URI, a partir de 2006 que se estendeu até 2007, veio trazer pra o povo de Santo Ângelo, para o povo da região das missões, para os estudiosos de história, de missões, e a todos os interessados aqui do local e mesmo de fora, que tem advindo aqui buscar esse assunto, vem trazendo os elementos comprobatórios do que sempre se contava na história com aqui houvesse existido, agora nós sabemos que aqui existiram um povoado missioneiro, a redução de Santo Ângelo Custódio e essas escavações fizeram com que a gente encontrasse elementos que vem nos contar, a parte feita por esses indígenas feita com orientação dos padres jesuítas no que tange a elementos como telhas, ladrilhos, cerâmicas, que são o que a gente sabe que eram usados no período da redução.

Andressa – Esse material, ele está disponível junto a universidade para pesquisa...

Clotilde –É, esse material encontrado em 2006 e 2007 está disponível no Centro de Cultural Missioneira da URI, estão tratando como museu arqueológico da universidade, está tudo catalogado, tudo marcado, em um trabalho que foi realizado

com a orientação da arqueóloga Raquel Rech e universitários que se disponibilizaram a fazer esse trabalho de escavação e de recolhimento desse material. Uma pessoa que esteve presente sempre e que orientou também foi a professora, historiadora Claudete Boff, que deu muito auxílio e que comparecia seguidamente nas obras de escavação acompanhado e se entusiasmando com as novidades que eram encontradas.

Andressa – Através dos professores historiadores envolvidos anteriormente, antes de se projetar a realização, dessas escavações, com certeza foi feita uma pesquisa histórica ao redor disso...

Clotilde – A gente já tinha conhecimento através das obras compiladas por estudiosos da edificação da igreja da redução no mesmo espaço em que hoje está a Catedral Angelopolitana. Então ali, hoje qualquer pessoa que andar no entorno da Catedral vai encontrar as janelas arqueológicas com os materiais expostos ali, que como eu disse antes, comprovam a existência dessa edificação.

Andressa – Sim. E então, como foi o envolvimento do Museu Municipal nesse “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”

Clotilde – O Museu esteve sempre presente nesses trabalhos, até porque, o assunto principal, o foco principal, que é um museu histórico, é a história regional, é a história local, em primeira mão, e então tudo o que surgia ali, era de interesse pra que quando a gente recebesse, como acontece diariamente, grupo que vem em busca da história das missões que vem visitar o museu, a gente tivesse subsídios para comunicar esses visitantes o que estava ocorrendo, que na época era um canteiro de obras com vários focos de escavações, ao redor, no entorno da Catedral e também na praça. Na praça não houve muito material encontrado muita gente sabe pela história, que era um local onde aconteciam missas, festejos populares, treinamentos dos indígenas com seus cavalos, e com armamento, então não foi muita coisa encontrada. Mas no entorno da praça, até os dias de hoje estão sendo encontrados materiais arqueológicos.

Andressa – Até eu lembro que aconteceu um episódio de uma moradora da rua que se localiza atrás da catedral, ela se disponibilizou, abriu o pátio da casa dela pra poder abrir nas escavações, ela disponibilizou o espaço particular dela pra poder fazer um trabalho de pesquisa.

Clotilde – É, foi a dona Ligia Nascimento e a professora, não estou lembrada do nome dela....Maria da Graça, professora da URI. Elas viram que o trabalho estava sendo focado em descobrir as fundações, os alicerces da igreja reducional e como atrás da catedral tem uma rua, a Travessa Augusto do Nascimento, e pelas dimensões que se tinha através de historiadores mais antigos, o final, a base da igreja deveria estar nos pátios das casas. Então elas disponibilizaram que fossem realizadas escavações e veio a comprovar, eu não sei como o arqueólogo chama, mas pra mim é o vértice onde encontra a parede lateral com a parede do fundo da igreja, foi encontrado no pátio da casa delas, inclusive hoje naquele sistema que foi adotado de colocar placas indicativas nas janelas arqueológicas e no entorno da catedral, nos pontos que foram escavados e o que foi encontrado, no muro da casa tem uma placa indicando que ali é o final da igreja da redução de Santo Ângelo Custódio.

Andressa – Onde atualmente nós encontramos a catedral já teve mais de uma igreja. A igreja da redução, uma igreja do repovoamento e a atual catedral...

Clotilde – é isso mesmo. A igreja da redução, que foi construída pelos indígenas com orientação dos padres jesuítas, ela assemelha-se com a igreja de São Miguel, no entanto, não tinha as torres unidas junto ao corpo da igreja, ela tinha um campanário, que tinha-se a ideia de que ficava a direita da igreja, alias, a direita de você olhando a igreja e na realidade foi constatado nas escavações, nos estudos arqueológicos, que ela fica a esquerda, entre a igreja e a prefeitura. Ali tem uma janela arqueológica demonstrando o local onde ficava o campanário. E depois teve a igreja que na história de Santo Ângelo chamamos a igreja dos repovoadores, uma igreja de dimensões bem pequenas que nos dá ideia de que ela foi construída usando o material que estava disponibilizado, que foi usado primeiramente na igreja da redução. E a partir de 1929, 24 alias, iniciou a construção da catedral como ela

está hoje, que tem toda essa imponência e relembra também o período construtivo da redução jesuítica.

Andressa – Interessante que ela procura reproduzir o que seria...Voltando, quanto ao museu municipal nesse período que ocorreu o projeto, o Museu Municipal recebeu também reformas, restauro. Como ocorreu esse projeto de restauro do museu municipal que foi logo após a esse grande projeto arqueológico.

Clotilde – O Museu Municipal se insere perfeitamente no nosso Centro Histórico Cultural, porque foi uma das primeiras casas que foi reconstruída após a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio. Ela foi na realidade a 5ª casa que foi construída quando vieram pra cá os primeiros portugueses e o que se estabeleceu aqui e construiu a casa foi Bernardo José Rodrigues. Calcula-se que na década de 1860, 1970...e foi usado para as paredes externas as pedras das casas indígenas da antiga redução. Essa pedra que é comum aqui na nossa região, que nós chamamos pedra cupim, e que o índio denominava pedra itacuru, a pedra que foi usada na redução de São João Batista pra extrair o ferro na primeira fundição de ferro instituída ainda no período das missões. Então esse restauro ocorreu em primeiro lugar para sanar algumas deficiências que o prédio estava enfrentando. Na sua cobertura ele estava deixando algumas infiltrações que prejudicam o acervo e que prejudicam a estrutura do prédio. Então foi consultado o IPHAE em Porto Alegre, foi feita uma pesquisa que nós aqui do museu acompanhamos quanto a cor de pintura que era utilizada na época, o material utilizado na parte construtiva do prédio pra que não fosse descaracterizado e que sim restaurado e permitido mais um tempo de vida útil pra esse material. O telhado foi todo lavado, foi passado uma de mão de cal nas telhas e foi recolocado no lugar. A gente sabe que todo elemento tem sua vida útil, então o que foi tentado fazer com a orientação do IPHAE foi prorrogar essa vida útil desse material.

Andressa – Com relação ao atual NArq, Núcleo de Arqueologia que nós temos junto ao Museu Municipal, como ocorreu a criação dele, qual é a importância, porque ocorreu essa fundação de núcleo de arqueologia junto ao Museus municipal

Clotilde – O que sabe-se é que isso é mais relacionada a parte administrativa do município, mas o que a gente sabe é que , como o convênio com a universidade, que foi o que proporcionou a vinda da arqueóloga pra fazer esses estudos, ele findava em 2007, a administração publica pensou e considerou a necessidade de que o município mantivesse esse estudo arqueológico então fez um contrato com a arqueóloga e a mantém até hoje, e foi criado nesse período o Núcleo de Arqueologia ligado ao Museu Municipal porque o museu disponibilizou o espaço pra arqueóloga e passou a guardar esse material recolhido nessas escavações. A partir daí, surgiu também, uma lei municipal que todo proprietário de terreno ou de edificação aqui no entorno da praça aonde foi a redução de Santo Ângelo Custódio, aonde tinham as casa indígenas que é delimitado por estudo arqueológico delimitado por estudo anterior a esse projeto de 2006, todo o proprietário que for fazer revolvimento de solo na sua propriedade pra fazer uma reestruturação, uma reforma, uma edificação, ele tem que pedir um estudo arqueológico para o Núcleo de Arqueologia para termos condições, se existe algum elemento ainda do período missioneiro, que ele possa ser encontrado. E a gente está encontrando elementos do período missioneiro e do período pós missioneiro ali naquele espaço em que as forças portuguesas, do exercito português esteve aqui pra manter a posse do território. A gente encontra bastante material que o estudo arqueológico diz que é desse período. Então o Narq no Museu Municipal veio pra suprir essa necessidade de buscarmos os elementos que comprovam a existência em todo esse território que antes demarcado pela redução de Santo Ângelo Custódio a existência ainda de material arqueológico.

Andressa – Até no museu, há um espaço destinado a alguns exemplares arqueológicos que já foram encontrados aqui...

Clotilde – Tem, tem um espaço, é um espaço pequeno porque o material é fragmento, não se tem encontrado nenhuma peça de maior dimensão, mas o museu tem em seu acervo, várias épocas da história local, e destinado um local, um espaço com expositores onde concentra o material encontrado nas escavações arqueológicas. E já para adiantar, você como santo-angelense que é, no mês de agosto, a partir do dia 12 de agosto que é a data de fundação de Santo Ângelo Custódio, nós vamos ter na sala de exposições temporárias, uma exposição

arqueológica com grande parte do material que foi encontrado nessas escavações aqui no Centro Histórico.

Andressa- Interessante, vou procurar participar. Nesse período também, lembro que ocorreram algumas doações dos moradores, de objetos, sino, uma possível pia...

Clotilde – Com a continuidade dessas escavações através do NArq, se chegou a fundação de um movimento aqui em Santo Ângelo, o Movimento Pró Memória, que é formado por pessoas que tem uma dedicação e um interesse por elementos que comprovam a história, e pela história de Santo Ângelo. Então foi lançado uma campanha pelo Movimento Pró Memória para aquelas pessoas que tivessem em suas casas algum elemento relacionado ou originário da redução de Santo Ângelo Custódio, e a gente sabe que ainda não vieram todos. A gente tem conhecimento de algumas peças que ainda estão em algumas residências, mas se respeita também o valor afetivo dessas peças pela família, porque elas estão lá desde a época de 1750, 1800, e com alguma utilidade na casa. Então vieram capitéis, fragmentos de capitéis, vieram peça em pedra grés, que pelo estudo que está sendo feito, ela está no indicando que fazia parte de uma pia batismal. Veio um sino, que o sino eu sei estava com a família do seu Julio Ubirtan dos Reis, e ele doou, esse sino está exposto aqui no Museu, e alguns fragmentos como uma panela de cerâmica. A gente chama panela, mas era um utensílio usado pra cozimento dos grãos de alimentação indígena, e vários exemplares de pedras grés com trabalhos relacionados ao período da redução, quer dizer, elementos que compunham as edificações da redução de Santo Ângelo Custódio.

Andressa – Com o tempo se fragmentaram e foram se distribuindo. Então para finalizar, todo esse projeto de escavações arqueológica, de revitalização da Praça, a reforma da Catedral, e a história local em sim, trabalhada anteriormente, isso tudo é importante pra nós santo-angelenses, para o turismo, ela é considerada importante e valorizada pelos santo-angeleses, na região...

Clotilde – Você sabe Andressa que eu me surpreendia com a receptividade da comunidade. A gente sempre teve aqui a visita de santo-angelenses que vinham trazer suas famílias que estavam passeando aqui e vinham até o museu para passeio, numa visita de lazer, e depois dessas escavações, que se começou a

concentrar esse material exposto aqui, o foco passou para “o que está sendo descoberto em Santo Ângelo”. A gente recebe bastante pesquisadores, a gente recebi visitas de outros municípios, de outros estados, até de outros países que vem em busca de subsídios do que está sendo encontrado na redução de Santo Ângelo, e a população mesmo por si só, quando é convidada ou chamada pra qualquer evento que acontece na Praça, na frente da Catedral, eles vem com assiduidade e em grande número, porque acham que a praça ficou muito bonita e acolhedora. Foram colocados elementos na Praça que se relacionam com a história jesuítica, com a história das missões, com a valorização do indígena e como alguns autores dizem que a praça é do povo, a Praça Pinheiro Machado na frente da Catedral, retornou ao povo. Qualquer evento que nós temos ali, eventos teatrais, eventos de música que acontecem na frente da igreja, a população acolhe e se faz presente. Então isso aí eu acho que surgiu com esse movimento, esse trabalho, a divulgação do que é encontrado e coma representatividade da praça no contexto da história, houve uma aceitação muito boa da população.

Andressa – que jóia! Eram essas as questões, que eu teria pra lhe fazer, se a Sra. algum comentário, alguma coisa pra falar...

Clotilde – Não eu só registrar que o trabalho não está encerrado, que nós continuamos nosso núcleo de arqueologia através da arqueóloga Raquel e todo seu corpo de auxiliares que tem no núcleo de arqueologia buscando encontrar elementos que venham a se somar a esses já encontrados, e o Museu, por se uma casa histórica, por ser um espaço cultural, um espaço que também acolhe o turista, que passa informações, está aberto pra receber esses elementos que forem encontrados e as pessoas que como você se dedicam pra estudar e pra ver as novidades que estão surgindo aqui na terra de Santo Ângelo e que vem se somar a história das missões que é uma história muito linda, que tem uma parte da história do Brasil e da humanidade que de uns tempos pra cá está sendo bem mais focada e está tendo uma evolução nas suas pesquisas e na sua transmissão de conhecimento a aqueles que estudam e que querem saber de missões. O Museu Municipal está aberto para todo esse tipo de pesquisa e é um prazer recebê-la aqui.

Andressa – Muito obrigada dona Clotilde. Conto com sua participação numas próximas conversas.

## **APÊNDICE D - Transcrição da entrevista com Professora Claudete Boff**

**20/07/2011**

### **Residência**

Andressa – vinte de Julho de 2011, entrevista com a professora Claudete Boff. Boa tarde professora Claudete, agradeço sua disponibilidade, e eu gostaria de saber algumas questões sobre o “Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio”, primeiramente eu gostaria de saber qual era sua função na época, 2006/2007, qual era sua função não universidade e junto a esse projeto.

Claudete – na época, no ano de 2006, a minha função na universidade, além de professora, eu também coordenava o Centro de Cultura Missioneira, e nessa época, já em 2005 a gente já sabia que a prefeitura tinha um projeto de remodelação da Praça, e também a gente já sabia que a universidade, que a UNICRUZ de Cruz Alta, tinha interesse em participar aqui das escavações. O que aconteceu então na época: como o Centro de cultura Missioneira tem a função de preservação da história local, regional, fazer esses estudos sobre as missões e tudo que seguiu a história de Santo Ângelo, então a universidade com essa proposta, tinha no centro de cultura missioneira esse apoio, esse ambiente, esse núcleo, pra trabalhar nesse projeto de escavação, porque com a remodelação da praça, havia a necessidade de se fazer essa pesquisa arqueológica. A direção me chamou na época, no caso foi a direção geral da URI e me pediu na condição de coordenadora, para providenciar um projeto e para fazer deste projeto depois um convenio com a prefeitura e providenciar o quanto antes um arqueólogo. Bom então começamos a trabalhar no projeto, mas eu não tinha experiência nessa área de arqueologia , claro porque eu também tenho outra formação, mas pesquisando, lendo e vendo conseguimos elaborar um projeto, não um projeto técnico porque depois foi feito pela arqueóloga, mas a ideia do que precisaria ser feito e do que a universidade necessitava. Aí fomos atrás de um arqueólogo, e foi bastante difícil na época encontrar arqueólogo porque a maioria, que a gente conhecia, já estava, que a universidade tinha contatos, arqueólogos que já tinham visitado a universidade, palestrado ali, já estavam ocupados, com projetos em andamento, em escavações, foi na época em

que estavam fazendo escavações na praça da alfândega de Porto Alegre, os que a gente conhecia já estavam envolvidos, enfim, foi bastante difícil. Aí eu consultei o IPHAN pra me dar alguns nomes, e o IPHAN me indicou alguns, e entre estes nomes, estava o nome da arqueóloga Raquel, nesta época ela trabalhava no estúdio Clio em Porto Alegre. No caso, eu fiquei com a coordenação geral de todo esse projeto, providenciando também patrocínio que a gente conseguiu, apoios, os alunos e nesta época também, o professor Antonio do curso de História, também no início ele se envolveu no projeto mas depois ele, muito atribulado, com muitas coisas, e ele mesmo pediu pra se desligar, ele já tinha outros envolvimento, mas ele apoiou bastante na questão dos alunos, facilitar digamos assim, o ingresso desses alunos na parte das escavações.

Andressa – Até durante as escavações, a universidade incentivou através de bolsas, um grande número participou...

Claudete – foi ali que a gente foi atrás de patrício e conseguimos um auxílio da Unimed, mas era um auxílio que não chegava a cobrir todos os alunos, então conversando com a professora Rosane Seibert, do administrativo, então nos mostramos pra ela “nós estamos ganhando tanto da Unimed, será que a URI não pode cobrir um pouquinho mais”, aí ela completou, então acho que isso foi bom, a URI e a Unimed conseguiram ter um valor “x” pra auxiliar esses alunos que estavam fazendo um trabalho de 20 horas. Alguns faziam 20 horas, outros que faziam um horário espontâneos, mas sem remuneração.

Andressa – e essas pesquisas históricas e arqueológicas, obviamente elas ganharam ênfase nesse período, anteriormente já ocorreram alguns estudos arqueológicas no nosso centro histórico, mas elas ganharam ênfase. Atualmente, isso se mantém, pesquisas arqueológicas, pesquisas históricas no CCM e no Centro Histórico.

Claudete – É, as pesquisas arqueológicas como tu dissestes já vem a mais tempo sendo feita, esporadicamente. Foi a partir desse projeto que durou um ano que a arqueóloga, no caso a Raquel, conseguiu realizar um trabalho muito bom porque colocou a mostra aquilo que a gente sabia que existia mas não via. Então esse

trabalho foi importantíssimo e também teve uma repercussão muito grande, as pessoas da comunidade se envolveram muito e eu lembro que quando eu estava lá, e tu também que ajudaste, me lembro o quanto as pessoas iam lá conversar, contar histórias, e diziam dos materiais, algumas peças que tinham em casa, então realmente foi assim uma época que nós sentimos que parece que aumentou a auto-estima do santo-angelense porque eles estavam se sentindo muito importantes com relação a sua história. Terminado esse projeto em 2007, o que já estava acontecendo: o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, o COMPAC, também já vinha trabalhando na questão da preservação do patrimônio arquitetônico. Também, tendo conhecimento de que a área do sítio arqueológico delimitada assim, entre a Sete de Setembro e a Rio Grande do Sul, isso já tinha sido delimitado anteriormente, não tinha sido neste projeto, e da Marechal até a Quinze de Novembro, então todos esses terrenos que estão dentro desta área, o COMPAC já estava sempre preocupado com essa questão da pesquisa, quando no caso de fazer uma construção, ter que fazer uma escavação, e ter que mexer, fazer fundações, então em tratativas com a prefeitura, com a administração, o COMPAC e a Secretaria de obras, sempre se ressaltou a importância da pesquisa arqueológica. Isso é só pra te dizer que as pesquisas aconteceram depois, porque houve envolvimento do conselho, e essas tratativas que se fazia também com o poder executivo e com a secretaria de obras, porque os projetos passam pela secretaria de obras. Então as escavações também se tornaram mais frequentes porque todos os investimentos, construções nesse entorno da praça enfim, nas quadras dentro desse sítio arqueológico, teriam que ser feitas, e também no hospital foi feito um trabalho bem significativo, bem importante, durou bastante tempo, considerando, tudo isso vieram somando para que as pessoas tomassem consciência da importância da escavação arqueológica, de tudo que teria que ser visto que está no subsolo pra futuras pesquisas e também pra fazer um mapa da nossa antiga redução...

Andressa – Exatamente, até já resultou em janelas arqueológicas a céu aberto...

Claudete – Sim, e também e a partir desse projeto as pessoas aceitaram mais isso porque antes era muito difícil de aceitarem que se mexesse no seu terreno, porque elas achavam que ia atrasar a construção, ou não iam deixar construir, essas coisas todas...

Andressa – Exatamente, eu acho que manifestação da comunidade durante as escavações, durante o dia-a-dia na escavação, foi interessante porque eles passavam no ambiente de trabalho e perguntavam, questionavam, foi interessante porque despertou a curiosidade...

Claudete – É, e eu também acho que a população não imaginava que a redução era tão grande, que tinha uma igreja tão grande, com 80 metros de comprimento por 26 de largura, quer dizer uma igreja enorme...

Andressa – É bem grande...

Claudete – Então, isso comprava o que a história já vinha mostrando, só que faltava ver, com provas materiais...

Andressa – Teve uma participação do Colégio Onofre Pires com os alunos do Ensino Médio, eles participaram, como foi...

Claudete – Terminadas as escavações no entorno da Catedral, na frente, o campanário, depois logo ali na parte da escadaria que foi escavado, fotografado e registrado porque depois cobriram de novo, aí em tratativas também com o Colégio Onofre Pires, pra pedir licença, pra escavar ali, então foi feito escavações e essas escavações foram e vieram a tona, a nossa vista, as fundações que provavelmente são do cabildo, conforme mapas antigos, e também, já ali no Colégio Onofre já se sabia que tinha vestígios porque foi feito um trabalho junto com o laboratório de geofísica da UFRGS, então esse trabalho com georadar já mostrou aonde que tinham fundações, então antes de se escavar, já se sabia o que tinha ali. Então foi aí, digamos que foi as últimas partes escavadas ali no entorno. Para essas escavações participaram também os alunos como tu falaste e foram feitas oficinas de educação patrimonial, a escola se envolveu muito ali, a diretora também estava muito entusiasmada e ela entusiasmava os professores, os alunos, então foi um trabalho muito bom, de bastante envolvimento com toda comunidade escolar.

Andressa- É muito interessante porque é uma maneira de incentivar novos pesquisadores...Até mesmo nos próprios acadêmicos da universidade que trabalharam diretamente nas escavações e nos trabalhos de laboratório

Claudete – Pois é, isso eu achei muito interessante porque a partir dali, vejamos, tu foste para o mestrado, numa área afim também, a Danieli que também trabalhou nessa parte fez uma monografia sobre cerâmica, a Natália também, então vários alunos que a partir desse trabalho se encaminharam para assuntos afins, não exatamente arqueologia mas todos assuntos afins, então foi um momento, assim eu vejo agora como professora e tu também pode falar como aluna, o quanto isso foi bom, foi benéfico, abriu horizontes, e também para os alunos continuarem na graduação, e tem que ir além...

Andressa – Claro, e eu acredito que a área de pesquisa e turismo aumento, cresceu bastante de lá pra cá mas a pesquisa acadêmica, no Centro Histórico, no Museu Municipal, lá no CCM na URI também devem ter surtido em um elevado nas pesquisas...

Claudete – nessa época, saiu muitas monografias com temas relacionados a guaranis, a jesuítas, a missões, enfim, tudo em geral, a patrimônio, inclusive o curso de Turismo se envolveu em pesquisa de revitalização do Centro Histórico, criação de atividades culturais para o Centro Histórico, criação de museus, então o curso de Turismo também contribui de certa forma, tudo isso motivado por esse trabalho. Agora assim, o que já atualmente, a prefeitura assumiu mais isso e a universidade se retraiu, se distanciou, uma pena, lamentável, poderia ter aproveitado mais...quando que a universidade tornou tudo pra que isso acontecesse, ela teria tudo isso nas mãos, e quando termina assim, há um abandono, não podemos dizer totalmente mas não o aproveitamento que deveria. Mas ainda bem que o município está mantendo isso.

Andressa – E todo esse material arqueológico retirado nesse primeiro período de 2006/2007 eles estão armazenados na própria universidade, no próprio núcleo de arqueologia da universidade, disponível pra pesquisa...

Claudete – Sim, tem o Núcleo de Arqueologia da URI, que a Raquel catalogou, junto com os alunos, que fizeram toda essa parte de laboratório, 2638 peças, todas catalogadas, quando terminou o projeto estava tudo informatizado disponível pra pesquisa e também além desse material, foi deixado muitas fotos digitalizadas, textos, pra quem quisesse pesquisar. Esse é um material bastante rico que ficou, quer dizer, a universidade ainda tem isso e ainda se pode aproveitar, não quer dizer que terminou, sempre tem uma forma de reativar, se for de interesse, pode se fazer isso...

Andressa – Até porque a universidade sempre vai receber pesquisadores do Brasil inteiro...

Claudete – Sim, e universidade sempre é referência, quando tem um pesquisador tem interesse em determinados assuntos, procura a universidade, sempre é uma referencia. Então esse material está no laboratório e graças aos alunos, o quanto ajudaram na parte da limpeza, catalogação, colagem de peças, armazenamento, sem esse auxílio, esse envolvimento dos alunos também seria difícil porque não tem como contratar mão-de-obra pra tudo isso

Andressa – tornaria inviável...

Claudete – Inviável, então ganha a universidade que usava os alunos em termos de conhecimento, experiência, e todos eles também tiveram certificados de estágio que também conta pra currículo, isso é bom. Então eu acho muito importante esse envolvimento dos alunos na questão prática...

Andressa – Sim. Uma das questões que eu pontuei e como relação a reforma da Praça, essa nova cara que a praça recebeu com todo esse trabalho arqueológico e restauro também, todas as imagens, obras artísticas, a comunidade recebeu, de que maneira a comunidade recebeu isso. Hoje a gente pode ver que há um movimento na praça, a comunidade talvez tenha se apropriado mais desse espaço cultural.

Claudete – Isso com certeza, a gente percebe uma apropriação muito grande da comunidade. Se tu visita a praça sábado de tardezinha, ao domingo, tu pode ver

como as pessoas vão, os pais levam as crianças, levam bicicletas, então a praça em dia ensolarado, dia que não está chovendo, sempre tem gente circulando. Então a praça a partir dali se tornou realmente o Centro Histórico, isso foi realmente assumido pela comunidade. A gente sente porque, como um calçadão, a calçada grande que tem, tanto o IESA quanto a URI se apropria da praça pra formaturas, tem eventos musicais, teatro, os principais eventos do município, então isso acaba se tornando uma referencia de encontro, de amizade, de lazer, de alegria, porque a gente sempre vai ali pra comemorar alguma coisa, então eu acho que realmente as pessoas se apropriaram e assim, com gosto, tu sente assim que as pessoas gostam de ir praça.

Andressa – eu vejo que a praça ela reúne vários aspectos juntos, a história, o turismo, o comércio, o lazer, a escola ali em frente, o estudo, então reúne tudo a Administração Municipal, é todo um complexo que reúne em um só espaço.

Claudete – Sabe que nesse trabalho que duas alunas de turismo fizeram de revitalização do Centro Histórico, elas fizeram entrevistas com as pessoas que tem comércio ali e todas elas nas suas respostas, na questão da localização, todas elas gostam da praça e gostariam de melhorar seus negócios ali, no caso falam revitalização, fachada, arquitetura, investir em restauros. Então todas elas nenhum foi contra, então a gente vê que as pessoas que estão aí gostam também de conviver. Só que a gente sabe que ainda falta algumas coisas pra se tornar melhor.

Andressa – sim, eu acho que é com o tempo

Claudete – é, como tempo, e como um povo mais educado na questão de cuidado, de limpeza, de proteção com o patrimônio. Isso ainda, as pessoas tem aquela questão destrutiva dentro delas, em que tudo que vê, não todas é claro, algumas...

Andressa – Acho que é um cuidado com o que é dela, o que é nosso, porque as pessoas circulam ali diariamente, pra ir para o trabalho, indo ou voltando da escola, pra ir pra igreja, então é um espaço de convívio que eu acho que aos poucos essa consciência pode se modificar ...

Claudete – é , tem que modificar, essa parte assim é mais, eu acho interessante o seguinte: as pessoas gostam da praça, se apropriam dela, e a gente sabe que as pessoas vão ali, porque tem o prazer de estar ali, mas ao mesmo tempo em que elas gostam e se apropriam, elas não se sentem naquela obrigação de cuidar, e é interessante porque eu acho que é uma coisa ambígua, é uma coisa que parece antagônica, que por um lado tu gosta de estar ali e por outro tu não cuida. A gente sabe porque as placas que identificam as janelas arqueológicas seguidamente estão destruídas, riscadas, ou assim, papel no chão lixo, essas coisas que não deveriam acontecer...

Andressa – Até mesmo o chafariz...

Claudete – é, o chafariz, jogam lixo, riscam, quebram vidro como quebraram nas janelas arqueológicas já quebraram também, e aqueles vidros são fortes, vidros temperados, não é fácil quebrar. Então eu vejo que há essa dualidade, eu gosto, eu quero aquilo, me faz bem, mas eu também não sinto que devo proteger...

Andressa – Será que isso é uma falha, não falhar, mas ainda uma deficiência do município, da municipalidade, quem sabe das escolas, da família...

Claudete – é eu acho que é de tudo um pouco, tudo começa em casa, esse amor, esse respeito pelo o que é do outro e pelo o que é pública, no caso ali é publico, algo que é de todo mundo. A escola também deveria trabalhar mais essa questão da preservação, do cuidado do que é público. Outras vezes também, “ah porque é do outro, porque é público, eu pago” então não interessa. Então se eu quebro, a prefeitura pode mandar arrumar. Até é um desleixo. Até vou te contar um exemplo porque eu vi agora a pouco, eu estive mês passado, fim do mês passado em Florença em Roma. Roma recebe 35 milhões de turista/ano e essa época que eu fui nem é uma época boa porque é de início de férias, é muito gente, muita gente, mas tu não vê assim, sujeira no chão, tu não vê lixo na rua, e as pessoas cuidam. Firenze também, é milhares e milhares de pessoas que circulam e tu não vê a sujeira, não vê destruição, não vê coisas destruídas, também é uma questão de educação. O único lugar assim que eu fiquei triste assim de ver, e aí a gente sabe que não é a sujeira do povo que morar, mas sim do turista, foi em Veneza, que o tipo de sujeira que eu vi eram garrafinhas de água mineral que eles jogam nos canais, e

saquinhos plásticos, mas outras sujeira assim, destruição, tu não vê nada, as pessoas cuidam, tem respeito, e eu fico pensando, tem muito brasileiro que circula lá. Tem marroquino, a Italia está recebendo muita gente, muitos imigrantes, então a gente vê pessoas de todos países, classes sociais, mas isso parece que a cultura do país de zelar. No Vêneto então, aquelas cidades parecem um jardim de tão cuidadas que são. A gente tem que trabalhar mais essa questão, tem que trabalhar na escola, acho que os governos tem que fazer campanha pra isso, a imprensa tem que chamar, conscientizar, mostrar o quanto isso vai fazer pras pessoas que vivem. Na questão do lixo, eu não me lembro de ter visto lixo como nós vemos nas nossas sestinhas, os lixos nas ruas, as vezes as cachorros puxam, derrubam, não tem, as pessoas cuidam. Isso tem que ter uma consciência coletiva, tem que fazer campanhas começar em casa, escola...

Andressa – bom prof., eu acho que era isso, quanto a mais alguma informação, mais alguma coisa que a senhora queria deixar claro, fica livre...

Claudete – Olha, o que eu vou te falar assim , a respeito do projeto, não sei se tu vai pesquisar em algum documento também. A respeito do projeto uma coisa que eu anotei foi o envolvimento de outros órgãos, junto a universidade. Bom, dois órgãos da URI, que é o laboratório de química e geoprocessamento que foram bem importantes nesse período, o envolvimento da UFRGS, e também da UNIMED e da UNICRED que também trabalharam conosco na identificação de material, com os médicos, nas ossadas encontradas, então foi bem importante a colaboração deles. E depois, mesmo durante o projeto, com a questão da educação patrimonial, foi feito várias visitas guias, oficinas, sempre junto com os alunos. Então a importância do envolvimento dos alunos da graduação, da História e da Geografia na época, e com as crianças que se envolveram também. E depois, também a divulgação desse projeto em jornadas, simpósios... A Raquel participou de várias jornadas de estudos sempre mostrando, isso também, o projeto se tornou bastante conhecido fora do município. De uma certa forma, através da imprensa, e mais de uma forma de artigos científicos nas comunidades acadêmicas, e também o que tem disponível lá, a utilização desse material, que a gente já falou, do laboratório, das peças disponíveis, fotos, exposições também que se fez de fotografias, e então a questão da valorização da comunidade, o que se percebe é o seguinte: a comunidade

valoriza sim, todo o projeto de pesquisa histórica do local. Valoriza, gosta, acha importante. O que algumas pessoas da comunidade não se envolvem e tem receio, é quando se trabalha já questões de representações da cultura, no caso, arquitetônicas, que estão as nossas vistas e isso aí, quando se trata da questão econômica de preservação de prédios que representam momentos importantes da história da cidade, aí a comunidade, parte da comunidade, não toda, a gente percebe que tem uma resistência. Entendeste? Aquilo que passou pra mim e que não vai interferir na minha questão econômico, eu acho muito bom, aceito, gosto. Agora aquilo que vai mexer na questão do meu bolso, aí pra mim já não é tão história assim, já não é tão importante. Eu acho, o que a história na verdade representa pra nós santo-angeleses, ela representa um passado morto ou um passado que está vivo? Então acho que isso é uma questão que deve ser estimulada na pesquisa. É aquela coisa: eu estudo o índio morto, o índio não me incomoda, mas eu estudar o índio vivo, isso incomoda porque a gente vê questões que a não sabemos como ajudar...

Andressa – As vezes procedimentos burocráticos as vezes impedem de auxiliar...

Claudete – E as vezes também, eles não querem aquela forma de interferência, é bem delicado isso.

Andressa – As vezes tem momentos que são frustrados com relação a isso.

Claudete – Eu acho que quem estuda o guarani, ou outra cultural, o kaingang tem esses aspectos, e eu vejo que com o patrimônio também é assim.

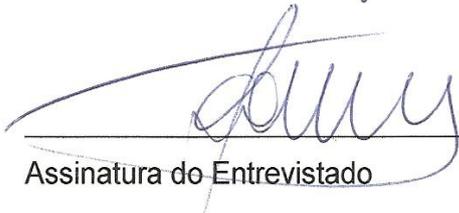
Andressa – Está bem então prof., lhe agradeço, e futuramente faremos novas conversas e troca de informações.

Claudete – A disposição para o que precisar.

**APÊNDICE E****Termo de autorização da divulgação e uso da entrevista**

Pelo presente instrumento, eu, EDUARDO DEBACCO LOUREIRO, brasileiro (nacionalidade), empresário (profissão), portador da Cédula de Identidade (RG) nº 1039739097, residente à Rua Av. Venôncio Aires, nº 4378, na cidade de Santo Ângelo. Autorizo a divulgação, na totalidade ou partes, com a finalidade de pesquisa, da entrevista por mim concedida a Andressa Domanski em razão do seu projeto de Mestrado "ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM SANTO ÂNGELO (RS): REPRESENTAÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS EM 2006 E 2007".

Em 14 de fevereiro de 2013.

  
Assinatura do Entrevistado

## APÊNDICE F

### Termo de autorização da divulgação e uso da entrevista

Pelo presente instrumento, eu, CLOTILDE MARIA MOUSQUER FARIAS, Brasileira (nacionalidade), professora (profissão), portador da Cédula de Identidade (RG) nº 308 601 3424, residente à Rua Vinte e dois de março, nº 554, na cidade de Santo Ângelo. Autorizo a divulgação, na totalidade ou partes, com a finalidade de pesquisa, da entrevista por mim concedida a Andressa Domanski em razão do seu projeto de Mestrado "ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM SANTO ÂNGELO (RS): REPRESENTAÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS EM 2006 E 2007".

Em 13 de fevereiro de 2013.

## APÊNDICE G

### Termo de autorização da divulgação e uso da entrevista

Pelo presente instrumento, eu, **CLAUDETE BOFF**,  
 \_\_\_\_\_ (nacionalidade), BRASILEIRA, PROFESSORA (profissão),  
 portador da Cédula de Identidade (RG) nº  
2018687679, residente à Rua  
FLORENCIO DE ABREU, nº 1022, na cidade  
 de SANTO ÂNGELO - RS. Autorizo a divulgação, na totalidade ou  
 partes, com a finalidade de pesquisa, da entrevista por mim concedida a Andressa  
 Domanski em razão do seu projeto de Mestrado "ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM  
 SANTO ÂNGELO (RS): REPRESENTAÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE AS  
 ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS EM 2006 E 2007".

Em 18 de FEVEREIRO de 2013.

Claudete Boff

Assinatura do Entrevistado